



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA

Mariana Faro Ferreira

O TRABALHO CRIATIVO E A PRODUÇÃO DO COMUM
UMA CARTOGRAFIA NAS PLATAFORMAS DE CRIAÇÃO COLABORATIVA

Rio de Janeiro
2015

Mariana Faro Ferreira

O TRABALHO CRIATIVO E A PRODUÇÃO DO COMUM
UMA CARTOGRAFIA NAS PLATAFORMAS DE CRIAÇÃO COLABORATIVA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Comunicação e Cultura (Tecnologias da Comunicação e Estética), Escola de Comunicação, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Comunicação e Cultura.

Orientador: Professor Dr. Giuseppe Mario Cocco.
Co-orientadora: Professora Dr.^a. Barbara Peccei Szaniecki.

Rio de Janeiro
2015

CIP - Catalogação na Publicação

Ft FERREIRA, MARIANA FARO
O TRABALHO CRIATIVO E A PRODUÇÃO DO COMUM: UMA
CARTOGRAFIA NAS PLATAFORMAS DE CRIAÇÃO
COLABORATIVA / MARIANA FARO FERREIRA. -- Rio de
Janeiro, 2015.
103 f.

Orientador: Giuseppe Mario Cocco.
Coorientadora: Barbara Peccei Szaniecki.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal
do Rio de Janeiro, Escola da Comunicação, Programa
de Pós-Graduação em Comunicação, 2015.

1. trabalho. 2. redes. 3. criatividade. 4.
colaboração. 5. comum. I. Cocco, Giuseppe Mario,
orient. II. Szaniecki, Barbara Peccei, coorient.
III. Título.

Mariana Faro Ferreira

O TRABALHO CRIATIVO E A PRODUÇÃO DO COMUM
UMA CARTOGRAFIA NAS PLATAFORMAS DE CRIAÇÃO COLABORATIVA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura (Tecnologias da Comunicação e Estética), Escola de Comunicação, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Comunicação e Cultura.

Aprovada em: 22/05/2015

Professor Dr. Giuseppe Mario Cocco (Orientador), ECO,
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Professora Dr^a. Barbara Peccei Szaniecki (Co-orientadora), ESDI,
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Professor Dr. Marcelo Castañeda de Araújo
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Professor Dr. Vladimir Sibylla Pires
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Aos que trabalham, lutam, amam e acreditam.

AGRADECIMENTOS

Tendo, enfim, chegado até aqui cabe agradecer ao mundo de amor, força e coragem no qual me abriguei ao longo desses dois anos. Esse mundo, no qual fiz minha morada, se fez na entrega e na partilha das energias de muitos seres, aos quais serei eternamente grata.

Agradeço aos meus orientadores, Giuseppe e Barbara, inspiradores de vida, pensamento e ação, pelo tempo e cuidado dedicados ao meu trabalho e à minha trajetória.

Ao programa de pós-graduação em Comunicação e Cultura da UFRJ, seus técnicos, professores e alunos, pelo ambiente tão rico de reflexão e crescimento.

À CAPES e à FAPERJ, pelos recursos financeiros sem os quais essa pesquisa e, em parte, a vida longe de casa não teriam sido possíveis.

Aos colegas de cursos, no IBICT/UFRJ, na FCS/UERJ e na ESDI/UERJ, pelas conversas, trocas e reflexões presentes em cada parte deste trabalho.

Aos companheiros do grupo *Cartografias do Sul, do Sol, do Sal*, principalmente, Laila e Bruno, pelos saberes, reflexões e energias compartilhados com tanto afeto.

Aos amigos que o Rio de Janeiro me fez encontrar. Na EAV, no CONECO, no grupo de capoeira RioMar, pelos tantos momentos em que me fizeram sentir em casa mesmo tão longe de Belém.

Aos amigos que *reconheci* no intenso percurso acadêmico. Renata, Tatiane, Gisele, Igor, Carol, Tatiana e Raphael, pela acolhida que só a partilha irrestrita de conquistas e dificuldades, choro e riso, pode proporcionar.

À cidade do Rio de Janeiro, tão viva, pelas dores e delícias que nos fazem resistir.

À família que o 806 me deu. Fabíola, Louise, Clarisse e Maria, pelo lar (que se estende em um raio infinito, muito além de Botafogo) de carinho e companheirismo tecido todos os dias.

Aos amigos de tanto tempo que mesmo longe se faziam sempre presentes. De forma especial, à Juliane e à Marcela, pelo abrigo em tantos sentidos.

Ao Bernardo, o mais próximo dos amores distantes, pelo apoio e cumplicidade únicos, capazes de dar nova dimensão àquilo que entendo por companheiro.

À família, com quem sigo por essa vida e por tantas mais, pelo amor e pela fé, partes profundas de mim, minhas lentes de ver o mundo. Mamãe, papai e Fred, porque sem vocês seria impossível.

Aos mestres da vida toda, nos mais diferentes espaços, que me fizeram querer viver de aprender e ensinar.

Às vidas todas que encontrei nas ruas, bares, aulas, rodas, eventos e viagens, pelas histórias, palavras, lições e emoções, todas elas motores do meu caminhar.

A ação não deve ser uma reação, mas uma criação.

Da ocupação do Centre Censier,
Paris, maio de 1968.

RESUMO

FERREIRA, Mariana Faro. **O trabalho criativo e a produção do comum**: Uma cartografia *nas* plataformas de criação colaborativa. 2015. 101f. Dissertação (Mestrado em Tecnologias da Comunicação e Estética) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

Esta dissertação discute o trabalho criativo que se desenvolve nas redes de colaboração virtual, em seus movimentos e ambiguidades. Para tanto, estabelece uma discussão sobre as transformações do trabalho nos últimos quarenta anos e a constituição dos valores que irão estruturar o capitalismo contemporâneo. A criação colaborativa é abordada à luz das novas formas de trabalho baseadas na cooperação das redes sociais e os modos de controle e expropriação que elas ensejam. Apresenta-se o método cartográfico e as bases que orientarão a realização de uma cartografia nas plataformas, onde tal percurso se estabelece no desejo de abordar as relações presentes nas redes de criação colaborativa *itsNoon* e *Mineo*. As relações produtivas são abordadas a partir das dinâmicas de cooperação entre seus atores e os mecanismos de participação estabelecidos. A partir das relações identificadas são discutidas algumas questões sobre o trabalho contemporâneo. A discussão final aponta para a dimensão biopolítica do trabalho realizado pela multidão e a perspectiva das lutas no campo da criação empreendidas na cooperação entre diferentes singularidades. Aponta-se, por fim, a dimensão cooperativa do trabalho contemporâneo e sua orientação para a produção do comum.

Palavras-chave: trabalho; criatividade; economia criativa; comum; redes; colaboração, plataformas de criação.

ABSTRACT

FERREIRA, Mariana Faro. **The creative work and the production of the commons: A mapping of the collaborative creation platforms.** 2015. 101f. Dissertation (Master in Communication Technologies and Aesthetic) – Escola de Comunicação, Federal University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

This dissertation discusses the creative work that develops in virtual collaborative networks, in their movements and ambiguities. To do so, establishes a discussion of the change in labour in the last forty years and the constitution of values that will structure the contemporary capitalism. The collaborative creation is discussed in the light of new ways of working based on the cooperation of social networks and the ways of control and expropriation they give rise. It presents the cartographic method and basis to guide the realization of a cartography on the platforms, where this route is established in the desire to address the relationships present in collaborative networking itsNoon and Mineo. Productive relationships are addressed from the dynamics of cooperation between the actors and the established participation mechanisms. From the relationships identified we discuss a few issues on contemporary work . The final discussion points to the biopolitical dimension of the work done by the crowd and the perspective of struggles in the field of creation undertaken in cooperation between different singularities. It points out, finally, the cooperative dimension of contemporary labour and its guidance for the production of the commons.

Keywords: labour; creativity; creative economy; commons; networks; collaboration; creation platform

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 TRABALHO: CONTROLE E RESISTÊNCIAS	15
1.1 A PRODUÇÃO INDUSTRIAL E A ORGANIZAÇÃO CIENTÍFICA DO TRABALHO.....	15
1.2 LUTAS ANTIDISCIPLINARES: A RESISTÊNCIA AO TRABALHO DISCIPLINAR E A REESTRUTURAÇÃO CAPITALISTA.....	19
1.3 O NOVO ESPÍRITO DO CAPITALISMO E O GOVERNO DA VIDA	23
1.4 TRABALHO IMATERIAL, REDES E MODULAÇÕES	29
1.5 O TRABALHO BIOPOLÍTICO DA MULTIDÃO.....	35
2 CRIAÇÃO: AS REDES E O COMUM	41
2.1 OS DISCURSOS EM TORNO DA CRIATIVIDADE	41
2.2 AS PRÁTICAS DE CRIAÇÃO EM REDE	50
2.3 O COMUM NA CRIAÇÃO COLABORATIVA	58
3 PLATAFORMAS: PROCESSOS E AGENCIAMENTOS	69
3.1 O IMPASSE DIANTE DO MÉTODO: UMA CARTOGRAFIA NAS PLATAFORMAS	69
3.2 AS PLATAFORMAS DE CRIAÇÃO COLABORATIVA.....	73
3.3 AGENCIAMENTOS: PARTICIPAÇÃO, AUTORIA E REMUNERAÇÃO.....	81
3.4 CONSIDERAÇÕES A PARTIR DAS PLATAFORMAS	86
3.5 OS POSSÍVEIS DO COMUM NA ESFERA DO TRABALHO CRIATIVO	90
CONCLUSÃO	96

INTRODUÇÃO

As questões que estão nas origens desta dissertação nascem do encontro entre uma trajetória pessoal específica e um contexto social amplo que têm em comum o aprofundamento das relações entre trabalho, redes de cooperação e criatividade. Dada a formação acadêmica nos cursos de design e publicidade, a atuação profissional em ambientes que lidam constantemente com o tema da criatividade se mostrava fortemente permeada pela formação e mobilização de redes de trabalho. Tal mobilização se revelava em dinâmicas e ambientes bastante diversos, desde a necessária organização de coletivos de designers para realização de projetos de cunho acadêmico-político, quanto nos ambientes formais onde constantemente projetos e parcerias eram realizados mediante a formação de redes de interesse e desenvolvimento em torno de determinados temas. A formação de redes, entendidas então como espaços de mobilização de diferentes atores para desenvolvimento de objetivos comuns, se impunha em diferentes momentos da vida, no *trabalho formal* e fora dele. Aquilo que parecia apenas uma forma de organização elementar e oportuna se revelava constantemente como um requisito fundamental para se manter produtivo no campo da criatividade. Em 2010, recém-graduada, com carteira assinada e envolvida voluntariamente em diferentes projetos colaborativos nas horas vagas, comecei a buscar mais informações sobre esse tipo de trabalho que parecia envolver motivações pessoais, um grande investimento de tempo, confiança e pouco retorno financeiro. Em todas as referências ligadas ao tema encontrava de forma recorrente o depoimento de jovens envolvidos em atividades e negócios inovadores que se diziam atraídos por essa nova forma de trabalhar cujas recompensas principais eram, mais do que o dinheiro, as experiências, os encontros e a satisfação pelo trabalho realizado. As discussões sobre economia criativa, inovação e colaboração ainda despontavam como novidade para mim, entretanto, já naquele momento acreditava haver algo mais no interesse crescente pelo trabalho colaborativo que jovens empreendedores criativos desenvolviam em segmentos variados, especialmente ligados a design, moda, comunicação e tecnologia. De forma geral, é esse estranhamento inicial que marca as primeiras investigações, ainda pouco sistematizadas e de certa maneira intuitivas em torno das práticas profissionais ligadas ao campo da criatividade. O estranhamento se desenvolveu como inquietação diante das atividades de criação colaborativas, do seu aparente vazio em termos de autorreflexão e

organização política, e permitiu formular as primeiras questões que dão corpo a essa pesquisa. A crescente dimensão econômica de um campo criativo que parece elástico o suficiente para encampar desde o trabalho ligado à inovação tecnológica até a produção de conteúdo nas redes sociais, sinalizava um espaço de grande interesse por parte de empresas e instâncias governamentais. As questões mais sensíveis, contudo, pareciam residir naquilo que não aparecia nas reportagens e relatórios econômicos que celebravam o crescimento dos setores criativos. O trabalho das redes criativas tem de fato se mostrado uma fonte de valor abundante e bastante atraente, mas cujos desdobramentos sociais e políticos não merecem a mesma atenção, sendo frequentemente deixadas de lado as discussões acerca das condições materiais por meio das quais esses trabalhadores podem se manter e garantir seus direitos, para além das *experiências enriquecedoras*.

Assim, essa pesquisa se desenvolve no encontro entre questões de duas naturezas. Aquelas formuladas a partir da experiência de trabalho criativo em diferentes redes e as construídas na academia, a partir das leituras e discussões em torno do trabalho contemporâneo, suas relações com as tecnologias de poder atuais e as formas de resistência que enseja. Dado esse encontro, o percurso da investigação contou com uma costura entre a reflexão teórica propiciada pelo ambiente acadêmico do mestrado, a vivência política marcada, sobretudo pelo encontro com formas de mobilização e luta empreendidas na interface entre trabalho e criatividade e, ainda, do esforço analítico situado nas experiências como designer-pesquisadora. De fato, essa tentativa de costura se dá pela percepção de que diferentes momentos de aprendizado, reflexão e luta são impossíveis de serem dissociados enquanto formação e ação e que, portanto, já se encontram presentes de forma indiscernível por toda a pesquisa.

Os conceitos a que recorreremos para aprofundar a compreensão do trabalho e das redes são apresentados à luz das relações produtivas que constituíram os atuais arranjos em que se encontram envolvidos vida e capital. Buscou-se lançar mão dos conceitos de forma não determinista, os empregando conforme o percurso investigativo ia exigindo, para dar conta das relações, históricas e contemporâneas, em que o trabalho se constitui. É seguindo esse movimento que os capítulos foram estruturados, de forma a dividir com os interlocutores deste trabalho o percurso de investigação empreendido. O primeiro

capítulo, intitulado *Trabalho: Controle e resistências* busca introduzir a discussão sobre o trabalho apresentando formas anteriores de organização produtiva e suas transformações a partir dos arranjos do capitalismo. O capítulo é composto por uma breve apresentação do trabalho industrial e os dispositivos disciplinares a partir dos quais se organizava a produção fabril. Na sequência, apontamos como momento de virada os movimentos de luta dos anos 1960 e 1970 e seu papel determinante para a reestruturação capitalista, marcada por mudanças nas técnicas de produção e principalmente por uma transformação dos valores que irão organizar a produção capitalista, baseada na gestão da vida. É a partir dessa transformação que empreendemos a discussão em torno do trabalho imaterial, marcado pelo desenvolvimento de atividades afetivas, linguísticas e comunicativas cujo desenvolvimento passa pela gestão das redes e por um controle que opera por modulações. Nesse ponto, buscamos apresentar a constituição de um sujeito político que corresponde à produção própria do trabalho imaterial. A multidão, enquanto conceito ontológico, político e sociológico, de acordo com a perspectiva de Hardt e Negri, nos possibilita encerrar o capítulo inicial com as formas de luta que se estabelecem no terreno da subjetividade e da produção do comum, com especial atenção à dimensão biopolítica do trabalho contemporâneo.

No segundo capítulo, *Criação: As redes e o comum*, buscamos passar pelas principais ocorrências no debate sobre a criatividade, responsáveis pela constituição de um campo discursivo que legitima a emergência da economia criativa, seus atores e dinâmicas. Tal campo está marcado pela gestão produtiva a partir dos afetos e a emergência do capitalismo como mobilizador da criatividade e dos desejos. Segue-se uma discussão das práticas de criação que encontram nas redes seu terreno de desenvolvimento e os conflitos que marcam esse tipo de trabalho próprio das redes virtuais. A dimensão produtiva da colaboração nas redes nos encaminha para uma discussão do comum, enquanto produto e terreno de constituição do trabalho da multidão, conceito que mobilizamos buscando refletir sobre a produtividade das plataformas a serem analisadas na seção seguinte. O terceiro e último capítulo, *Plataformas: Processos e agenciamentos*, se inicia com uma apresentação do método cartográfico que, a partir de seus elementos de orientação, se mostrou como caminho possível para o desenvolvimento da pesquisa empírica realizada nas plataformas. Dessa

forma, seguimos a apresentação da cartografia com a definição das plataformas de criação colaborativa a partir das quais empreendemos nossa discussão sobre o trabalho nas redes. Essa etapa abriga a análise empírica de duas plataformas de criação colaborativa onde são levantadas questões em torno dos agenciamentos que as constituem, principalmente as relações de participação, autoria, remuneração e recompensas. O capítulo se encerra com algumas considerações levantadas a partir das plataformas e com uma discussão sobre o que vislumbramos como possíveis do comum na esfera do trabalho criativo.

1 TRABALHO: CONTROLE E RESISTÊNCIAS

1.1 A PRODUÇÃO INDUSTRIAL E A ORGANIZAÇÃO CIENTÍFICA DO TRABALHO

*Corram, camaradas, o velho mundo está atrás de vocês.*¹

As inquietações que dão início a esta pesquisa tomam forma ao nos questionarmos sobre o lugar do trabalho de criação diante de uma transformação profunda do modo de produção capitalista. Em uma compreensão mais restrita do termo, o trabalho criativo a que nos referíamos quando da proposição dessa pesquisa, dizia respeito fundamentalmente às profissões envolvidas em processos de concepção e desenvolvimento de produtos comunicacionais. Embora as práticas associadas a essas atividades ainda sejam o foco primordial desse trabalho, entendemos (ao longo do desenvolvimento da pesquisa) que as questões que ligam trabalho e criatividade no contexto do capitalismo contemporâneo são efetivamente mais complexas. Tomando essa complexidade, que diz respeito à própria natureza do capitalismo em sua reestruturação pós-fordista, buscamos reconstituir, ainda que brevemente, uma linha genealógica do trabalho, partindo de outros contextos e movimentos históricos. Esse retrospecto será realizado no intuito de explicitar as transformações sucessivas que o trabalho sofreu, condicionado pelo ambiente de tensão e mútua produção entre força de trabalho e capital. Fazer esse percurso mostrou-se necessário para marcar os arranjos, movimentos e condições que tornaram possíveis as atuais formas de trabalho que buscaremos analisar nos capítulos subsequentes. Observamos que trata-se aqui, mais do que tentar realizar um denso percurso histórico, de explicitar alguns pontos da linha inscrita pelo trabalho em sua relação com o modo de produção capitalista.

Cabe frisar, ainda, que embora tomemos o trabalho como elemento central ao desenvolvimento do capitalismo, reconhecemos que é preciso não perder de vista o processo fundamental por meio do qual a dinâmica do capital transforma continuamente o trabalho subjetivo em trabalho objetivado. Dessa forma, seguimos a perspectiva da crítica marxiana no sentido de refletir sobre o trabalho como fonte primordial das

¹ Paris, maio de 1968. No original: *Cours camarade, le vieux monde est derrière toi.*

mercadorias e do próprio capital. Nesse percurso procuramos satisfazer a necessidade de, mais do que assinalar as constantes históricas que marcam o capital, atentar para as variações nas diferentes expressões históricas que ele assume. Sendo o capital, material e politicamente, resultado do trabalho, para podermos avançar em nossas questões acerca do trabalho criativo hoje, recuaremos a estágios anteriores do modo de produção capitalista buscando elucidar algumas questões em torno do trabalho em diferentes contextos.

Em que processos se evidencia a dinâmica constitutiva do capital, os arranjos em que opera a conversão de trabalho vivo em força de trabalho objetivada? No que diz respeito à relação entre trabalho e capital no campo das artes aplicadas, observamos como o próprio trabalho artesanal exercido pelos artesãos individuais foi gradativamente incorporado como capacidade de trabalho a ser gerida a partir da organização capitalista. Como ponto de partida, recorreremos à análise histórica das relações entre design e sociedade, cujas origens remontam à primeira metade do século XVIII, a partir da qual Adrian Forty (2007) nos apresenta um panorama das transformações sofridas pelo trabalho artesanal desde o estabelecimento inicial das oficinas até as fases mais avançadas do processo de industrialização. Em uma leitura que tenta apontar o desenvolvimento do design como atividade produtiva a partir dos contextos sociais e políticos nos quais estava inserido, Forty identifica com o segundo estágio de desenvolvimento da manufatura capitalista a supressão do controle do processo de produção pelos artesãos individuais. O período manufatureiro, que se estende de meados do século XVI ao último terço do século XVIII, se configura como etapa inicial de um processo mais longo de progressiva desqualificação do trabalho. A eliminação da qualificação artesanal, a partir das modificações no âmbito das artes aplicadas que acompanharam a introdução da maquinaria, corresponde a um primeiro momento no processo de alienação que irá se intensificar com a industrialização. Com o trabalho parcial manufatureiro, as habilidades manuais e intelectuais exigidas anteriormente dos camponeses e artesãos independentes passam a ser características exigidas da oficina como meio unificado da produção. Sobre esse aspecto de uma rudimentar organização do trabalho, Adam Ferguson argumenta ainda em 1767: “As manufaturas prosperam mais onde a oficina pode [...] ser considerada uma máquina cujas engrenagens são os homens” (FERGUSON apud MARX, 1985, p. 475). Retirado

das mãos dos artesãos tal controle passa a ser administrado por um mestre capitalista e cabe à oficina, compreendida como máquina, a sistematização da produção. É na trilha desse processo de divisão do trabalho que atividades como o design, enquanto função apartada dos processos individuais de concepção e execução, irão se tornar necessárias à incipiente produção capitalista (FORTY, p. 64, 2007).

No processo de manufatura, no qual se encontravam implicadas as artes aplicadas (cerâmica, têxteis e ornamentais) já se insinuava fortemente o anseio por parte dos proprietários das manufatureiras de eliminar as diferenças advindas das atividades individuais dos produtores, visando uma maior especialização dos processos de fabricação. Com a requalificação dos trabalhadores e a divisão da produção em mais estágios, os donos das manufaturas buscavam diminuir a chance de erro e invenção individual do camponês (FORTY, 2007, p. 49). Esse processo de dissociação iniciado na cooperação simples, com efeito, se desenvolve com a manufatura que aparta o trabalhador do processo complexo de produção e “se completa na grande indústria, que separa do trabalho a ciência como potência autônoma de produção e a força a servir ao capital” (MARX, 1985, p. 475). O processo de alienação viria a ser consolidar com a introdução da maquinaria, que contribuirá decisivamente para a eliminação dos resquícios artesanais da manufatura. Tanto o aparato técnico incorporado à produção quanto sua maior divisão em etapas significavam o aumento do controle através de uma redução das habilidades exigidas dos trabalhadores, ou seja, uma intensa desqualificação do trabalho vivo. Na medida em que a potência da força de trabalho é indissociável do corpo do trabalhador, seu processo de objetivação passa por sua conversão em trabalho efetivo (VIRNO, 2013). O domínio que o capital passa a exercer sobre a produção torna o trabalhador cada vez mais apartado da totalidade dos processos nos quais estava implicado. Tal controle conduz a uma generalização do trabalho simples, ou seja, do trabalho desprovido de conteúdo; trabalho abstrato, nos termos de Marx.

Essa separação entre concepção e execução irá encontrar sua intensificação na forma que assume a indústria no século XX, especialmente a partir do modelo de organização desenvolvido por Frederick Taylor. Com a organização científica do trabalho que caracteriza o taylorismo, a abstração acontece via administração dos

tempos e métodos de produção. O modelo fordista de produção, que opera um aprimoramento do taylorismo, irá consolidar a organização racional do trabalho industrial, tendo por base a relação salarial e a divisão hierárquica entre trabalho manual e trabalho intelectual. É essa divisão que irá dispor em diferentes níveis de autonomia aqueles profissionais responsáveis pela organização e controle do trabalho (administradores, engenheiros, psicólogos) e aqueles destinados a execução mecânica dos comandos no chão de fábrica. O parcelamento de tarefas, a incorporação do saber técnico no maquinismo, o caráter despótico da direção concebidos por Taylor constituem um dispositivo “científico-disciplinar” onde o capital cuida da concepção e controla a produtividade do trabalho de execução (COCCO, 2012). O fordismo-taylorismo do século XX, com o agenciamento do trabalho organizado e a efetivação do operário-massa, ilustra precisamente as noções sobre o processo de trabalho que Marx desenvolvera ainda no século XIX.

Fruto da crise do liberalismo, a grande depressão em 1929 levará, entre 1933 e 1938, ao *New deal*, plano de reformas que visava recuperar a economia norte-americana e assistir aos prejudicados pela crise de superprodução. Enquanto o Estado realizava uma mediação entre capital e trabalho sob a forma de políticas de bem-estar social, o fordismo correspondia não apenas à inovação técnica com a linha de produção, mas principalmente a um arranjo social capaz de integrar os trabalhadores em seus papéis fundamentais àquele modo de produção. Nesse sentido, “o fordismo qualifica-se, portanto, pela articulação entre “um regime de acumulação” (taylorista) e um “modo de regulação” da repartição dos ganhos de produtividade”. Exercendo, sobretudo, a integração do conflito entre capital e trabalho conduzido nos EUA (durante a década 1930) e na Europa (na década de 1950) pelas novas organizações sindicais de massa. (COCCO, 2012). O papel de regulador desempenhado pelo trabalho fabril se revela comum às sociedades disciplinares dos séculos XVIII e XIX e às sociedades planificadas durante a guerra fria. De acordo com Maurizio Lazzarato (2006), o trabalho fabril no contexto fordista “se revelou o meio mais eficaz de regulação do conjunto da sociedade. Nas fábricas, o trabalho disciplinava a nova classe operária (os operários tayloristas), impedindo-os de se manifestar enquanto multiplicidade e enquanto críticos do assalariamento” (LAZZARATO, 2006, p. 89-90). Ao se tornar mero artifício integrador na regulação das relações entre sindicatos, Estado e capital, vemos nas

práticas laborais fordistas o trabalho apartado de sua potencia constitutiva. O controle social então exercido perpassava as instituições mediante uma rede de dispositivos que produziam a regulação tanto das práticas produtivas quanto dos modos de vida. A primeira fase de acumulação capitalista (que se estabelece na Europa, mas não apenas) é, com efeito, erigida sob este paradigma disciplinar (NEGRI, HARDT, 2005a).

De forma geral, é esse o quadro da organização do trabalho que predomina até os anos 1970 quando um ciclo de lutas antidisciplinares e anti-imperialistas irrompe revelando o esgotamento do modelo fordista. Impulsionado pela expansão das políticas de bem estar social e pela resistência a certa universalização da disciplina, esse conjunto de movimentos será determinante para as novas formas sociais e produtivas que o modo de produção capitalista irá assumir.

1.2 LUTAS ANTIDISCIPLINARES: A RESISTÊNCIA AO TRABALHO DISCIPLINAR E A REESTRUTURAÇÃO CAPITALISTA

*Abolição da alienação,
autogestão da vida cotidiana!*²

As transformações subjetivas da força de trabalho que ocorrem a partir da crescente socialização do capital (imposta pela pressão das lutas operárias) serão cruciais à múltipla insurgência que se adensa no final da década de 1970. A crise capitalista, ocasionada por uma série de fatores que envolve a queda da taxa de lucro e uma ruptura das relações de comando, pode ser compreendida de maneira ampla como produto das investidas proletárias desenvolvidas até ali. A manifestação da crise do modelo keynesiano–fordista correspondia ao esgotamento do modelo de desenvolvimento econômico que vigorara até então. A economia fordista e a política keynesiana³ mostravam seus limites para lidar com as renovadas mobilizações sociais que irrompiam. Em meio à crise do capitalismo fordista-industrial, esse período (1965-

² Paris, maio de 1968. Originalmente: *Abolition de l'aliénation, autogestion de la vie quotidienne!*

³ Teoria econômica consolidada pelo economista inglês John Maynard Keynes e que propõe a intervenção do estado na economia, ao compreendê-lo como agente indispensável ao controle da economia e provedor de políticas de bem estar social.

73), de acordo com David Harvey (2010), ratificou a incapacidade das contradições inerentes ao capitalismo serem contidas pelo fordismo e através do keynesianismo.

Na superfície, essas dificuldades podem ser melhor apreendidas por uma palavra: rigidez. Havia problemas com a rigidez dos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção em massa que impediam muita flexibilidade de planejamento e presumiam crescimento estável em mercados de consumo invariantes. Havia problemas com rigidez nos mercados na alocação e nos contratos de trabalho (especialmente no chamado setor “monopolista”). E toda a tentativa de superar esses problemas de rigidez encontrava a força aparentemente invencível do poder profundamente entrincheirado da classe trabalhadora - o que explica as ondas de greve e os problemas trabalhistas do período 1968-1973. (HARVEY, 2010, p. 135)

De acordo com a interpretação que fora formulada em fins da década de 60, especialmente pelos sociólogos do trabalho, a crise do capitalismo não tem como fundamento a reivindicação de salários mais elevados, muito menos a exigência de garantias maiores no emprego. Ela é expressão de uma revolta contra as condições de trabalho, em especial contra o arranjo taylorista. Identifica-se no fim dos anos 1960, a partir das diferentes lutas que se constituem naquele momento específico, uma unificação social do proletariado que se apresenta não tanto como formação de um corpo político efetivo, mas como força direcionada contra uma mesma ordem disciplinar internacional. Tratava-se de uma série de lutas dispersas, mas que apontavam para um mesmo oponente comum. O ataque múltiplo se manifestou em forma de uma recusa geral do trabalho e da recusa específica do trabalho disciplinar. Assim, camponeses, proletariado colonial, classe operária industrial e o novo proletariado intelectual constituíam a miríade de movimentos que marcaria decisivamente a passagem aos anos 1970. Um caldo insurgente composto por lutas diversas que ligam desde as lutas operárias nos Estados Unidos, Europa e Japão, às lutas anti-imperialistas e anticapitalistas nos países subordinados e as lutas antidisciplinares nos países centrais. Nessas lutas se delineava um ataque mais generalizado contra a organização coercitiva do trabalho social e as estruturas disciplinares do comando que vigoravam. Esse aspecto do movimento político que se inicia na década de 1960 e se estende até os anos 1970 será fundamental para a reorganização do capital e conseqüentemente às suas novas formas produtivas e de acumulação. De forma mais específica, o nível de crítica mobilizado por esses movimentos aos moldes em que funcionava o trabalho se expressava em uma crítica da alienação no que diz respeito a sua organização. Esses

movimentos constituíam oposição verbal e ativa, tendo provocado toda uma desorganização da produção. Em meio à investida crítica do período

predomina a denúncia ao "poder hierarquizado", ao paternalismo, ao autoritarismo, aos horários impostos, às tarefas prescritas, à separação tayloriana entre concepção e execução e, de modo mais geral, à divisão do trabalho', com o contraponto positivo das exigências de autonomia e auto gestão, bem como a promessa de liberação ilimitada da criatividade humana. (BOLTANSKY, CHIAPELLO, 2009, p. 200-1)

Esse conjunto de críticas direcionadas a certo modo de vida nos permite observar como o fordismo correspondia, mais do que um simples sistema de produção, a um rígido molde de disciplinarização da vida social. A separação entre ambiente produtivo (fábrica) e vida social subordinava simultaneamente à razão produtiva o tempo de trabalho e o tempo livre. O tempo de vida dividia-se então na mesma lógica funcional, entre tempo de trabalho, na fábrica, e tempo livre, nos ambientes de reprodução social. No que diz respeito ao trabalho mecânico hegemônico naquele contexto:

O trabalho tornou-se cada vez mais subdividido em operações mínimas, incapazes de suscitar o interesse ou empenhar as capacidades de pessoas que possuam níveis normais de instrução; (...) essas operações mínimas exigem cada vez menos instrução e adestramento; (...) a moderna tendência do trabalho, por sua dispensa de "cérebro" e pela "burocratização", está alienando setores cada vez mais amplos da população trabalhadora. (BRAVERMAN, 1977, p. 70.)

Em contrapartida, nas lutas que então se multiplicavam, se manifestava a afirmação de outro modo de vida. Dai haver também algo além nas transformações paradigmáticas que o deslocamento qualitativo próprio do regime de acumulação pós-fordista determina. As consequências políticas dos acontecimentos de 1968 e de todas as lutas sociais dos 1970 levariam a uma reação que iria determinar toda a reestruturação do capitalismo e dos governos neoliberais. As lutas dos movimentos estudantis, feministas, homossexuais, antirracistas e anticoloniais, marcam mesmo uma inflexão no pensamento sobre a prática dos movimentos políticos. Os múltiplos corpos em revolta e as reestruturações que forçaram o capital a assumir demonstraram uma dinâmica das lutas que não era tão somente antagônica, mas, sobretudo, construtiva (LAZZARATO, 2006). Aqui, de forma especial nos interessa essa dimensão constituinte do movimento e suas reivindicações intrínsecas às transformações da relação entre capital e trabalho que marcaram a transformação tecnológica determinante

a todo um campo de reações capitalistas. Entre as réplicas do capital aos ataques e à crise estrutural de suas bases de funcionamento, além de um forte movimento repressivo, está o investimento em um gradativo processo de transformação tecnológica (HARDT, NEGRI, 2005a). Essa forma especial de reação revela o movimento de reformulação, ditado pela resistência que o capital se viu obrigado a conduzir. Essa dimensão constituinte das lutas contra o trabalho disciplinar se revela ao observarmos em perspectiva os desejos que aqueles movimentos foram capazes de expressar e as respostas formais que posteriormente se apresentaram. Com relação à defasagem entre as aspirações dos estudantes e jovens executivos à liberdade intelectual, e as posteriores formas de organização do trabalho, Boltansky e Chiapello (2009) irão atentar para a

semelhança entre as atitudes dos jovens acusados, no início dos anos 70, de demonstrar "recusa ao trabalho" e as atitudes que, na segunda metade dos anos 80, serão louvadas por se considerar que manifestavam um espírito de desembaraço e flexibilidade na procura de "pequenos serviços", (BOLTANSKY, CHIAPELLO, 2009, p. 206)

Com a nova configuração do capital que vemos emergir a partir da segunda metade da década de 1970, o resultado da mobilização social em torno do trabalho se revela na mudança na composição do proletariado e das formas de trabalho. Como vimos, as lutas determinaram não só a crise, mas os rumos da transformação que o capital se viu obrigado a empreender. Compelido a enfrentar a nova produção de subjetividade do proletariado que se apresentava como “luta ecológica, uma luta pelo modo de vida, que acabaria sendo expressa no desenvolvimento do trabalho imaterial” (HARDT, NEGRI, 2005a, p. 290). Não há coincidências ao constatarmos que os anseios expressos nos muros parisienses em 1968, que clamavam por “criatividade, espontaneidade, vida”, irão ecoar nos novos e alegres slogans do trabalho flexível.

1.3 O NOVO ESPÍRITO DO CAPITALISMO E O GOVERNO DA VIDA

*Não mudem de empregadores,
mudem o emprego da vida.*⁴

Transformações paradigmáticas marcam o período de reestruturação que caracterizaria posteriormente a expressão pós-fordista do capital. A nova configuração do capitalismo é estruturada sobre um percurso que levará da atividade produtiva no chão de fábrica (própria do fordismo) às cada vez mais informatizadas redes de produção. No que diz respeito à força produtiva desse novo espírito do capitalismo pós 1970, evidencia-se uma série de mudanças que corresponderão a um tipo de trabalho próprio de uma nova fase do capitalismo, sobre a qual diferentes abordagens teóricas serão formuladas. Nos termos de Luc Boltansky e Éve Chiapello (2009) esse *novo espírito do capitalismo* significou uma custosa reestruturação do capital em termos humanos, a partir de um contexto dentro do qual “o capitalismo pode livrar-se de certo número de entraves ligados a seu modo de acumulação anterior e às reivindicações de justiça que provocara” (BOLTANSKY, CHIAPELLO, 2009, p. 29). Tendo por objeto as mudanças ideológicas que acompanharam tais transformações e partindo especificamente do cenário francês, os autores tratam dessa reestruturação do capitalismo que se delineia pós-eventos de maio de 1968. No que concerne à emergência de uma nova configuração ideológica, o espírito que o capitalismo assume refere-se a certo conjunto de crenças que não apenas dão sentido, mas formam os alicerces do capitalismo enquanto relação social em que vivemos. É esse espírito que, legitimando os modos de ação e as disposições coerentes com ela, possibilita a adesão a estilos de vida, em sentido favorável à ordem capitalista. A reestruturação ligada ao neoliberalismo conduz a uma nova face da produção capitalista.

Sobre a emergência de dispositivos de controle próprios a essa nova configuração do capital, o trabalho analítico de Michel Foucault nos auxilia a vislumbrar a constituição de relações específicas tecidas entre o capitalismo e o domínio da subjetividade. Embora os cursos da década de 1980 tornem mais explícitas certas questões, já em *História da Sexualidade I*, Foucault (1988) ao analisar a passagem de

⁴ Sorbonne, Paris, maio de 1968. Originalmente: *Ne changeons pas d'employeurs, changeons l'emploi de la vie.*

um paradigma de soberania para o da governabilidade assinala a emergência de um investimento do poder sobre o corpo vivo. Uma nova forma de governar que emerge já no contexto do século XVIII, marcada pela passagem do direito do soberano sobre vida e morte de seus súditos para o poder de gerência sobre a vida. Desenvolvem-se, desde o decorrer da época clássica, técnicas direcionadas a gestão dos corpos, seja através das instituições disciplinares ou das práticas políticas voltadas ao controle das questões populacionais, como a natalidade e a saúde pública. Foucault atenta para a noção de uma política que se constitui e se reafirma nas formas de governar as populações e seus modos de vida, sem a qual o sistema capitalista de acumulação não poderia desenvolver-se. A esse biopoder Foucault associa o próprio desenvolvimento do capitalismo, “que só pôde ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos.” (FOUCAULT, 1988. p. 132)

Desde então presente no trabalho de Michel Foucault o termo biopolítica parece antecipar e servir de suporte para abordarmos diversas questões contemporâneas, sobretudo, aquelas ligadas às formas que assume o trabalho. Realizar uma abordagem em termos biopolíticos se justifica na medida em que pontos fundamentais do arcabouço teórico constituído por Foucault em torno do governo da vida são caros às análises posteriores sobre as transformações das relações de poder (e de resistência) que permeiam as atuais formas produtivas. A dimensão produtiva da vida – e do poder sobre ela – que as análises foucaultianas explicitam está na base da constituição da força central do capital no pós fordismo, dando a ver uma composição do proletariado distinta daquela que o sistema disciplinar buscou confinar. No estágio histórico atual, evidencia-se a natureza biopolítica do novo paradigma de poder, onde a regulação da vida social se dá internamente, a partir de seu controle, interpretação, absorção e rearticulação. Compreende-se aqui a intensificação de um biopoder, cujo cerne reside no controle de corpo, mente e relações sociais, agindo a partir de normatizações sobre a própria subjetividade, produzindo formas de vida. Com efeito, assistimos a uma crescente intensificação dessa colonização das subjetividades: a vida como o objeto central sobre o qual o poder investe.

Se as análises sociológicas apontavam para a mudança das relações sociais ligadas ao trabalho na reestruturação da década de 1980, a partir das análises de Michel Foucault, (agora, sobretudo, daquelas empreendidas durante os cursos no *Collège de France* no final dos anos 1970) podemos encontrar por uma via complementar a gestação de toda uma forma de governo que se intensificará nesse período. As análises de Foucault elucidam principalmente as variações que dizem respeito a certo governo econômico da vida no que concerne à ligação entre subjetividade e capital (ou mesmo entre vida e trabalho). Aparecem nessa perspectiva pontos de emergência do interesse particular que determinados campos de saber irão lançar sobre o trabalho e suas dimensões mais subjetivas, suas variações qualitativas. Para dar seguimento a nossa investigação, detivemo-nos especialmente sobre as incursões do domínio econômico sobre a vida do trabalhador e suas habilidades qualitativas, que estiveram silenciadas e disciplinadas na vigência do fordismo. Se o trabalho de tipo fabril, elemento integrador no fordismo, constituía a base das sociedades disciplinares, veremos entre as premissas da reestruturação um interesse renovado na gestão das habilidades subjetivas, no cálculo sobre o investimento dos repertórios individuais, na mobilização da flexibilidade. Com a passagem paradigmática do trabalho ao emprego, a tentativa de integração do conflito produzido pelos trabalhadores ganha novos contornos.

Em *Nascimento da Biopolítica*, Michel Foucault (2008) aborda o neoliberalismo americano, a partir de dois elementos: a teoria do capital humano e a análise da criminalidade e da delinquência. À nossa reflexão, centrada no trabalho contemporâneo, interessa especialmente a leitura que Foucault desenvolve a partir do estudo da teoria do capital humano e, portanto, acompanharemos a avaliação que o filósofo faz desse aspecto do pensamento neoliberal norte-americano não abordando aqui o estudo sobre a criminalidade e a delinquência. Analisando os discursos neoliberais americanos estabelecidos em torno dos anos 1950 e 1960, Foucault aponta para uma entrada da análise econômica em um campo ainda não explorado, que se desenvolve na interpretação deste domínio específico em termos econômicos. Primeiramente essa incursão, até então inédita, irá trabalhar no próprio campo econômico, se dedicando a um ponto que, segundo a constatação dos neoliberais americanos, a economia política clássica jamais havia explorado de forma específica: o trabalho. Para os neoliberais americanos, a economia clássica não teria sido capaz de analisar o trabalho em si, se

limitando a neutralizá-lo e a reduzi-lo a critérios meramente quantitativos (mais trabalho = mais tempo). A crítica dos neoliberais se direciona para uma tentativa de resgatar o trabalho do plano ao qual a economia clássica havia lhe relegado, o reintroduzindo no plano da análise econômica (FOUCAULT, 2008). Foucault aponta para o fato de que a crítica neoliberal sobre a análise clássica do trabalho, deliberadamente não se direcionou ao trabalho de Karl Marx (cuja análise sabidamente tem no trabalho um dos seus eixos fundamentais). No argumento desenvolvido pelos teóricos neoliberais sobre o pensamento marxista, trata-se em Marx não do trabalho, mas da força de trabalho (o processo de “abstração” através do qual o trabalho concreto é transformado em força de trabalho objetivada). Nessa leitura estaria sendo considerado, em Marx, um trabalho que se encontra subtraído de sua “realidade humana, de todas as suas variáveis qualitativas” (FOUCAULT, 2008, p. 305), um produto do qual o capital absorve apenas a força e o tempo. Se a análise de Marx nos revela que essa abstração é produzida pelo próprio capitalismo, os neoliberais irão argumentar que tal abstração é produto não das relações que constituem esse sistema, mas da forma como foi desenvolvida a teoria econômica sobre a produção capitalista. Uma vez que havia sido deixada uma lacuna na análise do trabalho pela economia clássica (dando margem para o desenvolvimento da crítica operada, sobretudo por Marx do capitalismo real como responsável pela abstração da realidade do trabalho), para os neoliberais, trata-se então de reformular a análise econômica fazendo a “crítica da crítica”. Sua variação epistemológica consiste na tentativa de mudar o que havia constituído de fato o quadro referencial da análise econômica. Dessa forma, de acordo com a apresentação que nos faz Michel Foucault, o pensamento neoliberal irá empreender um estudo da natureza e das consequências de “opções substituíveis”, se debruçando sobre os modos como são empregados “recursos raros para fins que são concorrentes”. No raciocínio desenvolvido nesses discursos a análise econômica deveria então estudar os modos pelos quais os indivíduos lançam mãos de seus recursos e os alocam de acordo com uma série de interesses.

Passamos assim de uma perspectiva relacional, do processo no qual o trabalho é encarado como engrenagem, para “a análise de um comportamento humano e da racionalidade *interna* desse comportamento humano” (FOUCAULT, 2008, p. 307). Não se trata de analisar a lógica histórica do processo, mas a racionalidade interna. A pergunta central para a análise neoliberal do trabalho em termos econômicos é “como

aquele que trabalha emprega seus recursos?”. “O que é trabalhar para quem trabalha?” Observamos na matriz do pensamento neoliberal sobre o trabalho, o deslocamento do trabalhador, de suas capacidades subjetivas, de seus recursos individuais, para o centro da análise econômica que o indagará como sujeito econômico ativo. No que compete à concepção neoliberal do salário como renda, está em Theodore Schultz (autor de *Investment in Human Capital*, de 1971), segundo Foucault, a concepção que define a ligação entre competência e o trabalhador como uma máquina produtora de fluxos de renda ao longo de toda a sua durabilidade vital. Essa visão de uma aptidão a trabalhar que não pode ser dissociada daquele que possui certa aptidão, opera a constituição de um capital-competência administrado racionalmente pelo trabalhador. Não se trata simplesmente do trabalhador que vende sua força de trabalho a um capital empresarial, mas do próprio trabalhador que aparece como empresa individual. Eis aí o neoliberalismo como retorno ao *homo oeconomicus*, já não mais aquele compreendido como parceiro da troca, mas um empresário de si. Trata-se desde então, da ascensão de uma economia e de uma sociedade – não de indivíduos – mas de unidades-empresa. Nesse processo de produção de saberes sobre o trabalhador, o neoliberalismo forja como seu objeto o *homo oeconomicus* da empresa e da produção, assim investido pelas relações de poder que produzem normatizações sobre a própria subjetividade. Estabelece-se entre essas concepções a perspectiva de um governo econômico da vida.

Ao nos aproximarmos de tal mirada, em torno de uma gestão econômica da vida, cabe enfim retomar as análises capazes de dar conta do atual momento histórico, no qual esse quadro se adensa. O trabalho analítico realizado por Antônio Negri e Michael Hardt (2005a) em *Império*, trata da longa genealogia das relações entre poder e capital, desde a constituição da soberania moderna dos Estados-nação até o desenvolvimento pleno do poder imperial global. A reflexão empreendida na obra assinala a configuração de um novo poder de ordem global. Propondo a partir de uma análise política, por um lado, das estruturas de controle social e, por outro, da crise da modernidade baseada no princípio da transcendência, uma reconfiguração das forças produtivas a partir dos movimentos de luta e resistência. Na obra os autores irão apontar, a partir da crise, os caminhos de reestruturação do comando a partir de 1970. Como referimos anteriormente, para além da alternativa repressiva, estava em jogo a saída por uma profunda transformação tecnológica do capital. Transformação técnica que diz respeito

a uma composição do proletariado ligada ao interesse na integração e no domínio das novas formas práticas que as lutas já apontavam. Assim, as mudanças paradigmáticas no comando capitalista acompanharam transformações de ordem subjetiva no trabalho. Dando seguimento, ao acompanharmos algumas das características do trabalho contemporâneo, poderemos nos aproximar do que define cada vez mais o capitalismo hoje como conjunto de técnicas que apontam para um modo de governo da vida. A informatização, o crescimento dos serviços, a hegemonia da comunicação, entre outros fatores, revelam que o processo de produção contemporâneo é cada vez mais distribuído, interconectado, social. Um processo que mobiliza densas redes sociotécnicas para a criação de relações sociais. Esse tópico permite, enfim, nos aproximarmos do cenário complexo em que se desenvolve atualmente o trabalho de criação em que estão mobilizados ininterruptamente os afetos e as relações mais subjetivas dos trabalhadores.

Antes de seguirmos nossa exposição sobre o trabalho na atual forma do capitalismo, gostaríamos de reafirmar o papel fundamental que os diversos movimentos sociais que eclodiram no final da década de 1960 tiveram na consolidação das dinâmicas que dão forma à produção capitalista hoje. A leitura dos movimentos antidisciplinares e suas reivindicações nos permite dizer que o capitalismo se viu obrigado a mudar sem de fato operar a mudança. O momento gerador dessa nova configuração da produção se dá nas formas de produtividade semeadas pelos movimentos sociais e de contracultura que “acentuaram o valor social da cooperação e da comunicação. Essa transvaliação em massa dos valores de produção social e produção de novas subjetividades abriu caminho para uma poderosa transformação da força de trabalho” (HARDT, NEGRI, 2005a, p. 295).

1.4 TRABALHO IMATERIAL, REDES E MODULAÇÕES

*A imaginação toma o poder!*⁵

Para tratar do trabalho contemporâneo partimos de algumas questões que pairam em torno dos arranjos produtivos atuais. Elas estão colocadas a partir do interesse em compreender o que define o trabalho que vigora hoje e em que medida suas características contrastam com aquelas que marcaram a fase anterior. Quais os valores que regem o trabalho contemporâneo? Que formas de controle ele suscita? Em que espaços se desenvolve? Conforme expusemos anteriormente, diferentes mobilizações sociais foram decisivas para a reconfiguração do modo como se organiza o capitalismo pós-industrial. Uma série de valores que compuseram as lutas antidisciplinares se desenvolveram e persistem na atual configuração da produção capitalista. Pode-se alegar, a partir de uma aproximação com as práticas produtivas contemporâneas, que na transição de paradigma econômico, a transformação foi profundamente definida pela carga subjetiva mobilizada pelos movimentos.

Através das sucessivas alterações tecnológicas que propiciaram nas últimas décadas mudanças na esfera da organização produtiva e da acumulação, diversos autores como Lazzarato e Negri (2013), Gorz (2005), Negri e Hardt (2005b), Moulier-Boutang (2001) e Marazzi (2009) analisaram as reconfigurações estruturais do sistema capitalista. Antônio Negri e Maurizio Lazzarato, especialmente em *Trabalho imaterial e produção de subjetividade* (2013), contribuem para a formação de um pensamento novo sobre as transformações nos modos de produção e das conseqüentes reconfigurações nos modos de expropriação. Já na década de 1990, os artigos seminais de Lazzarato e Negri, apontam para a constituição das “formas de vida (nas suas expressões coletivas e cooperativas) como fonte de inovação” e valor (NEGRI, LAZZARATO, 2013. p. 72). Assumimos a afirmação do paradigma do trabalho imaterial, cuja base situa-se nos trabalhos de Negri e Lazzarato por tratar-se de um esforço teórico que opera uma revisão no pensamento marxista ortodoxo, repensando a noção de classe e trabalho na passagem ao pós-fordismo. Ao tratar desse novo modo de organização do trabalho,

⁵ Rue de Seine, Paris, maio de 1968. Originalmente: *L'imagination prend le pouvoir!*

Lazzarato e Negri abordam a necessidade do capital de produzir e apropriar-se de subjetividades duplamente ativas, atuantes a seu serviço enquanto produtoras e reprodutoras em tempo integral. Nossa subjetividade, enquanto modo de vida, é convocada a produzir em sua totalidade. Tal organização produtiva dá conta do fornecimento de mercadorias, mas, sobretudo, conforma todo o tecido das relações sociais. Na organização em rede, que vem substituir o sistema fabril no centro do sistema de acumulação vigente, consumo e produção se confundem, integrados nas manifestações da própria vida em sociedade.

Diante da passagem ao paradigma do trabalho imaterial, trabalho que mobiliza a vida, a produção não está mais restrita ao espaço e ao tempo das fábricas e agora se confunde com toda a esfera da reprodução social. Mobilidade, flexibilidade, conhecimento, comunicação, cooperação e toda uma dimensão afetiva, que compõem os valores mobilizados pelos movimentos antidisciplinares, aparecem agora como tônica da organização produtiva. Se anteriormente eram exigidos pelo mundo do trabalho apenas profissionais capazes de manusear máquinas de maneira automatizada, são agora requisitos essenciais suas habilidades para criar e comunicar. Conforme afirma Paolo Virno (2013), a produção é agora biopolítica, “a vida se coloca no centro da política quando o que é colocado em jogo é a imaterial (e, em si, não presente) força de trabalho” (VIRNO, 2013, p. 63). As redes, fábricas sociais do capitalismo cognitivo, passam a ser o espaço da produção de subjetividades.

Conforme Lazzarato (2004) nos desafia a reorganizar os termos de partida de nossas reflexões, sua análise contribui para a compreensão de duas afirmações/pontos fundamentais acerca dos modos de funcionamento das organizações empresariais que tomam forma no capitalismo contemporâneo. A primeira diz respeito àquilo que as empresas produzem. Já não se trata da simples criação de objetos, mas sim do mundo onde eles se desenvolvem. A segunda afirmação pontua o mecanismo pelo qual a empresa não cria seus sujeitos, mas, igualmente, o mundo onde eles existem. A empresa, desvinculada da fábrica, se define a partir dos componentes (ferramentas, serviços, empregados) capazes de *criar um mundo*: marketing, pesquisa & desenvolvimento, design, estratégias de comunicação, isto é, o conjunto de suas forças e máquinas de expressão. Essas forças produtivas ligadas à criação passam a constituir o

cerne da produção de valor de uma companhia. Seja provendo produtos ou serviços, o que uma empresa efetua é um mundo. *Apple, Nike, Facebook, Google*. Há mundos próprios a cada uma dessas empresas globais com os quais nos relacionamos cotidianamente. O mundo que elas efetuem “tem de estar inscrito nas almas e corpos dos consumidores e trabalhadores” (LAZZARATO, 2004, p. 188, tradução nossa). A expressão do mundo, através das relações subjetivas entre trabalhadores e consumidores, antecede a produção econômica. É nessa efetuação de mundos, criação e realização do sensível (desejos, crenças e inteligência), que tomam parte os trabalhadores de ofícios estéticos e comunicacionais, como o design e a publicidade.

Esta atualização das categoriais e do pensamento sobre o trabalho contemporâneo nos parece útil para abordar relações novas na produção que pouco se assemelham com o modelo industrial e disciplinar que vigora até os anos 1970. No capitalismo contemporâneo, conexionalista e interacional, são mobilizadas de forma hegemônica as forças expressivas e comunicativas, máquinas de expressão. A autonomia não é suprimida, mas convocada a serviço da empresa, do projeto. Estabelece-se um sistema que cria modulações: com as densas redes sociotécnicas contemporâneas há novas liberdades, mas também diferentes sujeições que podem escapar à percepção menos atenta. Nesse ponto, Gilles Deleuze (2008) na esteira dos trabalhos de Foucault sobre as sociedades disciplinares, aborda a ideia de um novo estado de dominação que se torna hegemônico: as sociedades de controle. Tal estado, cuja dominação envolve a vida quase em totalidade, se estabelece ao possibilitar não só a apropriação dos discursos e corpos, mas do pensamento e da imaginação. O controle ininterrupto que o caracteriza estaria então intimamente ligado aos espaços que os meios de comunicação atuais permitem administrar instantaneamente, possibilitando um gerenciamento do tempo – e da vida – não antes experimentado. Diferente da disciplina que confinava, este modelo de dominação perpassa o controle contínuo, onde o corpo não precisa estar espacialmente limitado para estar sob vigília – e manter-se produtivo. Nessa transição para um novo estágio do capitalismo, se estabelece um claro apagamento das fronteiras entre mundo do trabalho e mundo da vida, caracterizado pela mobilidade espacial e a flexibilidade temporal da atividade produtiva. A noção de confinamento dos corpos produtivos ao ambiente de trabalho fabril assume a roupagem

eufemizada do *home office*. Mais do que arquivos na nuvem⁶ que estão disponíveis em qualquer dispositivo e em qualquer tempo, o trabalhador no capitalismo da cognição é levado a articular ininterruptamente sua própria vitalidade a serviço da produção. As modalidades produtivas que esse arranjo torna possíveis se desenvolvem muitas vezes em formas de trabalho precarizado, sem remuneração correspondente ou benefícios de proteção social. Ao assistimos a passagem do sistema de produção fordista, cuja figura da fábrica correspondia ao modelo de reprodução centralizado, para um sistema pós-fordista ou pós-industrial, a forma rede passa a ser o modelo que reflete a produção (e também o controle), difusa e descentralizada.

A mais-valia, hoje, é fruto de um processo produtivo que se estende da fábrica à sociedade, o que torna a sociedade uma grande fábrica de produção de valor. (...) Hoje é a cooperação, a troca de saberes e conhecimentos, as competências adquiridas no âmbito do não-trabalho que são recursos estratégicos para o desenvolvimento do capital. Falamos em imaterialização, ou de “cognitivização” do trabalho, e isso pressupõe uma organização do processo de produção que extraia mais-valia “a partir” da sociedade. A estratégia empresarial consiste, de fato, na externalização de segmentos inteiros da produção (MARAZZI, 2010).

Fruto da incorporação das insatisfações acerca do trabalho mecânico e repetitivo, da crise de um modelo de acumulação industrial, esse novo paradigma passa a se delinear nas atividades produtivas, cuja base se encontra na centralidade da cognição e da informação. Nessa passagem a um capitalismo cognitivo, segundo Christian Marazzi (2009) explicita, se configura uma virada paradigmática do capitalismo, uma virada linguística, marcada pela entrada da comunicação na produção. A formação de uma sociedade alicerçada pelo conhecimento é marcada pela figura do trabalhador que deve ser tanto um empreendedor individual quanto um articulador capaz de estabelecer conexões continuamente. Na sociedade pós-industrial, as habilidades relacionais não apenas condicionam como constituem a capacidade produtiva. “O capital põe em funcionamento estas qualidades universais (linguísticas, comunicativas, relacionais), e o faz privatizando-as, separando-as do corpo da força-trabalho” (MARAZZI, 2009).

Outrora separados espacialmente, relações sociais e produção se distanciavam na natureza objetiva do tempo produtivo. Tal segregação cede lugar para a corrente inclusão da vida e dos ambientes da reprodução na lógica produtiva, seja no ambiente

⁶ Utilizamos a figura da *nuvem* ao referir o termo *On cloud computation*, utilizado para designar sistemas de acesso virtual a dados alocados através de hardwares e softwares, em redes, como a internet.

de trabalho virtualizado ou nos momentos livres voluntariamente destinados a capacitação. No atual momento histórico, a lógica do capital perpassa a vida integralmente. O trabalho imaterial se apresenta não mais confinado entre os muros da disciplina, mas se desenvolve “livremente” nas redes do controle irrestrito. Os espaços de trabalho se organizam a partir da flexibilidade para ir e vir, dos códigos de acesso de navegação, ensejando um revezamento constante entre desenvolvimento e captura do trabalho livre. A crescente autonomia relegada ao exercício das atividades criativas faz variar os tipos de ambiente produtivo. Os espaços de trabalho se diversificam, pois toda circulação (de informação e de pessoas) pressupõe já um lugar de produção. Não é preciso estar entre muros para manter sua produtividade, uma vez que as redes comunicacionais possibilitaram a organização de espaços de trabalho ao ar livre e de contextos altamente lucrativos estabelecidos fora dos antigos centros. Os espaços de *co-working*, os projetos colaborativos na internet e os coletivos de produção cultural são apenas alguns exemplos de como o trabalho se organiza através de redes sociais e técnicas que não seguem as estruturas tradicionais que repartiam a cidade em centro e periferia. Entre as mais heterogêneas redes de trabalho, agências de comunicação que se confundem com coletivos ativistas e as diversas iniciativas que se rotulam no amplo campo da *new economy* já não se pode definir segmentos limitados de interesse ou investimento. São a inovação e a cooperação que ditam a produção nos arranjos incorporados pelo capitalismo, com a justaposição das esferas da produção e da reprodução social. Nas redes tecnológicas, a produção já pressupõe o consumo, ao produzirmos continuamente as informações, dados e imagens que outros usuários e também nós mesmo iremos consumir. Essa dimensão também se revela na crescente mobilização da participação pelo mercado, expressa em produtos sob demanda que ajudamos a conceber e nos conteúdos que construímos colaborativamente imersos em uma “cultura da participação” (SHIRKY, 2011). Daí a emergência de conceitos como “*prosumers*” entre os jargões mercadológicos da “era da colaboração”, termos que colocam em evidência a nova dimensão que assume a relação entre consumidores e seus produtos. Marazzi (2009) frisa a existência dessa sobreposição entre produção e consumo no biocapitalismo, onde se produz consumindo e o consumo é imediatamente produtivo.

O consumidor, cada vez mais, produz aquilo que consome, como no “modelo Google” em que a atividade de browsing é ao mesmo tempo produtora de valor-informação. E este é o resultado do longo processo de colonização capitalística da esfera da circulação (a esfera das trocas de bens e serviços), um processo muito bem conhecido pelas mulheres, que na esfera da circulação-produção desde sempre produzem valor humano não reconhecido como capital.” (MARAZZI, 2009)

O trabalho que mobiliza a esfera da reprodução social explica a importância crescente do tempo destinado ao acúmulo de “bagagem cultural” e aos processos de formação que se perpetuam em uma educação continuada (DELEUZE, 2008). O tempo caro das relações externas que produzem conhecimento e o direcionam para “decisões mentais”, ainda mais produtoras de valor. Paolo Virno, em seus estudos sobre a dimensão linguística da produção, nos permite melhor compreender a nova qualidade do trabalho no pós-fordismo ao lançar um olhar sobre aquelas atividades que se caracterizam por não produzirem obra. Para Virno (2008), a transformação do modo de produção corresponde a uma mudança decisiva na relação entre trabalho/ação política/práxis. No regime de acumulação pós-fordista, o trabalho imaterial que carrega a dimensão da ação política não mais produz obra. O trabalho, que se assemelha a execução de uma partitura, é exercido mediante a presença de uma plateia. No capitalismo cognitivo o “virtuosismo” dá conta desse trabalho que se assemelha à execução artística e se estabelece na relação com o outro, um público. O modelo de criação e de difusão próprio do trabalho intelectual pressupõe essa relação social e está baseado no trabalho cooperativo e na socialização dos saberes.

Em síntese, a jornada de trabalho não mais se restringe ao simples tempo de trabalho formal na empresa, tornando-se esse expediente eventualmente não-essencial quando tomamos o conjunto da produção. Aumentar a produção já não pressupõe o aumento do tempo de trabalho, mas advém da “expressão de atividades intelectuais, da força produtiva da descoberta científica e, sobretudo, da estreita aplicação da ciência e da tecnologia à elaboração da atividade de transformação da matéria” (NEGRI, 2003, p. 92-3). No pós-fordismo, o fazer se recompõe com o agir e as relações sociais se tornam imediatamente produtivas. Tudo isso aponta para uma nova composição técnica do trabalho biopolítico, trabalho que produz a partir da autonomia. A noção de *general intellect* (como “saber social geral” explorado por Marx nos *Grundrisse*) nos auxilia a

compreender o lugar do trabalho linguagem, uma produção difusa e coletiva própria das capacidades cooperativas do social.

The 'general intellect' includes formal and informal knowledge, imagination, ethical tendencies, mentalities and 'language games'. Thoughts and discourses function in themselves as productive 'machines' in contemporary labour and do not need to take on a mechanical body or an electronic soul. (...) General intellect needs to be understood literally as intellect in general: the faculty and power to think, rather than the works produced by thought – a book, an algebra formula etc. (VIRNO, 2001)

Tal faculdade e poder de pensar, não deve ser confundida com a instrumentalização particular dos saberes a processos produtivos, uma vez que “suas funções são em forma diretamente social” (SOHNRETHETTER *apud* VIRNO, 2008). Essa inteligência de enxame se revela produtiva em sua dimensão comunitária. A produção comum se manifestaria “nas reuniões públicas, [e] concerne às vicissitudes da cidade; inspira esta ou aquela forma de agir programada, diversas espécies de práxis coletivas.” (VIRNO, 2008, p. 98). É, portanto, considerado o lugar primordial da cooperação, dos serviços e das redes nesse novo arranjo que algumas questões se fazem necessárias para avançar. Dada a atualidade das práticas colaborativas na produção, nos indagamos posteriormente sobre as experiências de constituição de subjetividades (coletivas e individuais) autônomas nessas redes, progressivamente independentes do capital fixo.

1.5 O TRABALHO BIOPOLÍTICO DA MULTIDÃO

*A vida contra a sobrevivência.*⁷

Observamos que o trabalho e a vida estão vinculados de maneira indissolúvel no capitalismo cognitivo. A produção de valor no pós-fordismo mobiliza a própria subjetividade. Contudo, a partir dessa relação vislumbra-se também, dada a produtividade presente no campo da reprodução social, as potencialidades de luta e emancipação que nela residem. Quando avaliamos a composição técnica do trabalho nesse início de século, os espaços e tecnologias agora mobilizados, podemos identificar como esse contexto da força produtiva do trabalho imaterial corresponde a uma mudança profunda na noção de classe proletária. Esse trabalho que produz bens de consumo, mas acima de tudo toda a vida social, está na base da constituição de um novo

⁷ Paris, maio de 1968. Originalmente: *La vie contre la survie*.

antagonismo. É nesse ponto que Hardt e Negri (2005) identificam e conceituam a partir de suas análises sobre o poder imperial, um novo sujeito social. Na acepção por eles desenvolvida, a *multidão* é o sujeito político contemporâneo que está simultaneamente dentro e contra o novo paradigma de poder. Para defini-la os autores trabalham articuladamente entre os campos sociológico, político e ontológico. No campo sociológico a multidão se constitui como sujeito que evidencia a passagem do paradigma operário-fábrica-moderno para o tempo de um trabalho comunicativo e afetivo, no pós-fordismo. Na dimensão política e ontológica, diferente do *povo* que é representado de maneira transcendente, a *multidão* se estabelece na ação social coletiva como agente social ativo de auto-organização e expressão imanente. Não tende ao uno, mas se configura na multiplicidade, na criadora articulação de singularidades. Diante do biopoder, a multidão, “ator imediato de produção e reprodução biopolítica” (HARDT, NEGRI, 2005b, p. 84), é quem age – sempre de dentro – sobre essa realidade, com as armas que se constituem na sua própria capacidade produtiva. As dimensões criativas, comunicativas e inventivas sistematicamente convocadas a serviço do capital, mais do que nunca socializadas, são as mesmas armas da multidão que investe contra ele. Podemos enxergar na característica não homogeneizante da multidão, a ação articulada de diferentes subjetividades, que não buscam fundir-se para se fortalecer, mas cuja força reside mesmo nas redes de diferenças em cooperação.

Na produção conduzida por essa classe multitudinária, evidencia-se a centralidade da informação, da comunicação e das linguagens nos processos de resistência que funcionam a partir de redes e afetos. A criação de formas novas de ocupar as ruas em manifestação, as imagens produzidas nas lutas e reproduzidas continuamente através da internet, os jogos simbólicos que operam a negação da subordinação das vidas às lógicas de normatização e controle, se dão a partir da forma de cooperação e articulação de diferentes singularidades. As subjetividades articuladas nesse fazer cooperativo se impõem a partir da autovalorização, em um processo de recusa dos modelos que vêm de fora. O sujeito dessa resistência biopolítica não se enquadra na representação transcendente, nem é passível de homogeneização nas identidades tradicionais. A multidão está ontologicamente definida por outra forma produtiva que dispensa o comando, se organiza de maneira autônoma e se constitui nas próprias lutas.

É nessa dimensão coletiva que se encontra a produção do *comum*, produto e condição de criação ininterrupta da vida da multidão. Como apontamos anteriormente, no paradigma do capitalismo cognitivo, a comunicação está intimamente implicada com a produção. Dinâmica que se evidencia em nossa capacidade de nos comunicarmos a partir das linguagens compartilhadas e o produto dessa relação comunicativa implicar sempre em novas imagens, símbolos, ideias e relações comuns. “A relação dual entre a produção e o comum – o comum é produzido e também produtivo – é a chave para entender toda atividade social e econômica” (HARDT, NEGRI, 2005b, p. 256-257). No contexto da criação que emerge da cooperação (seja nos espaços públicos, seja nas redes da internet ou na metrópole que hibridiza estes dois “lugares”) aquilo que a multidão constitui são relações sociais, linguagens, encontros. São expressões singulares que marcam a constituição de uma resistência produtiva pautada em formas de organização não tradicionais que produzem menos bens concretos e mais relações sociais. Devemos atentar para a densa relação entre a sociedade de controle e o contexto biopolítico, uma vez que essa nova configuração social de redes e fluxos se configura como o terreno privilegiado de atuação do poder que se estende indiscriminadamente através dos corpos, mentes e relações sociais. O terreno biopolítico onde invariavelmente vivemos e produzimos é também o campo de disputas onde os corpos podem resistir. A herança do ciclo de lutas antidisciplinares se apresenta na tentativa de reconhecer os corpos para dar conta tanto das estruturas de dominação quanto das possibilidades de luta de libertação. Mais uma vez retomando o contexto da passagem dos anos 1960 para os 1970 como momento emblemático de ruptura e reorganização dos movimentos políticos, podemos enxergar os novos contornos que a ação das subjetividades pode assumir. Uma vez que as distintas singularidades passam

a operar em dois planos simultaneamente: o plano imposto pelas instituições constituídas, no qual tudo se passa como se houvesse um só mundo possível; e o plano escolhido pelos movimentos e singularidades, que é o mundo da criação e da efetuação de uma multiplicidade de mundos possíveis. (LAZZARATO, 2006, p. 204)

Dá já não se tratar de refletirmos simplesmente a partir de uma história onde o biopoder configura a realidade através da dominação, mas sim de que “a história está

determinada pelo antagonismo biopolítico e as resistências ao biopoder⁸” (HARDT, NEGRI, 2009, p. 31, tradução nossa). Na hegemonia da produção imaterial o trabalho se configura como produção biopolítica, que deve compreender a distinção entre o poder que se estabelece na opressão sobre o vivo e a resistência que se dá a partir das formas de vida.

Até aqui pudemos identificar como o trabalho biopolítico corresponde à ação em uma fábrica social, dando a ver outra composição da classe trabalhadora e outros potenciais de luta ligados a essa produção. A precariedade do trabalho, as privatizações dos *commons* nas redes e nas cidades têm conduzido à organização de novos movimentos de resistência e contestação. Para além de indagar as razões pelas quais a resistência hoje se organiza assim, quisemos inicialmente evidenciar as relações de poder que as fazem emergir desta ou daquela forma. Nas lutas próprias dos circuitos da criação, da cultura e da arte, os antagonismos e táticas têm correspondido antes a espaços de inovação social, ao encontro de outras formas de existir e produzir. Para as forças de trabalho formalmente livres, mas submetidas materialmente, o horizonte de luta é exatamente o da busca por meios autônomos de viver e produzir, produzir e viver. Se por um lado identifica-se um encerramento dos canais institucionais por onde tradicionalmente os trabalhadores podiam contestar a lógica capitalista, por outro é possível enxergar experimentações nas formas e dinâmicas daqueles que se colocam em um papel crítico e antagonico à organização social que o capitalismo tem determinado. Há movimentos de trabalhadores, especialmente ligados às atividades artísticas e comunicacionais, que a partir mesmo da relação de produção precária em que estão inseridos vêm realizando a crítica necessária ao cenário mais amplo do trabalho. No contexto europeu, a precarização do trabalho em Portugal⁹ tem emergido como questão trazendo à tona o crescente número de trabalhadores altamente qualificados e com baixa remuneração, mantidos continuamente em contratações temporárias e sem garantias sociais. A situação não é exclusividade lusitana e, assim como em Portugal os diplomados sem emprego têm se organizado em movimentos como os Precários

⁸ No original: “On the contrary, history is determined by the biopolitical antagonisms and resistances to biopower”.

⁹ Reportagem da Revista Visão sobre as relações de trabalho em Portugal. <http://visao.sapo.pt/geracao-em-saldo=f519627> Acesso em 21 de janeiro de 2015.

Inflexíveis e o FERVE (*Fartos d'Estes Recibos Verdes*¹⁰), por toda a Europa despontam iniciativas de luta dos trabalhadores contra a precariedade. Os Intermitentes do Espectáculo e do Audiovisual (França), o *Colectivo Chainworkers* (Itália) e as paradas *MayDay* (Lisboa¹¹ e Paris) são alguns exemplos. No que diz respeito à atuação profissional nesses campos podemos enxergar a crescente precariedade em que se desenvolve o trabalho criativo. A partir da experiência realizada durante residência artística em Milão no ano de 2011, o *The Cantiere per pratiche non-affermative*¹² realizou um levantamento junto aos profissionais presentes na Feira de design de Milão sobre suas condições do trabalho. Com a produção de um questionário abordando pontos centrais sobre as relações de trabalho em design o levantamento pode constatar uma série de precariedades comuns aos modos de vida de pesquisadores e seus pares, como os regimes de trabalho não regulamentados e as dificuldades de conciliar os tempos de trabalho e não trabalho. Essa iniciativa, interessante principalmente pelas questões que traz à tona, se deu no intento de provocar reflexão necessária e discussão crítica em torno das condições profissionais, que pudessem levar a “cooperações, lutas comuns e transformações reais¹³” (ELZENBAUMER, GIULIANI, 2014, p. 453, tradução nossa). Ainda outras experimentações teórico-políticas, como o *Creative class struggle*¹⁴ (Canadá) e as experiências dos workshops *Precarit Pilot* (Itália), compõem as muitas faces dos movimentos de luta dos trabalhadores do imaterial e colocam em questão o consenso em torno da liberdade do trabalho criativo. As lutas são diversas e expressam as diferentes escalas e intensidades das resistências forjadas pela multidão, local e globalmente. No campo do trabalho de criação, àqueles que se mobilizam contra a precariedade, poderíamos ainda adicionar as lutas dos artistas contra o *copyright*, os movimentos autônomos de trabalhadores da cultura, além de uma série de outras mobilizações que se relacionam com o extenso âmbito do trabalho imaterial (e seus

¹⁰ Os recibos verdes referem os documentos que os trabalhadores independentes, que trabalham por conta própria em atividades de prestação de serviços ou na produção/venda de bens, devem preencher para declaração fiscal em Portugal, correspondendo aos descontos para a Segurança Social de acordo com seus rendimentos. No Brasil, regimes de trabalho análogos também são frequentes, sendo comum que profissionais liberais constituam empresas individuais, a partir de um registro de pessoa jurídica, para a prestação de serviço a empresas, abrindo mão de uma contratação formal com base nas leis trabalhistas garantidas pelo registro da carteira de trabalho.

¹¹ Para mais informações ver: <http://maydaylisboa.blogspot.com.br/>

¹² Mais informações no site do projeto: <http://www.precaritpilot.net>

¹³ No original: “Co-operations, common struggles and real transformations.” (ELZENBAUMER, GIULIANI, 2014, p. 453)

¹⁴ Disponível em: <https://creativeclassstruggle.wordpress.com/>. Acesso em 10 de fevereiro de 2014.

entraves e expropriações) nas metrópoles. *Ocupas*, midiativistas e coletivos artísticos urbanos têm constituído de forma complexa e por vezes ambígua a força antagônica à institucionalização de uma cultura crescente das chamadas indústrias criativas. É a relação estrutural que liga o capitalismo com o trabalho criativo das redes que nos mostra ser necessário problematizar a proliferação de “empresas de criatividade”, como caminho para não nos perdermos em alternativas inócuas à expropriação da riqueza que circula nas redes. Seguindo a trilha do interesse crescente da economia sobre a criatividade e as redes de produção, nos capítulos posteriores nos aprofundaremos sobre a questão da criação e seus atravessamentos econômicos contemporâneos.

2 CRIAÇÃO: AS REDES E O COMUM

2.1 OS DISCURSOS EM TORNO DA CRIATIVIDADE

*A felicidade é uma ideia nova.*¹⁵

Conforme apresentamos anteriormente, o sistema social, econômico e político que vigorara até os anos 1970 encontrara seus limites. As críticas conduziram a diferentes reações que têm em comum a organização de uma profunda reestruturação do capitalismo. De maneira geral, tratou-se de um movimento em direção à superação da rigidez que marcou a fase industrial-fordista do capitalismo e conduzia a uma reformulação baseada em maior flexibilidade. Dessa forma, podemos dizer que o capitalismo contemporâneo está impregnado dos impulsos que compunham a crítica que sua antiga forma teve que enfrentar.

É no contexto do capitalismo pós-industrial que serão forjados discursos alternativos para os processos produtivos e mecanismos de controle anteriormente vigentes. Tecnologias, informação e saberes se constituem como elementos centrais de produção, tecendo uma sociedade da informação (CASTELLS, 1999) onde sistematicamente as redes informacionais da esfera da reprodução são mobilizadas pela produção. A economia do conhecimento, onde os saberes passam a ser fonte de valor central, é composta por forças produtivas cada vez mais desmaterializadas e socializadas (GORZ, 2005). Na afirmação de uma economia do conhecimento, as indústrias criativas aparecem como um dos seus mais dinâmicos componentes. Tal conceito, que aparece no final dos anos 1990, a partir de uma proposição conduzida pelo governo da Inglaterra¹⁶, gerou inicialmente uma série de debates em torno dos parâmetros de definição do segmento. Nos anos 2000, entra em cena uma definição

¹⁵ Paris, maio de 1968. Originalmente: *Le bonheur est une idée neuve.*

¹⁶ Encontramos diferentes referências sobre a ocorrência inaugural do termo (para um panorama sobre os debates em torno da economia criativa, ver, entre outros, FLEW, CUNNINGHAM, 2010). Mais do que precisar uma origem absoluta, nos interessou marcar o contexto mais amplo, situado no final da década de 1990, onde esse tipo de discurso se torna não só possível como desejável no âmbito das políticas governamentais.

mais consensual entre os gestores das políticas sobre que setores¹⁷ constituiriam as indústrias criativas, incluindo a partir de então um quadro amplo que contempla desde o ramo editorial, passando por rádio e televisão, até as mídias interativas, envolvendo games e internet (FLEW, CUNNINGHAM, 2010).

De acordo com relatório da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) intitulado “*Understanding Creative Industries Cultural statistics for public-policy making*”, as indústrias criativas teriam se tornado importantes componentes das pós-industriais *knowledge-based economies*. Além da crescente influência nas práticas e da presença central entre os interesses empresariais, os setores que compõem a economia criativa, anteriormente relegados a um setor marginal de investimento, passam a mobilizar esforços específicos também das políticas governamentais. Compreendidos como aqueles nos quais os produtos ou serviços contêm esforço artístico ou criativo consideráveis, esses setores envolvem atividades como o design, a arquitetura e a publicidade (UNESCO, 2007). No Brasil, o último relatório da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), que mapeia o estado da Indústria Criativa no país (e cuja primeira edição foi publicada em 2008), incluía trechos que tratavam especialmente das indústrias do design em tempos de transformação. Apresentando dados de emprego e renda para as quatro áreas criativas e seus 13 setores criativos, o mapeamento divide os segmentos criativos brasileiros em quatro grandes áreas: consumo (arquitetura, publicidade, design, moda); cultura (patrimônio e artes, artes cênicas, música, expressões culturais); mídias (editorial, audiovisual) e tecnologia (biotecnologia, pesquisa e desenvolvimento, tecnologia da informação e comunicação) (SISTEMA FIRJAN, 2014). Ao mobilizarem uma série de atributos cognitivos e comunicacionais, o exercício dessas atividades e o contexto econômico que as sustenta, parecem corresponder a um arranjo apropriado e mesmo um componente fundamental do capitalismo pós-fordista, informacional e biopolítico. John Heskett, professor da *Hong Kong Polytechnic University*, tem apontado o crescimento das indústrias criativas como foco de potencial

¹⁷ O *Framework for Cultural Statistics*, publicação da UNESCO a partir de investigação que mapeou as atividades ligadas à economia criativa com maior relevância entre quatorze circunscrições, culminou com a definição de dez setores a serem considerados para os modelos estatísticos culturais. 1. Editorial e literatura. 2. Artes performativas. 3. Música. 4. Filme, vídeo e fotografia. 5. Transmissão (radio e televisão). 6. Artes visuais e artesanato. 7. Publicidade. 8. Design, incluindo moda. 9. Museus, galerias e livrarias. 10. Mídias interativas (Web, games, mobile, etc.)

desenvolvimento econômico contemporâneo. Heskett (2009) ressalva que, embora na tradição econômica o conceito de criatividade não tenha desempenhado significativo papel como fator econômico, atividades como o design têm atualmente status de “elemento essencial” nos processos de inovação econômica.

Embora seja ampla a gama de atividades incluídas no escopo das indústrias criativas, elas tendem a ser norteadas e mobilizadas por um conjunto de valores centrais comuns. Segundo material¹⁸ produzido pela *The work foundation*, as indústrias criativas de forma geral lidam com “valores expressivos”, que estariam identificadas com aquelas dimensões (no campo das ideias) capazes de ampliar o significado cultural e a compreensão. Esses valores seriam compostos por diversas dimensões entre as quais figuram o valor estético, mas também o valor espiritual, o valor social (aquele capaz de “forjar laços entre os indivíduos de outra forma separados”) e o valor autenticidade. Em suma, tais valores expressivos estariam ligados à criação de “novas perspectivas, prazeres e experiências” que contribuem para “nosso conhecimento, estimulam as nossas emoções e enriquecem nossas vidas.” (THE WORK FOUNDATION, 2007). Os apelos emocionais, a orientação para a inovação e a valorização das habilidades sociais propostas pela fundação não se encontram isoladas quando se trata de definir o que deveria mover tais setores. Muitas outras formulações em torno da economia criativa contribuem para a formação discursiva de um quadro de valores que estariam associados com as práticas profissionais criativas atuais. Inserida no contexto da reestruturação capitalista, a economia da criatividade também vem atender à demanda por diferentes valores e práticas ligados ao trabalho. Despontam empresas que propõem rotinas de trabalho consideradas inovadoras, formas alternativas de remuneração e descontraídos ambientes de trabalho. Na brasileira *Inesplorato*, um dos empreendimentos criativos de grande relevância no mercado nacional, os funcionários recebem extras para realizar viagens e assistir atrações culturais, se dividem por núcleos em funções rotativas que se alternam a cada dois meses, enquanto um dia na semana é reservado para o trabalho em casa, dedicado à leitura e à navegação na internet. Na carteira de trabalho de seus dezesseis funcionários consta uma nova função, o “curador

¹⁸ Conteúdo disponível para consulta em:
http://www.theworkfoundation.com/Assets/Docs/Creative_Industries_Chapter4.pdf

de conhecimento” (CASTRO, 2014). Essa configuração, onde os atributos culturais, a liberdade e o crescimento individual são constantemente estimulados, se liga a novos valores que o trabalho contemporâneo demanda e têm caracterizado o desenvolvimento de ambientes de trabalho cada vez mais distantes da rigidez e da disciplina. Em resposta à flexibilização do capitalismo, a força de trabalho contemporânea é levada a acenar com estilos de vida em conformidade com o *novo espírito*, capazes de aderir a seus ambientes e dinâmicas particulares. Dinâmicas que correspondem a relações de trabalho mais flexíveis (capazes de se adequar constantemente a diferentes tipos de trabalho) e de maior mobilidade (com mudanças frequentemente de emprego) e que estão ligadas a formação de vínculos mais efêmeros do que aqueles que uma geração anterior de trabalhadores travava (SENNETT, 2012). Tais aspectos se relacionam com uma transformação da moral do trabalho que passa pela valorização da atividade e explicita uma mudança profunda do tipo de normatividade subjacente ao trabalho. (BOLTANSKI, CHIAPELLO, 2009). Esses trabalhadores, que no plano geral se encontram implicados na economia do conhecimento, são mobilizados a partir de uma gestão da subjetividade e de um trabalho que diz respeito à própria produção subjetiva.

(...) o saber que se tornou a fonte mais importante da criação de valor e particularmente o saber vivo, que está na base da inovação, da comunicação e da auto-organização criativa e é continuamente renovada. O trabalho do saber vivo não produz nada de materialmente palpável. Ele é, sobretudo na economia de rede, o trabalho do sujeito cuja atividade é produzir a si mesmo. (GORZ, 2005, p.20)

O trabalho nas indústrias criativas envolve o consumo e a produção de si, enquanto sujeito produtivo, em ambientes envoltos em ideais de liberdade onde a classe criativa faz uso de suas habilidades subjetivas ao processar comportamentos e estilos de vida cotidianos para a criação de produtos capazes de informar novas tendências e comportamentos de consumo. Considerando a construção de valores que circundam o trabalho dentro da economia criativa, podemos sinalizar que a análise sobre as práticas e condições materiais nas quais produzem os trabalhadores criativos não deve se deter aos modos de vida que aludem. Parece-nos mais adequado diante desse cenário um olhar interessado nos desdobramentos em que esses estilos de vidas, em certa medida livres e desvinculados de obrigações, podem implicar; principalmente, no que diz respeito ao exercício de atividades onde se enfraquecem direitos e garantias para os trabalhadores. Onde horários e espaços de trabalho flexíveis, capazes de serem confundidos com

momentos de diversão e descontração, nos quais se produz valor através de encontros e experiências, se convertam em trabalho não reconhecido e por sua vez não remunerado. Em um quadro mais amplo, onde diversas atividades sociais dispersas podem ser compreendidas como produtivas para departamentos de marketing e agências de *branding* a classe criativa se define pela sua circulação e ação, em que se apresenta mesmo a dificuldade de definir seus limites de atuação e suas garantias contra expropriação. Ambíguo e por disputar, a formação de um conceito de classe criativa dialoga com a inserção de fatores externos na produção e com o fomento constante de sistemas culturais capazes de ampliar a produtividade ligada à criatividade.

2.1.1 ENTRE AS CLASSES CRIATIVAS E O PROLETARIADO CRIATIVO

Contribuem significativamente para o debate em torno do trabalho criativo as ideias de Richard Florida e sua teoria das classes criativas. Em sua principal obra, *The Rise of the Creative Class*, Florida (2002) desenvolve a ideia de que determinadas características das cidades funcionariam como importantes elementos na atração de “talento criativo”. Esse tipo de mão de obra seria responsável pelo crescimento central de atividades de tipo imateriais ligadas à tecnologia, cultura e inovação social. Cientistas, programadores, diretores de arte que “produzem criatividade pela virtude de seus talentos” (FLORIDA, 2002, p. 68, tradução nossa). A esse “talento” corresponderia uma nova classe criativa, que estaria definida por suas exclusivas habilidades em produção e inovação. A crescente importância dada às atividades próprias de uma incipiente indústria criativa para o desenvolvimento das economias aparece em diversos trabalhos analíticos que irão aproximar economia e criatividade. Em uma perspectiva distinta da de Florida, Adam Arvidsson nos traz uma análise alternativa para a compreensão da produção criativa e sua relação com os territórios urbanos. Para Arvidsson (2007) os conteúdos criativos de segmentos como a publicidade são em sua maioria produzidos por um “proletariado criativo”, enquanto os profissionais assalariados funcionariam mais como um tipo de “classe administrativa da economia criativa”. Atualmente, a real força produtiva consistiria nessa cooperação criativa relativamente autônoma. No estudo em torno do mercado de propaganda em Copenhague frisa-se que as habilidades dessa espécie de administradores da criatividade consistiriam em “conectar essas formas de produção criativa relativamente autônomas

aos circuitos de valor da economia capitalista.¹⁹” (ARVIDSSON, 2007, tradução nossa). A análise de Arvidsson aponta para a proposição de um modelo diferente de interação entre as indústrias criativas e as cidades. Um modelo com ênfase na contribuição da “intelectualidade de massa” não paga das cenas de artes urbanas, design, música e moda. Ao contrário do que Florida argumenta, Arvidsson considera que o ambiente urbano não consiste em uma simples vantagem atrativa para “criativos”, mas se trata de fato do valor produzido por processos de cooperação produtiva já existentes e não assalariados²⁰. A classe criativa, ou, nesse caso, a “classe administrativa”, se coloca em posição de apropriação e valorização da criatividade própria das cenas urbanas nas quais o *underground* é em si mesmo produtivo. Essas relações explicitam a valorização econômica das relações sociais inscritas nos territórios e dão a ver o caráter social da acumulação pós-fordista. A expansão da economia criativa como forma de produzir a partir das capacidades criativas generalizadas revela uma dimensão social que passa a ser frequentemente incluída nos processos produtivos. Percebemos que o discurso que irá incluir a criatividade no domínio econômico emerge em um contexto específico de drástica transformação do capitalismo. Tais discursos não poderiam sobreviver em um cenário diferente do que encontramos atualmente. As redes globais de produção não só possibilitaram que uma série de enunciados fossem construídos em torno da criatividade como elemento econômico, como sua própria estrutura também demandava que essa dimensão pautasse a produção de valor centrada na circulação de bens imateriais.

2.1.2 AS ECONOMIAS CRIATIVAS COMO ECONOMIAS DA PARTICIPAÇÃO

Focalizamos anteriormente alguns posicionamentos em torno dos novos arranjos produtivos que despontam com a flexibilização capitalista e com a chamada economia do conhecimento e os modos através dos quais certas atividades dos setores criativos, ao mobilizarem continuamente as capacidades comunicativa, criativa e cooperativa, implicam no constante investimento subjetivo dos trabalhadores. Conforme já referido, frutos de um rearranjo social e tecnológico mais amplo, esse cenários não se restringem às chamadas indústrias criativas e se revelam em diversas situações cotidianas do trabalho em geral. A forma como necessitamos estar permanentemente conectados para

¹⁹ No original: “To connect these forms of (relatively) autonomous creative production to the value-circuits of the capitalist economy” (ARVIDSSON, 2007).

²⁰ No original: “The urban environment was not simply an attractive perk, but unsalaried processes of productive cooperation, the underground (ARVIDSSON, 2007).

a realização de determinadas tarefas, a necessidade de ocupar espaços sociais para melhor desenvolvimento de algumas funções e o fato de muitas atividades de lazer hoje se transformarem em etapas complementares do trabalho que realizamos, são alguns exemplos dessa dimensão social da produção. De fato, quando abordamos as profissões que lidam diariamente com a criação e a inovação essa dimensão se mostra de maneira ainda mais intensa, sempre como tendência a ser seguida. Os discursos em torno da chamada economia criativa tendem a ressaltar o caráter social, livre e colaborativo do trabalho como aspecto fundamentalmente necessário aos negócios criativos.

Projetos artísticos são criados a partir da participação na internet, campanhas de marketing se desenvolvem tendo como pressuposto a produção de conteúdos através de sites de redes sociais, eventos e produtos são viabilizados pela mobilização do público e de comunidades de fãs. A gestão da criatividade geral passa a ser um poderoso mecanismo de produção de valor, seja para empresas e negócios, seja para diferentes organizações capazes de capitanear iniciativas dessa natureza. O jogo entre participação e exploração criativa geralmente se forja em mecanismos que ocultam o caráter incomensurável dos bens produzidos a partir da colaboração voluntária e não remunerada. Ideias, conceitos, produtos e hábitos de consumo, valiosos do ponto de vista mercadológico, são produzidos cotidianamente pelo saber social implicado em estratégias de marketing. O crescimento exponencial do uso de mídias sociais de produção e mixagem de conteúdos, como os *blogs* e *podcasts*, deixa claro que as companhias de mídia têm cada vez mais dividido o controle sobre as experiências midiáticas com as pessoas em geral (DEUZE, 2006). O que antes era compreendido como “público” ou “audiência”, com caráter mais passivo diante dos conteúdos produzidos pela indústria da mídia, tende a ser encarado por esses setores mais e mais a partir das possibilidades de interatividade. Isso não significa que a participação por si só corresponda a uma tomada do controle por parte dos usuários, mas a formação irreversível de campos de coexistência, de mútua afetação entre diferentes atores implicados na produção de conteúdo. Diante de uma cultura da convergência, a simbiose entre os modos que as pessoas produzem e consomem conteúdos midiáticos pode ser compreendida duplamente como

a top-down corporate-driven process and a bottom-up consumer-driven process. Corporate convergence co-exists with grassroots convergence.

Media companies are learning how to accelerate the flow of media content across delivery channels to expand revenue opportunities, broaden markets, and reinforce viewer commitments. Consumers are learning how to use these different media technologies to bring the flow of media more fully under their control and to interact with other consumers. (JENKINS, 2006, p. 18)

No entanto, deve-se ainda considerar as diferentes posições dos sujeitos implicados nesses processos. Ao abordar a questão da interatividade na indústria da mídia, a partir do apagamento das fronteiras entre produtores e consumidor em uma cultura participativa, Mark Deuze (2007) atenta para os modos pelos quais os profissionais implicados nesses domínios atribuem significado aos subsídios oferecidos pela convergência das culturas de produção e consumo de mídia.

This convergence must be seen as recombinantly driven by an industry desperate for strong customer relationships, technologies that are increasingly cheap and easy to use, and a media culture that privileges an active audience. (DEUZE, 2007, p. 244)

Esse tipo de controle da participação nas redes parece orientar uma significativa parcela dos esforços ligados a negócios envolvendo a colaboração dos públicos em projetos. Interpelando os consumidores como valiosas fontes de ideias (e de padrões de consumo e comportamento), empresas conduzem processos de participação envolvendo seus públicos em esforços direcionados, sobretudo, à produção de relações de vinculação com suas marcas e produtos. A marca de brinquedos *Legó* promoveu seus clientes a *Embaixadores Legó*, em campanha que envolveu a criação de plataformas digitais para manutenção de diálogos com seus consumidores, que passam a contribuir de forma contínua com informações para o desenvolvimento de produtos. Com o mesmo apelo, mas com público radicalmente distinto, em 2010 a empresa automobilística Fiat realizou (com idealização da agência de publicidade Click Isobar) o projeto *Fiat Mio*. Mediado por um site, o projeto consistia na criação de um carro conceito a partir das ideias e opiniões enviadas por internautas. Considerado um *case* de sucesso pelos sites especializados, a iniciativa teria envolvido mais de 29 mil participantes em diversos países, responsáveis pelo envio de aproximadamente 33 mil ideias para o desenvolvimento do “primeiro e único carro colaborativo do Brasil²¹”.

²¹ Segundo dados informados pelo site do projeto Fiat Mio. Disponível em: www.fiatmio.cc. Acesso em 12 de setembro de 2014.

Baseadas em uma cultura de inovação aberta essa e outras iniciativas se valem das possibilidades de criação possibilitadas por diferentes tecnologias de comunicação para atribuir uma aura de liberdade e autonomia a novos modelos de negócios. O modelo de funcionamento ligado ao desenvolvimento em rede gira em torno de *projetos*, presentes ou não no ambiente virtual, que promovem a atuação projetual a partir da abertura do processo de desenvolvimento. O movimento em torno de *Hacklabs* e de *Design aberto* são alguns exemplos desse tipo de experimento e funcionam como oficinas de trabalho abertas à participação, envolvendo projetistas e a comunidade de usuários visando produzir soluções conjuntas para suas questões. Essas ações também podem ser compreendidas como metodologias projetuais passíveis de aplicação tanto por movimentos sociais quanto por empresas de desenvolvimento.

O economista norte-americano John Howkins, figura de destaque no campo teórico da economia criativa, em sua passagem pelo Brasil²² para uma conferência dirigida aos profissionais do segmento têxtil, ressaltou três princípios básicos, imprescindíveis quando se quer ter novas ideias - e fazer negócios a partir delas: 1) Todo mundo nasce com imaginação e criatividade; elas não são características especiais 2) Criatividade requer liberdade para pensar, se expressar, explorar, descobrir, questionar etc e 3) Liberdade precisa ter acesso ao mercado. A influência das declarações de Howkins não pode ser subestimada, tampouco podemos deixar de considerar o amplo contexto em que elas se situam e encontram legitimidade. Guia para ações mercadológicas, seu livro *Creative Economy: How People Make Money From Ideas*, Howkins (2007) afirma haver um duplo aspecto em torno da produção de ideias, que envolve a necessidade de se alternar de maneira oportuna entre competição e colaboração, compartilhamento e propriedade.

Managing creativity involves knowing, first, when to exploit the non-rivalrous nature of ideas and, second, when to assert intellectual property rights and make one's ideas-as-products rivalrous. These two decision points are the crux of the management process. (CREATIVE ECONOMY²³, 2015)

Projetos de produção colaborativos, em especial aqueles conduzidos por corporações junto a seus consumidores, colocam em questão tanto aquilo que se refere à

²² John Howkins. Economia criativa precisa de pessoas malucas.

<http://exame.abril.com.br/economia/noticias/john-howkins-economia-criativa-precisa-de-pessoas-malucas>

²³ Disponível em: <http://www.creativeeconomy.com>

autoria quanto às apropriações e usos possíveis a partir do que se produz nesses arranjos colaborativos. Nesse sentido, muitas vezes as iniciativas operadas por empresas conduzem à privatização dos bens originalmente comuns produzidos pela cooperação social. Essas tendem a ser as estratégias direcionadas às atividades sociais dentro do biocapitalismo. Para além da precariedade do trabalho realizado pelo *general intellect* e posteriormente explorado, devemos nos deter sobre essa forma produtiva que se estabelece a partir de redes de cooperação e pontuar algumas ocorrências contemporâneas dessas práticas e formas de organização.

2.2 AS PRÁTICAS DE CRIAÇÃO EM REDE

*Eu participo. Tu participas.
Ele participa. Nós participamos.
Vós participais. Eles lucram.*²⁴

Entre participação, cooperação e colaboração, cabe apontar perspectivas preponderantes que abordam a criação e seus ambientes de participação e desenvolvimento. Essa apresentação requer uma breve retomada das diferentes forças e movimentos que constituem um paradigma das redes, no qual diferentes correntes teóricas e políticas estiveram implicadas (BOLTANSKY, CHIAPELLO, 2009). No contexto francês, a constituição do paradigma foi influenciada pelos trabalhos de Gilles Deleuze, entre outros, dedicados à crítica do sujeito e às instituições tomadas como pontos fixos e absolutos. A discussão em torno dos processos de subjetivação, introduzida por Michel Foucault e trabalhada também por Gilles Deleuze, irá contribuir para deslocar a noção de um sujeito essencial para a compreensão da subjetividade como processo produzido “pelas redes e campos de força sociais” (PARENTE, 2013, p. 94). Esse pensamento dava espaço a uma concepção mais fluida e relacional do social. Ao arejar as separações rígidas que tomavam forma, sobretudo, nas versões sociológicas do estruturalismo marxista, esse quadro crítico serviu à interpretação em termos de libertação das hierarquias e aparatos (estatais e sindicais), mas também das “fidelidades pessoais e institucionais” (BOLTANSKI, CHIAPELLO, 1999, p. 178). A formação de

²⁴ Paris, maio de 1968. Originalmente: *Je participe. Tu participes. Il participe. Nous participons. Vous participez. Ils profitent.*

um paradigma das redes não se restringe à emergência das tecnologias de comunicação e informação, mas se liga, de forma mais profunda, a todo um campo de pensamento que se constitui ao considerar os movimentos e relações mais do que pontos fixos e essências. Tal pensamento, que investe atualmente os mais diversos campos de saber (da arte à filosofia, das humanidades às ciências exatas) irá corresponder, de maneira geral, a uma dimensão modelizadora do mundo e da subjetividade. Esse movimento se refletiu, posteriormente, também na concepção positiva de redes desenvolvida na literatura de gestão empresarial a partir da década de 1990, que se opunha à utilização pejorativa nesse mesmo tipo de publicação até os anos 1980. Essa literatura compõe uma base conceitual que apropriou o modelo de organização das redes também aos arranjos de trabalho de tipo novo.

Com efeito, diversas práticas de produção a partir das redes de comunicação surgem como celebradas soluções para problemas de distribuição enfrentados outrora. Atualmente, a formação de partidos-rede, a emergência de coletivos-empresas, as diversas práticas de mobilização *online*, entre outras organizações fortemente baseadas nas redes sociais demonstram tanto as potenciais experimentações para a ação política nos territórios, quanto as contradições inerentes a novos modos de gestão. Se por um lado no campo político uma série de mobilizações têm apontado para a necessidade de se repensar as hierarquias e comandos nos tradicionais modos de participação, no campo econômico diversas iniciativas se encontram consolidadas e em crescente expansão tendo por base o mote da *crowdeconomy*. Discurso que ganha cada vez mais espaço entre empresas que trabalham com comunicação, inovação e criatividade, essa economia das redes baseada em uma bibliografia empresarial que estabelece conceitos e práticas de inovação para os negócios no século XXI, tem se desdobrado em diferentes iniciativas que se realizam tendo como premissa o entrelaçamento dos domínios econômico e social. Publicações como o livro *Makers* (2012), do norte-americano Chris Anderson, apresentam uma revolução que estaria em curso, pautada pelo modelo de criação aberta e pelas novas possibilidades de desenvolvimento e produção trazidas pelas redes tecnológicas de comunicação distribuída. O discurso de Anderson, entre outros, sinaliza para a construção da colaboração como prática fundamental nos processos produtivos contemporâneos e reflete os imperativos característicos das reconfigurações do trabalho a partir da década de 1990. A essa perspectiva economicista

da colaboração se ligam noções como as de *crowdsourcing* estabelecida a partir de um modelo idealizado de co-criação. O ideário da produção com múltiplas fontes envolve diferentes arranjos para a inovação aberta e se estrutura por meio de “arquiteturas de participação”. Esse movimento engloba uma série diversa de iniciativas que associam os processos de produção à intensificação de suas dimensões sociais. As plataformas de criação colaborativa na internet estão inscritas em uma *cultura da participação* ligada às possibilidades de intervenção e interatividade abertas pelas tecnologias de comunicação distribuída (SHIRKY, 2006). Chirs Anderson, desta vez no livro *Free: The future of a radical price*, aponta para a Lei de Moore’s (cuja base consiste no progressivo crescimento da capacidade de processamento de dados dos hardwares e consequente redução dos custos) e como o decrescente custo de tecnologia estimularia o desenvolvimento *online*, multiplicando os caminhos para criação conduzida pelo usuário. Esse tipo de produção também é sustentado pelos emergentes métodos de produção que tornam praticáveis pequenas séries de produtos customizáveis e produzidos sob demanda. No setor de edição e publicação digital, por exemplo, a produção facilitada de produtos digitais diminuiu as desvantagens ligadas aos custos da produção em larga escala, modificando a forma como as cadeias de publicação haviam se estruturado. O uso de redes sociais como o *MySpace* por músicos iniciantes ou amadores como forma de divulgação de suas produção e formação de público também explora o baixo custo de circulação e a visibilidade que a internet possibilita. Esses e outros exemplos ilustram o que seria a aparente superação das barreiras próprias do século XX para a criação amadora e para a circulação de bens em uma economia digital, onde “os baixos custos da tecnologia digital permitem que as pessoas produzam, distribuam e permutem seu próprio material cada vez de forma mais ampla.” (HOWKINS, 2001).

É possível identificar entre as iniciativas de criação colaborativa ainda plataformas ligadas a movimentos ativistas, destinadas a reunir e disponibilizar material gráfico produzido nos – e para os – movimentos de contestação política. Plataformas como *Vocês com futura*²⁵, ligada ao 15M espanhol, e a *Occuprint*, em torno do *Occupy global*, exemplificam esse tipo mídia. Iniciativas de caráter ativistas e ligadas a causas

²⁵ Disponível em: <http://vocesconfutura.org/> Acesso em 14 de setembro de 2014.

sociais tampouco estão isentas de contradições. O *Poster for tomorrow*²⁶, projeto *online* baseado em Paris, se define como “uma organização independente, sem fins lucrativos” destinado a mobilizar a criação de cartazes para debates acerca de direitos humanos. A organização iniciada de forma independente por um grupo de designers deu origem a uma associação que a partir de sua marca mobiliza concursos de criação em uma rede internacional, com exposições em diversos países. Os diferentes tipos de comunidades de criação nas redes explicitam a ligação entre o valor da criatividade coletiva e as tecnologias de comunicação, onde a economia criativa corresponderia a um estágio avançado de uma economia da informação que emerge em função das tecnologias de informação e comunicação (HARTLEY, 2005).

Ainda traçando a breve exploração do campo empírico da colaboração produtiva, uma das práticas que apresentam significativa capilaridade no seio da chamada *crowdeconomy* diz respeito ao financiamento coletivo. A primeira menção ao termo *crowdfunding* é atribuída ao empresário norte-americano Michael Sullivan em seu blog *fundavlog*, em agosto de 2006. O financiamento coletivo, como ficou conhecido na língua portuguesa, pode ser definido, de forma simplificada, como um modo de prover suporte financeiro para um projeto a partir de diferentes fontes; uma forma de *crowdsourcing* aplicado a finanças. Em linhas gerais, projetos de financiamento coletivo se desenvolvem inicialmente a partir da chamada a determinada comunidade para apoio a um projeto de uma forma distribuída²⁷. Esses projetos podem ser de natureza diversa, compreendendo desde campanhas políticas, comunidades de fãs a empreendimentos sociais. Potencializado pelas plataformas e comunidades através da internet, os processos de financiamento geralmente se caracterizam por um convite a participar no desenvolvimento de um projeto criativo, seguido de uma campanha para engajamento de uma comunidade e que culminam com uma celebração da realização, usualmente envolvendo retorno de recompensas ou valor para os participantes. As diferentes formas de desenvolvimento do financiamento coletivo podem ser tipificadas em três formas principais de engajamento, que distinguiriam aquelas que funcionam através de doação, das de empréstimo ou de investimento.

²⁶ Disponível em <http://www.posterfortomorrow.org> Acesso em 14 de setembro de 2014.

²⁷ Para um maior detalhamento sobre a cronologia das formas de crowdfunding ver: <http://p2pfoundation.net/Crowdfunding>; <http://socialmediaweek.org/blog/2011/12/a-social-history-of-crowdfunding/> e <http://crowdfunding.info/evolution-of-crowdfunding/>

Apesar de não se caracterizarem como novidade absoluta nas práticas produtivas, os discursos sobre colaboração parecem despontar com maior intensidade nas literaturas empresariais dos últimos vinte anos. De um lado consumidores são cada vez mais convidados à colaboração em projetos abertos, enquanto para as empresas esse tipo de desenvolvimento colaborativo aparece como solução estratégica para uma efetiva contribuição do usuário em seus processos de concepção. Com essas reconfigurações nos modos de produzir, aos profissionais de criação e desenvolvimento lança-se o desafio contínuo de serem capazes de produzir de forma aberta, englobando nos processos de desenvolvimento não apenas seus pares como também os usuários finais de seus produtos. Se do ponto de vista de designers, publicitários e outros profissionais implicados nas chamadas “indústrias criativas”, a capacidade de estabelecer redes e produzir a partir delas torna-se uma ferramenta constantemente requerida, essa demanda por “criação em rede” parece se generalizar envolvendo diferentes atores e segmentos produtivos.

2.2.1 O TRABALHO LIVRE NAS REDES

A internet, inserida em um paradigma tecnológico que, como já tratamos, se baseia fortemente nas novas tecnologias da informação e nas redes distribuídas, produziu mudanças significativas entre os últimos anos da década de 1980 e o princípio dos anos 1990. As transformações iniciais produzidas pela internet no modelo centralizado de produção e comunicação massiva encontram na virada para o século XXI novas estruturas de organização que irão pautar a discussão sobre uma *web* cada vez mais participativa, que recoloca o papel do público – de consumidor a produtor de conteúdo e informação – reconfigurando as relações entre empresas e clientes, e também entre instituições e movimentos sociais. Os deslocamentos que essas redes de indivíduos representam estão baseados em uma maneira de se organizar pautada em interesses comuns e compartilhamento de informações. Diferente da polarização de grupos de opinião da imprensa de massa, consumidores da mídia massiva tradicional, as redes sociais promovem comunidades a partir de interesses e atividades comuns. Essas comunidades agem coletivamente e seu canal é constituído pela interação que se estabelece entre seus participantes (ANTOUN, 2008). Na rede, as atividades ligas à

criatividade e à inovação parecem encontrar o espaço ideal para o desenvolvimento contínuo e compartilhado de ideias, *insights* e novos projetos.

O paradigma do coro polifônico improvisado se aplica por excelência às comunidades virtuais da internet, mas é, ao menos potencialmente, o modelo que está presente em todo trabalho interativo em rede. (...) O computador aparece como o instrumento universal, universalmente acessível, por meio do qual todos os saberes e todas as atividades podem, em princípio, ser partilhados (GORZ, 2005, p. 21).

Diante dos muitos conflitos que atravessam as comunidades virtuais, podemos ressaltar que esse ideal polifônico, onde muitas vozes se expressam de forma não hierárquica, não se realiza. Entretanto, a apropriação mercadológica desses espaços se baseia justamente na promessa e na possibilidade de participação horizontal e igualitária entre todos os componentes das redes.

O olhar empresarial sobre esse potencial de participação da internet está ligado à própria ideia de *web 2.0*, concebida originalmente pelo empresário Tim O'Reilly²⁸, e que constitui a base de muitos negócios que funcionam a partir da aderência e das atividades de seus usuários. Nesse contexto, o *co-creative labour* estaria compreendido como um fenômeno de participação crescente de consumidores nos processos de produção e circulação de conteúdos e experiências midiáticas, onde cada vez mais “práticas conduzidas pelo usuário”, tanto na produção de conteúdo quanto nos processos de inovação, se configuram como significativas fontes de valor econômico e cultural. (BANKS, DEUZE, 2009). A afirmação desse cenário relativamente novo, contudo, nos exige uma reflexão das práticas, onde pese os atuais papéis dos atores profissionais e não-profissionais mas, sobretudo, sobre as relações de trabalho e de produção de subjetividade que esse arranjo permite. Um “trabalho imaterial 2.0” como força dinâmica de poder criativo, advindo das comunidades agrupadas através de sites de redes sociais (COTÈ, PYBUS, 2007). Do ponto de vista da dinâmica de acumulação e valorização em que se baseiam as empresas *wiki* e as ações publicitárias envolvendo as mídias sociais, o trabalho realizado nas redes, entendido como livre e voluntário, carrega uma série de usos e disputas em torno de uma força de trabalho dispersa e altamente lucrativa.

²⁸O'REILLY, Tim. *What is Web 2.0?* Disponível em: <http://www.oreilly.com/pub/a/web2/archive/what-is-web-20.html> Acesso em 13 de junho de 2014.

A desmaterialização do trabalho possibilitada e, em certa medida, incorporada pelas tecnologias de informação e comunicação suscita dinâmicas nas redes cujas consequências podem ser apreendidas em uma dimensão política da atividade produtiva. É nessa perspectiva que Tiziana Terranova (2000) discute o contexto do trabalho livre, argumentando sobre a necessidade de um esforço analítico que possibilite ir além da noção de que o ciberespaço é um escape da realidade, para compreender como “a realidade da internet está profundamente ligada ao desenvolvimento das tardias sociedades pós-industriais como um todo²⁹” (TERRANOVA, 2000, p.34, tradução nossa). A partir desse ponto de vista, a autora ressalta ser necessário considerar as conexões sociais, culturais e políticas da questão do trabalho em uma economia digital. Tomando o apagamento das fronteiras entre espaços de produção e consumo, trabalho e expressão cultural, Terranova salienta que este por si só não pressupõe o caráter autônomo do trabalho no ambiente virtual.

A internet não transforma automaticamente cada usuário em um produtor ativo, e cada trabalhador em um sujeito criativo. O processo pelo qual a produção e o consumo são reconfigurados dentro da categoria de trabalho livre sinaliza o desdobramento de uma lógica diferente do valor (ao invés de uma completamente nova), cujas operações necessitam uma análise cuidadosa³⁰ (TERRANOVA, 2000, p. 35, tradução nossa).

A internet enquanto aparato tecnológico, como os demais que o antecederam, se desenvolve não autonomamente, mas nas inter-relações com diversas dinâmicas políticas e econômicas. Ao pensar as apropriações dessas técnicas no âmbito produtivo é necessário considerar as reconfigurações na organização e na própria natureza do trabalho, para que sejam abordadas as condições de difusão e uso das novas tecnologias de informação e comunicação (NTIC). Coloca-se a condição de conformação de um sistema, onde um trabalho cooperativo e reticular é mutuamente produto e produtor dessas tecnologias. Para além do caráter instrumental, “as NTIC se afirmam igualmente como tecnologias relacionais: elas instrumentam o relacionamento, a criação de relações

²⁹ No original: It is fundamental to move beyond the notion that cyberspace is about escaping reality in order to understand how the reality of the Internet is deeply connected to the development of late postindustrial societies as a whole. (TERRANOVA, 2000, p.34).

³⁰ No original: The Internet does not automatically turn every user into an active producer, and every worker into a creative subject. The process whereby production and consumption are reconfigured within the category of free labor signals the unfolding of a different (rather than completely new) logic of value, whose operations need careful analysis. (TERRANOVA, 2000, p. 35).

interpessoais, a produção de redes sociais e a formação de comunidades” (JOLLIVET, 2003, p. 86). Ao possibilitar de forma nova e mais abrangente a relação entre usuários, as NTIC não só refletem como também afirmam um trabalho cooperativo e em rede. A partir daí se faz necessária a formulação de novas questões relacionadas às práticas produtivas e reprodutivas que ocorrem através das tecnologias de comunicação. Questões que se relacionam também através dos valores construídos e partilhados em outros níveis da vida coletiva, fazendo-se necessária uma abordagem que englobe tanto as estruturas macrosociais quanto os aspectos micro para a compreensão destas mobilizações.

No que se refere às iniciativas de negócios voltadas para a criação colaborativa nas redes sociotécnicas, vimos como o imperativo de participação e criatividade que elas acenam valora aqueles dispostos a contribuir com tempo e ideias em projetos coletivos. A possibilidade de contribuir com o desenvolvimento de um projeto e os benefícios pessoais advindos desse tipo de ação se apresentam como alguns dos atrativos de um sedutor convite à colaboração, mas não são os únicos. Consideramos que essas práticas de produção colaborativa gestada por empresas colocam novas questões a confrontar, em especial no que concerne aos modelos de trabalho que se delineiam em tempos de produção pós-fordista. “As modalidades de remuneração desta parte variável são aleatórias e arbitrárias, baseiam-se quase sempre em critérios meritocráticos, e nunca levam em consideração a natureza social e coletiva do agir cognitivo” (MARAZZI, 2009). São redes de cooperação social a partir das quais o capital constantemente retira trabalho não remunerado e, portanto, valor baseado na exploração. Além do caráter gratuito ligado ao termo *free*, trata-se também de uma série de aspectos ligados à liberdade de uso e circulação que as produtivas atividades na internet colocam em pauta. O mecanismo observado em diferentes iniciativas *online*, pelo qual a criação é continuamente apropriada, reforça a compreensão de que a gestão das redes criativas produz a partir de uma colonização da criatividade. Nas plataformas de criação coletiva mais do que os produtos criados pelos participantes da rede está em jogo a cooperação, os saberes partilhados, a troca produzida entre aqueles que investem seu tempo nas convocações que a gestão promove. Como Tessa Morris-Suzuki (1997) reafirma, o recurso sistemático do trabalho gratuito de consumidores e de membros do público não é uma novidade absoluta, mas se mostra de forma intensificada quando o

compartilhamento e a reprodução de conteúdos podem ser identificados como princípios emergentes centrais ao “capitalismo na era do computador³¹” (MORRIS-SUZUKI, 1997).

2.3 O COMUM NA CRIAÇÃO COLABORATIVA

*Não estou a servir as pessoas,
o povo se servirá.³²*

A utilização pelo capital de recursos comuns, práticas de compartilhamento e de forças provenientes de arranjos produtivos que em muitos aspectos rompem com a disciplinarização do trabalho, nos apresenta o movimento através do qual o capitalismo pôde neutralizar dinâmicas contestatórias e passar a explorar sistematicamente a cooperação social. Paolo Virno utiliza a expressão “comunismo do capital” como recurso para tentar sintetizar as metamorfoses dos sistemas sociais no ocidente durante os anos 1980 e 1990, onde uma interpretação capciosa dos objetivos da perspectiva comunista (abolição do trabalho assalariado, dissolução do estado, valorização das singularidades) culmina com o pós-fordismo como sistema que se sustenta sobre o trabalho vivo do *general intellect* (VIRNO, 2013). A resposta domesticada do capital para as lutas sociais dos anos 1960 e 1970 desconsiderou seus aspectos revolucionários e tomou à sua maneira a produtividade da cooperação social.

A “cognitivização” é o processo através do qual os saberes se tornam não apenas recursos produtivos, mas meios de produção centrais, em torno dos quais se determinam historicamente a qualidade da relação de capital e do antagonismo de classe, em que se qualificam as formas da acumulação capitalista e a nova composição do trabalho vivo em plano global (ROGGERO, 2012, p. 61).

Compreendido o lugar dos saberes como meios de produção centrais, podemos encontrar aí não apenas aquilo que nele diz respeito à forma de produção, mas sua condição de horizonte de relação social. As dinâmicas de trabalho contemporâneas, aquelas assentadas sobre a capacidade de interação e da linguagem, como produtoras de relações sociais não podem ser integralmente apropriadas pelo capital. O comum, como

³¹ No original “capitalism in the computer age”.

³² Paris, maio de 1968, originalmente: *Je ne suis au service de personne, le peuple se servira tout seul.*

qualidade excedente da produção de valor, nos apresenta a possibilidade de uma face política na qual seja possível agir pela retomada dos bens produzidos em nossas redes.

Hoje, para trabalhar e para ser parte da rede social e de reprodução (da vida), coopera-se, ativa-se constantemente nas redes, produzem-se relações sociais, inovação e informação, enfim, se produz uma quantidade de valor que é utilizado pelo capital somente em parte (e somente numa mínima parte é reconhecido e remunerado!). O comum é tudo aquilo que excede estas quantidades de valor e a política deve saber um “rosto”, uma voz, uma forma de “representação” a este excedente. (MARAZZI, 2009)

A produção excedente da qual fala Christian Marazzi está diretamente ligada à forma cooperativa e às atividades criativas que os negócios da *web 2.0* têm mobilizado. Para compreender em que medida o trabalho imaterial (comunicativo, cooperativo e afetivo) se relaciona com esse excedente cabe abordar as dinâmicas que envolvem a produção do comum. No intuito de pensar o terreno biopolítico a partir do trabalho criativo que se desenvolve nas redes tecnológicas, buscaremos inicialmente considerar a produtividade das redes de cooperação e suas disputas internas.

2.3.1 A PRODUÇÃO DO COMUM

Considerando a intensa produção e circulação de bens culturais possibilitadas pelas redes digitais de comunicação, se colocam algumas questões ligadas à propriedade no capitalismo cognitivo. Uma vez que o trabalho neste novo contexto se distingue do anterior por sua ênfase na produção e circulação de saberes, informações e bens culturais de uma forma geral, a dinâmica de compartilhamentos ilimitados que a rede propicia torna-se não apenas necessária, mas também imprescindível às atividades implicadas na produção imaterial. “O trabalho imaterial se constitui em formas imediatamente coletivas e não existe, por assim dizer, senão sob a forma de rede e fluxo” (LAZZARATO, NEGRI, 2001, p.50). Nas redes de comunicação, os códigos partilhados e os conteúdos que circulam se constituem como linguagens duplamente produtivas enquanto fonte e resultado da cooperação. Se considerarmos a produção de softwares livres ou projetos como a *Wikipédia*, poderemos constatar que o que essas redes produzem são, cada vez mais, bens produzidos e utilizados por um número significativo de pessoas em uma criação contínua e ilimitada que se baseia justamente na abertura dos códigos para colaboração. As barreiras geográficas não mais se definem como limitantes à realização de projetos, tendo em vista a possibilidade de convergência em determinados projetos de atores outrora dispersos. As redes de comunicação

possibilitaram uma intensificação da produção coletiva, se constituindo como “o elemento específico que convoca os novos sujeitos e torna ativa a cooperação” (COCCO *et ali*, 2003, p.10).

Como vimos, o capitalismo contemporâneo se define por um mecanismo de apropriação *a posteriori* dos bens que as diversas redes produzem. Trata-se aqui de compreender a rede como forma de organização generalizada, esteja ela em meios intrinsecamente digitais ou sociais. De fato, já não faria sentido apostar em uma distinção radical entre *on-line* e *off-line*, entre ciberespaço e espaço urbano, uma vez que esses “campos” se encontram profundamente imbricados. Dada a ubiquidade dessa forma de organização e os processos pelos quais o capital sistematicamente busca controlar a sua produtividade, cabe aqui tratarmos do estatuto dos bens que essas redes produzem. Essa questão nos leva a apontar a profunda contradição inerente à atual face do capitalismo. Se por um lado precisa estimular a cooperação para aumentar a capacidade produtiva das redes, por outro se vê tentado a frear todas as formas de circulação que escapam aos antigos mecanismos jurídicos da propriedade. Capitaneada pelas grandes gravadoras, a guerra travada pela indústria da música contra o compartilhamento de *mp3*³³ ainda nos anos 2000 é emblemática desse tipo de disputa. Como ressalta Beatriz Cintra Martins (2011):

Existe nos dias atuais uma disputa, ainda sem resultado ou prognóstico determinado, entre aqueles que defendem um sistema produtivo baseado na cooperação social e no livre fluxo da informação e as antigas estruturas do capital corporativo que ainda resistem às mudanças e querem manter o regime de propriedade sobre as trocas. Para isto, utilizam-se dos representantes conceituais e jurídicos do segredo industrial e da propriedade intelectual, com os quais tentam impor um critério voltado para a escassez, em bens imateriais como a informação, que por natureza são abundantes. (CINTRA MARTINS, 2011, p. 368)

Essa disputa diz respeito à própria noção de autoria no paradigma das redes, exigindo a reformulação conceitual em torno das formas de produção e circulação dos bens imateriais nas redes, considerando a reconfiguração da criatividade em sua relação com as estruturas de conexão globais (SHIRKY, 2010).

No contexto dos anos 1960 onde despontaram diferentes movimentos participativos como o Situacionismo (França), os *happenings* (EUA) e neoconcretismo

³³ De forma simplificada trata-se de um formato digital de arquivos de música.

(Brasil) formulações em torno do par autoria/obra envolveram uma série de trabalhos no campo da estética. Roland Barthes, em 1968, colocara em cheque a questão autoral, ao situar “a morte do autor” a partir da exposição do desaparecimento de uma figura capaz de concentrar a autoria, propondo uma compreensão da agência da linguagem em detrimento do indivíduo (BARTHES, 2004). Umberto Eco, em *The poetics of the Open Work*, já explorara a condição das peças consideradas incompletas de um modo mais tangível, compreendendo as obras abertas como projetos inacabados. “O autor parece transmiti-las ao usuário mais ou menos como os componentes de um kit de construção.” (ECO *apud* ARMSTRONG, STOJMIROVIC, 2011). De fato, hoje a participação se generalizou e não diz respeito apenas às vanguardas artísticas, ultrapassando os limites da arte e permeando a cultura de forma geral. O desenvolvimento nas tecnologias de comunicação contribuiu para o avanço em direção a uma “era participativa” que compreende as dinâmicas de envolvimento de outros agentes (estejam eles identificados como comunidades, público ou consumidores) no desenvolvimento de projetos e lança luz sobre o que Beatriz Cintra (2014) identifica como um deslocamento da noção de autoria no tempo das redes. De fato não só a autoria, mas várias outras noções legais que se ligam a ela se encontram deslocadas quando consideramos o acelerado ritmo de transformação encetado pelas tecnologias digitais. Nesse ponto, a crítica que podemos direcionar à atual apropriação capitalista da produção das redes nos leva a considerar a constituição originária da propriedade privada, onde ela se estabelece como base da estrutura legal do capitalismo. De forma mais profunda, o capitalismo estaria configurado pelo movimento contínuo de privatização dos bens comuns, funcionando por um “ciclo contínuo de reapropriação de bens públicos por particulares”, onde a queda do *welfare state* corresponderia a mais um ciclo de apropriações públicas e privadas (HARDT, NEGRI, 2005a, p. 322). Contudo, em um cenário onde a produção corresponde ao envolvimento em redes sociais e comunicativas, à construção de comunidades e à cooperação contínua, a noção de propriedade privada perde gradativamente mesmo sua razão de ser. Paradoxalmente, enquanto as tecnologias de comunicação reforçam as habilidades gerais para criação e para o compartilhamento, diferentes esforços jurídicos e financeiros resistem à dissolução de privilégios buscando perpetuar a legitimidade da propriedade privada. Nesse sentido, diferentes respostas à persistência da privatização da riqueza social se apresentam. Em uma perspectiva

jurídica da produção cultural Lawrence Lessig (2005) debate a reforma das leis de propriedade intelectual como condição para que a circulação livre de conteúdo cresça, uma vez que tal circulação é condição *sine qua non* para que a cultura participativa exista. Mas, se até aqui temos tratado da qualidade comunicativa do trabalho contemporâneo, nos parece mais produtivo diante dos impasses da propriedade privada não reforçar os discursos que pretendem tratar de novas métricas para o controle da produção imaterial, mas seguir uma perspectiva que leve em consideração a própria composição técnica do trabalho contemporâneo enquanto trabalho que abarca a ação política em direção à ruptura dessas estruturas de controle. O antagonismo que o trabalho cooperativo carrega diz respeito à construção linguística, comunicativa, e, portanto, comum, própria do modo pós-industrial de produção, onde o conceito abstrato da propriedade privada se estende dos bens materiais à produção imaterial. O trabalho exercido pela multidão aparece aqui como a possível realização de um projeto que é uma *comunidade* (HARDT, NEGRI, 2005a, p. 323). Nas diferentes formas de organização em rede, onde temos identificado o compartilhamento para o uso e a transformação de diferentes bens imateriais, a produção dessas comunidades pode parecer constituir potenciais terrenos de experimentação do comum. No entanto, dadas as diversas relações de poder que se travam nesses espaços, os movimentos que as animam não se resolvem de maneira tão simples. Sabendo que o comum se define por uma nova temporalidade do antagonismo, para além da dialética público-privado (ROGGERO, 2014), devemos considerar uma composição de classe onde seja possível colocar em perspectiva a relação entre autonomia e captura. Ainda é preciso considerar as diversas forças internas que irão rivalizar com a produção do comum em constante tensão com sua expropriação e corrupção. O conflito do comum com o público tange sua relação com as instituições que tentam governá-lo, enquanto com o privado esse conflito tem frequentemente passado pela discussão da autoria, das patentes e do *copyright* (HARDT, NEGRI, 2009, p. 282).

2.3.2 AUTORIA E PROPRIEDADE NO USO DOS BENS COMUNS

A fim de complementar a discussão que temos apresentado até aqui, apontemos para as práticas produtivas e suas lutas em alguns exemplos de movimentos de crítica à noção de autoria individual e ao uso proprietário de bens imateriais em geral. Dois

movimentos culturais contemporâneos abrem caminho para uma abordagem mais ampla com relação à propriedade no atual cenário. São eles o *open source* e o *copyleft*. O *open source*, em linhas gerais, reivindica o acesso livre aos códigos fonte dos programas de computador, uma vez que os *copyrights* tradicionais restringem tais conhecimentos. Por sua vez, o *copyleft* surge do movimento do *software* livre, envolvendo o desenvolvimento de novos conceitos de *copyright* que possibilitem ir além do limite de distribuição gratuita da informação. Nesse mesmo campo de disputas, as licenças *creative commons*, ligadas à fundação de mesmo nome criada pelo professor norte americano Lawrence Lessig, propõem direitos de reprodução flexíveis, com restrições e permissões determinadas pelos autores. De forma oposta, em um tensionamento da relação entre autor/obra/uso em direção a possíveis sentidos para o uso comum dos bens imateriais, se coloca uma crítica direcionada à licença *creative commons*. Sob o nome de Ana Nimus (2006), Dmytri Kleiner e Joanne Richardson conduzem uma discussão sobre como os bens sob as licenças *creative commons*³⁴ são igualmente privatizados em razão do direito de cópia ser retido pelo autor e apenas oferecido à comunidade sob termos não comerciais. O autor original tem direitos especiais – de empregar o trabalho comercialmente, por exemplo – enquanto os usuários desses bens comuns têm direitos limitados. Kleiner e Richardson argumentam que todas as concepções anteriores de *commons* intelectuais ou culturais (como de culturas pré-*copyright* e do movimento de *software* livre) estão baseadas em não permitir direitos especiais para um autor original, insistindo no direito de que todos possam utilizá-los e reutilizá-los em comum. Nesse sentido, as licenças não comerciais representariam a sistematização em sentido de um *creative anti-commons*, isto é, uma privatização da noção de bens comuns e uma reintrodução do conceito de um artista excepcionalmente original com direitos privados especiais.

More than just privatizing the concept and composition of the modern cultural commons, by asserting a unique author, the creative commons colonizes our common culture by asserting unique authorship over a growing body of works, actually expanding the scope of private culture rather than commons culture. (KLEINER, 2011)

A luta entre controles corporativos e usos comuns se estabelece no embate entre a suposta proteção do autor e o compartilhamento dos esforços criativos. Sobre a ampla

³⁴ Optamos por manter a aceção utilizada pelos autores, *commons*, por acreditar que a tradução para “comuns” ou “comum”, nesse caso, não daria conta do sentido mais amplo conferido ao termo original.

disputa envolvendo produção cultural, identidade e autoria, as ações do coletivo italiano *Luther Blissett*³⁵, criado nos anos 1990 por um pequeno grupo de estudantes na universidade de Bolonha, nos ajudam a identificar aspectos que compõem antagonismos necessários ao capitalismo contemporâneo. Iniciado em 1994 como movimento de crítica aos mecanismos de difusão ideológica, o grupo trabalhou inicialmente em críticas teóricas aos conteúdos midiáticos, na televisão, nos jornais e no rádio. Simpatizantes do anarquismo, da Escola de Frankfurt, do marxismo, entre outras influências teóricas, ao considerar o trabalho crítico insuficiente, o grupo passou à realização de ações de guerrilha midiática que envolviam a produção de notícias falsas e outras táticas de infiltração nas cadeias midiáticas. A intenção era minar a credibilidade do sistema para gerar confusão, romper sua hegemonia e confundir (ESPITIA, 2011). A tarefa se mostrou grande demais para se restringir ao pequeno grupo, que passou posteriormente a abrigar sob sua identidade todos aqueles envolvidos em práticas subversivas. Assim, o *Luther Blissett* se constituiu como uma identidade aberta (a que qualquer um pode se ligar) que se define pelo teor de suas críticas ao *copyright* e pelos atos de guerrilha midiática. Formado de forma intempestiva por ativistas, *hackers*, artistas, escritores e rebeldes, o coletivo age em escala global, onde quer que haja um movimento direcionado ao ataque da cultura dominante e à formação de uma contracultura. A crítica prática da propriedade intelectual conduzida pelo *Luther Blissett* envolveu, entre suas últimas ações como grupo³⁶, a escrita de um romance coletivo intitulado *Q*. O romance, escrito por quatro membros e publicado na Itália em 1999, “se passa na Europa Central do século 16, durante os motins e rebeliões camponesas populares que quase “sequestraram” a Reforma antes de sofrer repressão sangrenta com aprovação entusiástica de Lutero” (Luther Blissett Project). A obra que mistura o romance histórico com manifesto anarquista condensa uma tensão da figura autoral mediante o questionamento de noções como identidade e individualidade. Essa iniciativa possibilitou que, em janeiro de 2000, o antigo grupo se convertesse em um coletivo de experimentação literária denominado *Wu Ming*³⁷, que em mandarim

³⁵ <http://www.lutherblissett.net/>

³⁶ Ações que antecederam o suicídio simbólico do projeto *Luther Blissett* composto pelos quatro membros fundadores. A partir daí a anterior noção de grupo dá lugar a um nome, uma identidade difusa que poderia ser assumida por qualquer pessoa.

³⁷ <http://www.wumingfoundation.com>

significa sem nome, anônimo. Composto por cinco membros³⁸ seu processo de escrita envolvia a postura de autor coletivo e enfocava o *copyleft*. Em uma entrevista o coletivo afirmou:

acreditamos que o Autor (com letra maiúscula) é essencialmente um mito; um mito muito presente. Um mito burguês, romântico e idealista. Sabemos que Shakespeare (...) trabalhou com muitos colegas. Que entre eles havia uma troca de ideias, personagens e histórias (...) o autor não é um grande sábio que vive em uma montanha, mas uma pessoa mortal que vive em uma realidade coletiva e é como uma esponja. Absorve ideias, palavras, histórias. Seu cérebro as reelabora. É um ponto de síntese de uma rede muito maior³⁹. (WU MING *apud* ESPITIA, 2011, p. 72, tradução nossa.)

Essas iniciativas, cada uma a seu modo, podem ser compreendidas como pequenas práticas de resistência quando tomadas dentro de um cenário de controle dos usos, de gestão da criatividade das redes e de disputa dos bens comuns. As ações gestadas a partir de redes de colaboração descentralizadas, compreendidas como movimentos articulados em torno da liberdade e da expansão do comum, são elas mesmas movimentos cuja promoção e funcionamento se configura a partir das formas comuns. Yochai Benkler defende que os usuários se engajam em projetos participativos, pois apreciam a comunidade e a realização criativa que eles proporcionam, tratando-se mais de motivações sociais em detrimento de possíveis compensações monetárias. (BENKLER, 2012). Não desconsiderando uma série de outros fatores materiais que rivalizam com elas no sentido do engajamento e do envolvimento em comunidades de criação, as motivações sociais das quais fala Benkler abririam espaço para pensarmos em termos de uma transformação ética a partir da cooperação insurgente. Nas redes de comunicação talvez um horizonte possível de ruptura com o círculo vicioso da apropriação seja mesmo aquele traçado a partir de uma ética *hacker*, do anonimato e de todas aquelas formas de vida que (se) produzem a partir de outras relações com a propriedade e a identidade. Como sugere Deuze (2013), cabe a nós

como indivíduos encontrar uma maneira de *hackear* o sistema ao nos comprometermos, em primeira instância, com violência teórica sobre a

³⁸ Roberto Bui (Wu Ming 1), Giovanni Cattabriga (Wu Ming 2), Luca Di Meo (Wu Ming 3), Federico Guglielmi (Wu Ming 4) e Riccardo Pedrini (Wu Ming 5).

³⁹ No original: “creemos que el Autor (con a mayúscula) es fundamentalmente un mito; un mito muy presente. Un mito burgués, romántico e idealista. Sabemos que Shakespeare (...) trabajaba junto a muchos colegas. Que entre todos ellos había un intercambio de ideas, de personajes y de historias (...) el autor no es un gran sabio que vive sobre una montaña, sino una persona mortal, que vive en una realidad colectiva y es como una esponja. Absorbe ideas, palabras, historias. Su cerebro las reelabora. Es un punto de síntesis de una red mucho más grande”

interpretação contemporânea do capitalismo, da tomada corporativa da internet, da maneira que as interfaces nos fazem censurar e deletar partes de nós mesmos para nos encaixar e dar expressão ao culto transformado em *commodity* da individualidade. (DEUZE, 2013, p. 127)

Essas práticas de resistência emergem como intervenções políticas que se dão a partir de uma ética de libertação. Intervenções que nos permitem abordar a organização produtiva em torno da cooperação nas redes como *instituições do comum*, constantemente transformadas pelas singularidades que as constituem. Compreendendo o comum proposto por Negri e Hardt (2009) como produção social fonte de inovação social e criatividade, capaz de produzir relações novas entre sujeitos, queremos tratar dessas dimensões intrinsecamente inovadoras das formas cooperativas possíveis ao trabalho criativo. O comum que já está sendo gestado nas atuais formas do trabalho imaterial coloca em foco uma disputa que passa pelo exercício cotidiano de outros modos de trabalhar e partilhar, pela resistência ao controle do dígito e do código e pela experimentação contínua de novas relações de produção e circulação. Propriedade e patente só podem sobreviver ao forjarem um cenário de escassez e não se sustentam diante da abundância que um sistema aberto e complexo de produção torna possível. O trabalho imaterial traz consigo as formas constantemente desenvolvidas nas ações políticas multitudinárias. Necessárias na medida em que as relações diversas de trabalho através da internet, as experimentações dos coletivos de criação e a produção a partir das redes de produção descentralizadas são capazes de definir, enquanto lutas pela liberdade, “todo o desenvolvimento das estruturas de poder”. (HARDT, NEGRI, 2009, p. 236). Assim, gostaríamos de ressaltar os modos pelos quais a produção a partir das redes se vale, sobretudo, da colaboração, da estrutura não hierarquizada e da ausência de um centro absoluto que determine as diretrizes da criação. As experimentações ligadas à criação e à crítica da propriedade não seguem uma lógica única, mas se constituem mesmo nos fluxos de uma inteligência de enxame. Essa força de invenção multitudinária, dispersa e intempestiva, parece ser um movimento duplo de relação consigo e com o outro diante dos bens comuns, apontando para um caminho de resistência possível à domesticação da criatividade.

Em uma analogia com a identificação feita por Marx de diferentes tipos de capital (mercantil, industrial e financeiro), que juntos contribuiriam para uma subsunção social total, Nick Dyer-Witheford (2006) reconhece diferentes momentos na circulação

do comum. No que incluiria comuns terrestres, comuns de planejamento⁴⁰ e comum das redes⁴¹, este último estaria especialmente ligado às associações livres de *softwares open source*, às redes *peer-to-peer* e a diversas outras socializações tecnocientíficas. O *circuit of the common* estaria então traçado pelos modos como recursos compartilhados geram formas de cooperação social – associações – que coordenam a conversão de mais recursos em comum expandido. As associações de diferentes tipos (sejam elas redes de cooperação *on line* ou assembleias locais) organizam fontes compartilhadas para arranjos produtivos que criariam mais fontes compartilhadas (as quais, por sua vez, provém as bases para a formação de novas associações). Reconhecendo como a grande redescoberta da teoria autonomista a relação direta entre circulação do capital e circulação das lutas, Dyer-Witthford lança luz sobre os espaços potenciais de conflito onde

the productive subjectivities capital requires may contest its imperatives. If not all, at least many of the breakdowns in capital's circulation occur because LP (labor-power) refuses to remain LP: it resists and re-appropriates. (DYER-WITHEFORD, 2006)

Há novas formas de exploração e controle, mas as formas de produção que excedem os limites das relações capitalistas e tangerem o comum estão ligadas a uma constante experimentação de novas ferramentas e espaços de trabalho que também podem ser entendidas e tomadas como novas armas e territórios das lutas. Lutas contemporâneas que são diversas, mas que não se excluem. Os movimentos contra o *copyright*, as ações de guerrilha midiática de *Luther Blissett*, entre outros citados até aqui, podem ser compreendidos como movimentos de uma classe que se constitui menos como identidade fixa definida por uma dialética trabalho/capital, do que como multiplicidade de singularidades, uma coletividade que luta em comum (HARDT, NEGRI, 2005b, 144). Essa luta diz respeito, mais do que a um projeto acabado, a um processo de produção continuado onde novas práticas possam ser experimentadas e reiteradas, compartilhadas e resignificadas coletivamente.

A discussão que desenvolvemos até aqui não pretendeu ser exaustiva ou mesmo dar conta de todas as dimensões que constituem as lutas contemporâneas ligadas à

⁴⁰ No original *planner commons*. Envolvendo, por exemplo, socialismo de comando e do estado de bem-estar democrático liberal.

⁴¹ No original *networked common*.

criatividade. Entretanto, embora nosso foco sejam as relações produtivas dentro da zona restrita das plataformas de criação *online*, não poderíamos avançar sem passar por essas questões que dizem respeito ao comum e às disputas que o envolvem. Principalmente porque diante da multiplicação de espaços de controle da criatividade nas redes, esses movimentos sinalizam caminhos de escape possíveis. No que diz respeito à organização de espaços virtuais para a colaboração criativa, pretendemos nas seções seguintes indagar os modos de funcionamento de algumas plataformas de produção colaborativa, a fim de darmos alguns passos em direção à necessária complexificação das análises sobre esse tipo de trabalho em rede.

3 PLATAFORMAS: PROCESSOS E AGENCIAMENTOS

3.1 O IMPASSE DIANTE DO MÉTODO: UMA CARTOGRAFIA NAS PLATAFORMAS

*Como pensar livremente na sombra de uma capela?*⁴²

Entre os objetivos que conduziram esta pesquisa, estava o desejo de explorar e dimensionar as dinâmicas de participação em plataformas de produção criativa. Para a proposição de nossa análise, foi necessário antes de tudo considerar o caráter distribuído e heterogêneo das plataformas, seus múltiplos agentes e a dinâmica própria em que se baseiam essas redes sociais. Dada tal composição, se revelou imprescindível ao analisar redes sociais que se estabelecem a partir das tecnologias de comunicação, considerar a dimensão múltipla dos processos comunicacionais que operam nestas estruturas. Assim, foi admitindo que os “objetos” desta investigação são antes redes de forças, pelos quais passaríamos momentaneamente, e que seguiriam se constituindo a partir de seus próprios agenciamentos, que percebemos a necessidade de rever as ferramentas metodológicas necessárias e adequadas a essa pesquisa. Experimentamos antes algumas tentativas frustradas de definição de método para a investigação. Todas as investidas anteriores pareciam fracassar na abordagem aos objetos de pesquisa, principalmente quando as plataformas que pretendíamos analisar nos mostravam a necessidade de manter as certezas suspensas e a ineficiência das definições prévias. Havia ainda a necessidade de que o método pudesse contemplar o lugar particular de ser simultaneamente pesquisadora e agente do campo investigado. Como designer, minhas vivências e questões particulares dentro de espaços colaborativos de criação conferiam uma referência impossível de ser suprimida na aproximação com os objetos. Assim, parecia fundamental que o modo de olhar para esses objetos fosse capaz de considerar seu movimento contínuo de transformação e também abrigar um processo de questionamento e ação de uma pesquisadora *insider*. Como tratar de um objeto, tomado como figura estática passível de análise, quando as próprias relações presentes nas plataformas apontavam um dinamismo difícil de apreender com certas lentes? Como considerar a aproximação pessoal mantida com os supostos objetos a serem analisados

⁴² Sorbonne, Paris, maio de 1968, originalmente: *Comment penser librement à l'ombre d'une chapelle?*

e, de forma geral, também a contínua inserção profissional e afetiva na estrutura discursiva que formava o campo da economia criativa e do trabalho colaborativo?

No primeiro semestre de 2014, a partir do curso de extensão *Cartografias do Sul, do Sol e do Sal*, no âmbito do Laboratório de Território e Comunicação (LABTeC/UFRJ), tivemos a oportunidade de nos aproximarmos coletivamente da noção de cartografia. Partindo de uma abordagem geral sobre a concepção do conceito no contexto europeu e seus desdobramentos teóricos posteriores, de maneira específica o curso esteve centrado nas discussões e práticas brasileiras que têm mobilizado a cartografia como “instrumento de pesquisa de contextos políticos, sociais e culturais através da incorporação da dimensão cognitiva e/ou afetiva na relação com os territórios⁴³”. A participação no curso tornou possível a compreensão de que fazer cartografia consistia menos em aderir a um método rígido de investigação, a ser seguido passo a passo, do que construir, com ferramentas alternadas, um percurso próprio de produção de conhecimento junto aos objetos. Durante os encontros do curso⁴⁴, ao nos confrontamos com as leituras e tecermos discussões sobre pesquisas e questões contemporâneas ligadas às ciências sociais e à produção de conhecimento, a cartografia se revelou como uma possibilidade de aproximação com os objetos de estudo com os quais vínhamos trabalhando. Ao considerar a produção de conhecimento dentro do contexto de transformação das relações entre saber e poder, ligadas, principalmente, às sociedades pós-industriais, a cartografia se apresentou como orientação possível para o desenvolvimento dessa pesquisa.

Para esta pesquisa, acompanhando os desdobramentos da pesquisa cartográfica no Brasil, tivemos como base para estruturação de nossa prática o livro *Pistas do método cartográfico* (PASSOS, KASTRUP, DA ESCÓSSIA, 2009), sistematizado por um grupo de pesquisadores da Universidade Federal Fluminense, a partir do pensamento de Deleuze e Guattari (1996). Partindo das pistas apresentadas foi possível começar a esboçar o percurso particular que se definia tendo por base a orientação

⁴³ Sobre o curso de extensão *Cartografias do Sul, do Sol e do Sal*, ementa e bibliografia ver: <http://www.exodo.net/cartografias/>

⁴⁴ O curso se desenvolveu entre os meses de março e agosto de 2014 e culminou com a organização de um dossiê para publicação de trabalhos em torno da pesquisa cartográfica no sul global, a partir de sessão temática intitulada 'Cartografias do Sul, do Sal e do Sol', a ser publicada na Revista Lugar Comum: Estudos de mídia, cultura e democracia (ISSN/1415-8604), periódico editado pela Universidade Nômade e pelo Laboratório de Território e Comunicação (LABTeC/UFRJ).

cartográfica. Essa orientação nos conduzia a olhar para o objeto revendo a posição do pesquisador (como desvelador da verdade inerte dos objetos) e, sobretudo, apontava para a necessidade de considerarmos as linhas de força e movimentos que o constituíam. Naquilo que diz respeito às estratégias de investigação, a cartografia quer passar ao plano comum onde estão reunidos os diferentes vetores, múltiplos e heterogêneos, para trabalhar dentro de realidades complexas.

É nesse sentido que se coloca a possibilidade de uma pesquisa que não se pretende *sobre* as plataformas, mas *dentro* delas, partindo de um ponto de vista inserido e confrontado pelas diferentes forças que a compõem. Para isso, estabeleceu-se como um passo inicial a participação mediante a criação de perfis nas plataformas, a partir dos quais seria possível tentar acompanhar a tensão que compunha seu plano de forças. Ao longo dos dois anos dedicados, entre outras atividades, ao acompanhamento das ações dentro daquelas redes, pudemos observar os objetos em transformação. Olhar para seu desenvolvimento à luz dos debates, tópicos e interesses que seguiam formando o universo da economia criativa. Não havia uma plataforma absoluta sobre a qual seria possível falar, descrevendo seus usos bons ou ruins, mas a tessitura da plataforma através de linhas que ligavam seus gestores, os tipos de uso, as conversas entre participantes e os projetos que ali se produziam. Sobre a produção de conhecimento através da cartografia, tratava-se então não de emitir uma palavra final sobre plataformas de criação (do que, apesar de seu tradicional destino, essa dissertação buscou se afastar), mas de diferentes saberes que emergiriam da constituição de um plano comum entre sujeitos/objetos. A relação com o “objeto de pesquisa”, assim, deveria se encaminhar para uma relação sujeito-sujeito conforme *co-emergiam*, pesquisadora e pesquisados, ambos reconfigurados diante do encontro com as redes, seja através das relações estabelecidas entre os participantes, das mudanças estruturais pelas quais a plataforma passou ou pelo olhar que se transformava conforme novas interações eram construídas. Cabe uma pausa para frisar que dizer *se encaminhar* aqui significa considerar e admitir que essa relação sujeito-sujeito deve ser o horizonte norteador da pesquisa, mas que inúmeras barreiras se colocam ante sua efetivação completa. Principalmente porque, ocupados diferentes lugares institucionais, não de persistir relações de poder de certa forma intransponíveis no que diz respeito a uma relação radicalmente horizontal entre pesquisadora e os sujeitos com os quais se

desenvolveu essa pesquisa. Retomando a apresentação das práticas realizadas, apontamos que em lugar da representação de objetos, o movimento de inspiração cartográfica conduzia ao acompanhamento dos processos. Tratando a complexidade inerente aos objetos, a cartografia parte da não dissociabilidade entre processo de investigação do objeto e o próprio objeto, “a inseparabilidade entre conhecer e fazer, entre pesquisar e intervir” (PASSOS, BARROS, 2009, p. 17).

Mais do que observar uma realidade estática, como a princípio parecíamos tentados a fazer, o percurso cartográfico e o acompanhamento dos processos, conduziu essa análise para produção de dinâmicas leituras da realidade, aonde se iam movendo os atores e, portanto, a própria rede. Buscamos com esse mapa, onde fomos desenhando os atores, os discursos e os mecanismos de participação, contribuir para a compreensão do trabalho próprio do imaterial, confrontando as modulações e variações presentes em diferentes organizações em rede, que funcionam a partir de sites na internet. Mobilizados por trabalhos anteriores produzidos nesse campo (COTÉ, PYBUS, 2007) realizamos esse movimento não apenas para explicitar novos arranjos de trabalho, mas, sobretudo, para abrirmos alguns questionamentos necessários às emergentes formas políticas que se ligam à produção nas redes.

Consideramos, como temos pontuado até aqui, um sistema cognitivo de desenvolvimento através das redes em que se mostra evidente a fusão entre tempo de trabalho e não trabalho. Entre viver e produzir, a utilização da organização coletiva como ferramenta de produção tem se exemplificado nos mais diversos ambientes, para fins igualmente diversos. Campanhas de marketing, coletivos artísticos, empresas 2.0, fóruns virtuais, espaços de *co-working*⁴⁵, são algumas dessas formas de organização que apresentam como ponto comum a produção colaborativa. Nesse contexto, por um lado evidencia-se a reprodução submetida à lógica da produção, onde a vida social se subverte em capital humano, na capacitação e conexão contínua visando a promoção do indivíduo como empresa. Entretanto, também é possível enxergar as possibilidades de uso e investimento desses espaços e modos de produção colaborativos, em movimentos

⁴⁵ Modo de organização baseado no compartilhamento de espaço e recursos em ambientes de trabalho, como escritórios e laboratórios.

que envolvem vida e trabalho em ações, causas e objetivos comuns a grupos de composição heterogênea e dispersos geograficamente.

Seguindo a discussão anterior, onde focalizamos diferentes contextos em que estão sendo desenvolvidas atividades de criação de forma coletiva, pretendemos na sequência realizar um percurso cartográfico em torno de algumas plataformas. Esse percurso busca passar por questões centrais em que se baseiam o funcionamento desses espaços. Queremos abordar alguns entre os diferentes elementos que estão em jogo nas experiências de participação nessas plataformas. As formas de participação, as estratégias de envolvimento, mecanismos de remuneração e as estruturas de interação, considerando como esses elementos concorrem para a constituição de modos de vida que se ligam ao *fazer parte* das redes em plataformas. Nesse intuito, exploramos as plataformas brasileiras *itsNoon* e *Mineo*, bem como, de forma menos intensa, alguns mecanismos de funcionamento que constituem a produção coletiva em outras plataformas de criação.

3.2 AS PLATAFORMAS DE CRIAÇÃO COLABORATIVA

*Pensar juntos, não. Crescer juntos, sim.*⁴⁶

No percurso cartográfico, para nos livrarmos das expectativas pré-determinadas, de vícios teóricos e das classificações equivocadas, buscamos explorar as relações que as diferentes formas de organização colaborativa ligadas à criatividade desenvolviam. Ainda em fases preliminares dessa pesquisa, tecemos um quadro relativamente amplo que buscou *colocar na mesa* todas as plataformas que haviam sido identificadas como pertencentes àquele escopo das plataformas de criação colaborativa. Esse quadro, cuja abrangência acarretava em pouca ou nenhuma profundidade de análise específica, nos permitiu identificar a variedade de formas, objetivos e mecanismos daquilo que havíamos considerado em um primeiro momento como redes de criação. Na tentativa de explorar inicialmente iniciativas tão diversas, delimitamos diferentes formatos de plataformas sociais que congregam pessoas em torno da criação. Entre as diferentes iniciativas encontradas, que misturavam formas de organização e metodologias de

⁴⁶ Originalmente: *Penser ensemble, non. Pousser ensemble, oui.*

trabalho, quisemos registrar as principais ocorrências encontradas. Entre campanhas de marketing, sites para ativismo, espaços de trabalho coletivo e laboratórios de criação aberta, estivemos empenhados em estabelecer um quadro geral das diferentes iniciativas que têm em comum a característica de serem arranjos de criação organizados coletivamente. Dada à diversidade, mostrou-se necessário, especialmente para que fosse possível avançar na discussão empreendida até aquele momento, o aprofundamento em algumas daquelas iniciativas. O volume das iniciativas levantadas inicialmente nos impedia de ver cada uma delas em suas relações mais específicas. Pela variedade de ações que encampavam, considerar o todo parecia também nos afastar da possibilidade de seguir os movimentos e as relações que iam sendo construídas de forma particular. O distanciamento que a tentativa de falar superficialmente de cada projeto implicava gerava uma simplificação das tensões presentes nas redes. Considerando a sugestão de ir mais a fundo, para que pudéssemos a partir da produção de algo novo ir além da revisão bibliográfica realizada, escolhemos olhar com maior cuidado para duas iniciativas. Conforme se mostrava inevitável que as leituras realizadas anteriormente influenciassem o olhar perante aqueles projetos, foi à luz do que havíamos visto e lido que fomos situando nosso interesse. Diante da diversidade de iniciativas que ligavam criação e colaboração e da multiplicidade de formas que assumiam, percebemos que nossas questões se encontravam, sobretudo, ligadas àquelas experiências desenvolvidas na internet. Tratava-se, de forma geral, de domínios na *web* destinados à formação de redes de criação colaborativa voluntária a partir da criação de perfis (páginas pessoais) na rede que abrigam. Algumas dessas iniciativas funcionavam como empresas gerindo a criação coletiva e sistematizando os dados produzidos pelos participantes, seja para venda a outras empresas, seja para a produção de conteúdos estatísticos a partir das peças produzidas (uma espécie de pesquisa de mercado na própria rede). Outras funcionavam como repositório coletivo de imagens produzidas voluntariamente e ligadas a temas específicos, como a rede *Crie Futuros* (que se auto define como “um movimento que provoca a criação de visões de futuros desejáveis, que possam ser semeadas no imaginário, alimentando o futuro”). Nesse mesmo campo, encontramos ainda sítios destinados ao desenvolvimento de produtos, marcas e peças gráficas que, em sistema de concurso, selecionam trabalhos gráficos por potenciais clientes em troca de pequenas remunerações. Algumas iniciativas que podem ser compreendidas nesse

escopo são as redes *Shapeways* e *Thingiverse*⁴⁷. No âmbito dos ofícios ligados à criatividade e à produção de imagens gráficas, foi possível encontrar iniciativas que se propunham a promover a produção colaborativa de projetos através de seus ambientes virtuais, como o *99designs*⁴⁸ e o *Hackdash*⁴⁹.

Como expusemos antes, a amplitude revelada por esse quadro geral nos impedia de adentrar o mundo complexo que cada uma das iniciativas guardava. Precisamos então identificar algumas plataformas e, a partir delas, confrontar nossas primeiras impressões, para escapar da tentação de operar generalizações reducionistas. Assim, a fim de compreender a emergência desses discursos sobre o produzir junto em sua complexidade e contradições nos detivemos com maior profundidade em casos específicos. A definição das plataformas analisadas aqui se deu, assim, a partir do confronto com a bibliografia sobre o trabalho colaborativo e das questões que os *objetos* eram capazes de suscitar. Algumas se mostravam interessantes em uns aspectos, mas pareciam limitadas em outros. Havia ainda aquelas que pareciam oferecer questões amplas para abordar, embora suas estruturas não se mostrassem abertas o suficiente para permitir a interação durante a pesquisa. Na maioria das redes (mas não em todas), identificamos a ocorrência de trabalho criativo não remunerado, o que reacendia as questões sobre as relações de trabalho, precarização e expropriação de valor na internet. Fomos, assim, restringindo em torno desses pontos de interesse aquelas iniciativas que nos permitiam observar (e participar de) dinâmicas produzidas por experiências de criação dentro das redes. A definição avançou ainda impulsionada pelo desejo de lançar luz sobre os usos possíveis das relações e conteúdos que estavam sendo produzidos a partir daquelas estruturas. Na sequência, acompanhamos as dinâmicas de participação de duas plataformas de trabalho criativo.

3.2.1 *ITSNOON*

“O lugar onde a imaginação responde problemas reais da vida”, “uma plataforma que inspira e apoia a força criativa das pessoas” ou “*marketplace* de economia criativa”. Essas são algumas das formulações encontradas para descrever a

⁴⁷ Site da plataforma disponível em: <http://www.thingiverse.com/> Acesso em 15 de outubro de 2014.

⁴⁸ Site da plataforma disponível em: <http://99designs.com.br/> Acesso em 15 de outubro de 2014.

⁴⁹ Site da plataforma disponível em: <http://hackdash.org/> Acesso em 15 de outubro de 2014.

plataforma brasileira de produção criativa *ItsNoon*. Criada em 2009 por Reinaldo Pamponet, a plataforma reúne múltiplos agentes com ações diversas na sua dinâmica de funcionamento. Para compreendermos em que medida esses agentes se articulam e se afetam, seguiremos algumas práticas que compõem o funcionamento e as dinâmicas de colaboração propostas pela mediação da plataforma.

Em sua página de apresentação, a rede convida os visitantes a participarem de chamadas criativas, mediante a criação de perfis – que funcionam como uma página pessoal dentro do site – onde podem ser postadas as criações de cada participante e a partir da qual são possibilitadas interações com outros usuários. Segundo o próprio texto, as chamadas são convites feitos para que os usuários respondam a questões de jeitos criativos. Estas respostas podem ser concebidas em formatos diversos, de fotografias a vídeos, músicas ou poemas. O espaço estimula ainda a interação entre os usuários, chamando os participantes a *co-criar*, encontrar parceiros de trabalho, além de votar nas criações. O site possibilita a remuneração pelos trabalhos realizados, uma vez que, de acordo com a página, todas as chamadas criativas remuneram os melhores criadores. As questões que dão origem às chamadas criativas são propostas por agentes diversos, de empresas a organizações não governamentais, interessados em obter acesso a percepções e ideias de pessoas de diversas partes do país. Cabe atenção especial à forma como o serviço é apresentado às empresas, “um espaço para acessar pessoas de todo os estados do Brasil (...) e fomentar o trabalho em rede, comprando informação e conteúdo criativo. Um material abundante, fruto da reflexão, interação e co-criação entre os usuários”.⁵⁰

A participação na rede e as possibilidades de interação proporcionadas por ela se apresentam como benefício tanto para aqueles usuários dispostos a produzir peças voluntariamente quanto para os agentes interessados em acessar tais produtos. De acordo com o sócio fundador da rede, cria-se com o processo da rede uma relação de “ganha-ganha”, onde as empresas podem adquirir conhecimento “de forma rápida, interativa e totalmente inovadora” e principalmente sugestões e ideias criativas “em uma multiplicidade de linguagens”. No outro polo, ganhariam os criadores ao

⁵⁰ Trecho retirado da página de apresentação da rede *ItsNoon*. Disponível em <http://itsnoon.net/> Acesso em 15 de outubro de 2012.

receberem remuneração e “mais importante, a proposta desenvolve a auto-estima e o conhecimento da própria população”⁵¹. É possível observar desde as análises iniciais sobre as relações e discursos produzidos na plataforma, certa valorização das dimensões criativas e colaborativas associadas à produção. Compreendemos que diversos interesses estão presentes nestas dinâmicas, entretanto, a participação e os conteúdos produzidos de forma colaborativa parecem ser o mote principal lançado para agregar os diferentes agentes que se comunicam através da rede.

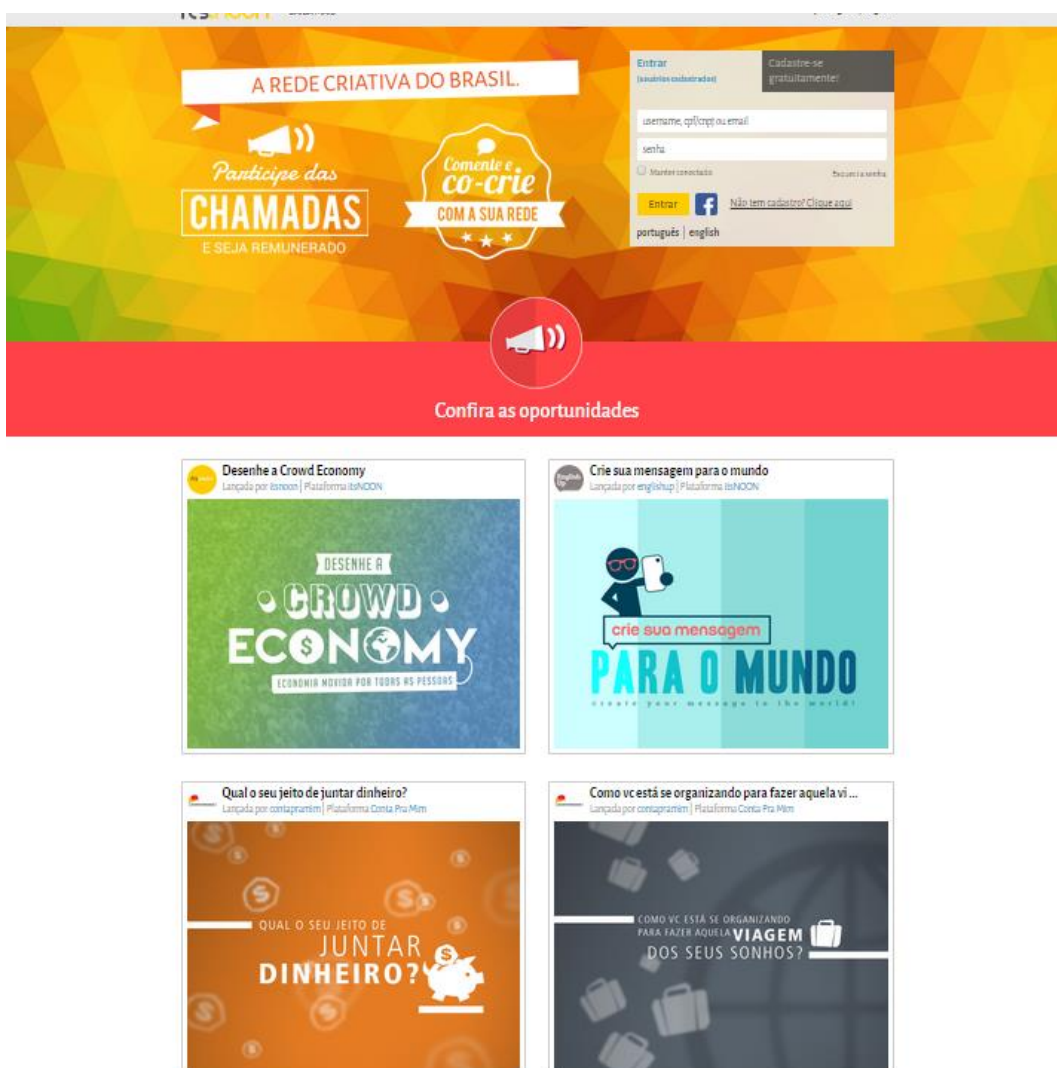


Figura 1. Pagina inicial da plataforma *itsNoon*

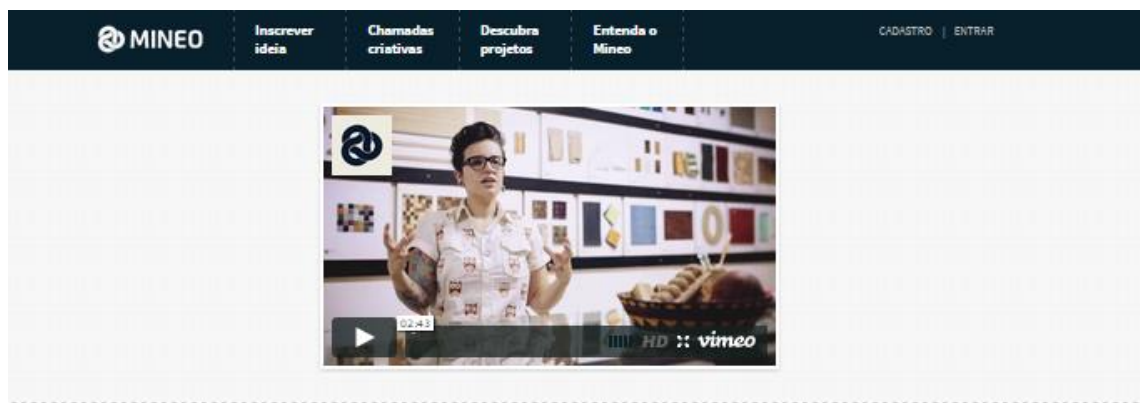
⁵¹ *VOCÊ CONHECE A REDE SOCIAL ITSNOON?* Em: *Social Good Brasil*. Disponível em: <http://socialgoodbrasil.org.br/2012/voce-conhece-a-rede-social-itsnoon>. Acesso em 1 de junho de 2014.

3.2.2 MINEO

“Uma plataforma online de criação colaborativa de produtos sustentáveis.” Em sua *homepage* a plataforma brasileira *Mineo*, fundada em 2012, explicita em apenas quatro simples etapas seu modelo de funcionamento, são elas: 1) Ideias; 2) Validação; 3) Prototipação e 4) Finalização. Funcionando nos moldes de uma *startup* a plataforma torna possível que uma ideia de produto seja apresentada por um usuário e, a partir das interações possibilitadas pela exposição na plataforma, que essa ideia receba opiniões dos colaboradores interessados no seu desenvolvimento. A comunidade atuante na plataforma é responsável coletivamente pelo aprimoramento da ideia lançada originalmente. Nas etapas finais, o produto passa por uma etapa de validação que tem por objetivo a viabilização de sua produção. O ciclo de desenvolvimento se encerra com a distribuição do produto em lojas parceiras.

De maneira mais específica, ao abordarmos os mecanismos de funcionamento propostos e os discursos das chamadas de participação, identificamos alguns dos objetivos ligados à concepção de produtos. A rede pretende funcionar como uma comunidade que pense em produtos que solucionem problemas reais, tendo como desafio auxiliar empresas e grupos brasileiros que pesquisam e desenvolvem materiais de forma responsável a diversificarem seus materiais por meio de novas aplicações. Assim, em um primeiro momento de participação na rede, cabe àqueles que pretendem inscrever ideias consultar os materiais propostos nas chamadas criativas.

Da mesma maneira que a rede *itsNoon*, o *Mineo* também funciona a partir de chamadas criativas. Porém suas chamadas buscam convocar para o desenvolvimento a partir de materiais a serem empregados nos projetos apresentados e não de temáticas predeterminadas como ocorre na *itsNoon*. Na apresentação de seu modelo de funcionamento, a plataforma anuncia o desejo de se transformar em uma “comunidade de desenvolvimento”. Para tanto, considera necessária a participação de “pessoas engajadas”. Aparecem nesses enunciados os recursos envolvidos na valorização do comprometimento com os processos de desenvolvimento de ideias. Não se trata apenas de participar, mas de permanecer cultivando relações na rede, contribuindo com ideias e *insights* sobre o produto em desenvolvimento.



COMO FUNCIONA?



#1 IDEIAS

Você envia sua ideia e conta como ela se encaixa na chamada criativa.



#2 VALIDAÇÃO

A ideia iniciada por você fica disponível para ser avaliada, votada e comentada pela comunidade.



#3 PROTOTIPAÇÃO

Se for aprovada pelo nosso time, e a comunidade apoiar, o conceito desenvolvido é transformado em produto.



#4 FINALIZAÇÃO

A ideia é produzida, vendida, e os lucros são divididos entre todos que participaram do processo.



PROJETOS POPULARES

QUER VER MAIS? [DESCUBRA PROJETOS](#)



LANÇADA POR [DIEGO BERATINI](#)
 Minha ideia é de reutilizar lâmpadas queimadas como porta temperos na cozinha. Uma Ferramenta sim...
 32 COZINHA, DECORAÇÃO, UTILITÁRIOS



LANÇADA POR [GUSTAVO CLEINMAN](#)
 Coletor de fezes de animais em fibra de coco com povilho. Simples, barato e não polui.
 31 ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO

Figura 2. Página inicial da plataforma *Mineo*.

Para inscrever uma ideia de produto na plataforma o usuário paga uma taxa de R\$10,00 (dez reais), que deve funcionar como estímulo a uma curadoria prévia pelos proponentes, evitando uma profusão no envio de ideias que não receberiam o acompanhamento esperado dos autores caso a submissão fosse gratuita. Esse cuidado parece se justificar pela dinâmica de funcionamento da plataforma, onde se torna fundamental tanto a participação contínua do proponente da ideia como da sua rede de amigos. A plataforma estimula a divulgação dos projetos propostos nos canais pessoais do inventor e a interação com os demais usuários que fizerem comentários sobre o produto. Além da interação na página da ideia proposta, a plataforma também convida os proponentes a participarem dos outros projetos, interagindo com seus autores. Na dinâmica de funcionamento da rede *Mineo*, é frequentemente ressaltada a importância

dos colaboradores para o sucesso dos projetos. O realizador de uma ideia deve contar com os comentários para que, a partir do “jogo da colaboração”, seu projeto se desenvolva. A mediação da rede ainda ressalta que o tempo dos colaboradores pode “representar uma grande ajuda para o realizador de uma ideia”. Dessa forma, a rede aposta nas contribuições da própria comunidade para valorar uma colaboração. As ideias e contribuições recebem aplausos da comunidade (uma espécie de métrica de aprovação), o que confere maior ou menor influência sobre o produto final. Essa influência se converte, posteriormente, em benefícios financeiros provenientes da venda do produto. “Quanto mais colaborações uma ideia tiver, melhor a chance de ela se tornar um bom produto, e mais pessoas irão ganhar com a venda final.” Há ainda a possibilidade de escolher a forma como deseja opinar, seja com comentários, votos ou mesmo imagens.

Cabe à mediação o acompanhamento da ideia de produto e a distribuição da remuneração financeira proveniente de sua venda, caso ele seja escolhido pelo *Mineo* para ser produzido. A seleção das ideias envolve a combinação de diferentes critérios que inclui os “aplausos da comunidade, o nível de engajamento envolvido na criação da ideia, além de aspectos técnicos e econômicos, que justifiquem a fabricação da ideia”⁵². Após a seleção, a equipe do *Mineo* (composta por designers e engenheiros com experiência em co-fabricar produtos em rede) gerencia com fornecedores os materiais e estruturas necessários para a modelagem, prototipagem e fabricação do produto. Há uma fase prévia de testes de aceitação na qual é vendido um lote inicial. A comunidade é chamada a financiar esse lote junto com a gerência do *Mineo*. Aqueles que investem nos lotes iniciais recebem em contrapartida o próprio produto, caso seja atingida a meta financeira estipulada. Caso contrário, o dinheiro é devolvido para os investidores e o produto não é fabricado. A justificativa envolve os critérios de aceitação, “afinal, pra que colocar no mundo um produto que não faz sentido pra ninguém?”. Se o lote inicial for vendido o produto passa à linha de produtos da rede, sendo vendido na loja online.

⁵² Os trechos citados, bem como as informações a que referem, foram retirados da página da plataforma *Mineo*. Disponível em: <http://www.mineo.co/> Acesso em 15 de abril de 2014.

3.3 AGENCIAMENTOS: PARTICIPAÇÃO, AUTORIA E REMUNERAÇÃO

*Você é um consumidor ou um participante?*⁵³

3.3.1 PARTICIPAÇÃO E CIRCULAÇÃO

Como a apresentação das plataformas deixa ver, a produção criativa, no contexto das redes *online*, se estrutura em outras dimensões diferentes das estabelecidas em contextos produtivos modernos. Fortemente ligadas ao campo da *crowdeconomy*, o valor de inovação coletiva sobrepondo-se ao valor da autoria individual, diz respeito a uma das transformações que o trabalho nas redes colaborativas de criação nos permite demarcar. Como podemos observar, trata-se nas duas plataformas, ainda que de diferentes formas, de ideias em formação, abertas a transformação contínua a partir de um processo de co-criação. Percebe-se nessa demanda por espaços de expressão e de conexão produtiva que saberes e habilidades são transformados em uma moeda por meio da qual o trabalhador informal (se) negocia em uma lógica empresarial.

Essa moeda, seu capital, parece determinar os movimentos e desejos que investem a participação nas redes. Com relação às formas em que essa participação se dá, quatro modos possíveis de ação na rede são apresentados na *homepage da rede itsNoon*. Assim, qualquer pessoa ou organização, mediante a criação de um perfil na plataforma, poderá a) participar das chamadas criativas; b) abrir sua própria chamada criativa; c) criar comunidades criativas; d) realizar apoios criativos. Em nosso primeiro contato com a plataforma, se encontravam registradas 249 chamadas criativas encerradas e 4 abertas à participação. No início de 2015 o número de chamadas encerradas girava em torno de 310, com pelo menos 3 chamadas abertas e uma estimativa de 40 mil⁵⁴ usuários cadastrados. Dentre as primeiras chamadas que encontramos, a rede contava com propostas realizadas por atores radicalmente diversos, incluindo-se chamadas abertas pelo perfil do *Banco Santander* (como um banco pode te ajudar a poupar melhor o seu dinheiro?), outra por *Grow* (como você nutre o seu caminho de autoconhecimento e potencializa o seu ser pleno?), *Urbanarts* (criação de

⁵³ Originalmente: *Êtes-vous des consommateurs ou bien des participants ?*

⁵⁴ Informações fornecidas pela página da empresa na rede LinkedIn: <https://br.linkedin.com/company/itsnoon>

pôster para o evento *Monsters of Rock*) e ainda uma realizada pela própria gestão da rede (focada na seleção de curadores para as chamadas criativas). Analisando as chamadas criativas em curso na plataforma *itsNoon*, as conversas na rede e os enunciados que acompanham a apresentação dos mecanismos de participação, queremos tratar de alguns elementos que, nos parece, estabelecem relações com as questões ligadas ao trabalho cognitivo e as tecnologias de informação e comunicação.

3.3.2 TRABALHO VOLUNTÁRIO E REMUNERAÇÃO

Ambas as redes se apresentam como espaços abertos à participação de qualquer pessoa. Na *itsNoon*, qualquer usuário com perfil na rede pode abrir sua própria chamada, desde que seja pago o valor mínimo de R\$100, identificado como referente ao uso da plataforma. As chamadas funcionam com premiações, remunerações (financeiras ou não) ofertadas àqueles usuários dispostos a responder às questões propostas em cada uma delas. A premiação de cada chamada deve ser escolhida pelo seu proponente, não estando aí delimitada nenhuma condição para sua constituição. É possível oferecer remunerações em dinheiro, outros prêmios (exposições, créditos, participação em publicações), bem como a combinação de ambas as formas. Os valores em dinheiro ofertados, contudo, devem obedecer à fórmula *valor distribuído + 20% em taxas administrativas*, percentual destinado aos custos operacionais da plataforma. Os pagamentos, realizados apenas àqueles que tiverem suas propostas selecionadas, devem ser feitos através de créditos em contas dentro da *itsNoon*. Para atender às regras de tributação e remuneração da Receita Federal a rede adequou sua política de pagamento. Desde maio de 2014, para receber o dinheiro ganho pelos trabalhos selecionados, os participantes devem esperar até o décimo dia do mês posterior. O valor – que antes dessa modificação era creditado automaticamente no perfil e depositado nas contas dos participantes – passou a ser sujeito à tributação e, portanto, apenas o valor líquido⁵⁵ da remuneração total é atualmente disponibilizado para saque. Por haver uma etapa de seleção dos trabalhos submetidos a cada chamada, naturalmente nem todos são selecionados. Nesse momento fica implícito que aqueles que não forem escolhidos terão ofertado seu trabalho em troca somente da participação. Contudo, uma ressalva

⁵⁵ De acordo com a plataforma, seguindo as regras para tributação da Receita Federal, somente os valores acumulados no mês que excederem R\$ 1.787,77 são passíveis de desconto do imposto.

orienta os proponentes “Lembre-se: toda ideia/criação tem seu valor. Quanto maior o prêmio, maior a chance das pessoas participarem das #chamadas”.

É interessante perceber nas interações entre usuários e o perfil *itsNoon* (administrado pelos funcionários responsáveis pela gestão da rede) tanto o questionamento dos mecanismos, quanto o reforço dos valores propostos no site. Em janeiro de 2013, lançando uma postagem⁵⁶ intitulada “*Enquete rápida pra quem tá online: O que a itsNoon tem de mais legal?*” o perfil *itsNoon* iniciou uma conversa com os usuários que se converteu em uma espécie de fórum sobre motivações e recompensas de participação. A primeira resposta à postagem dizia “...(A)ceitação de todos os tipos de ART'S!!! \0/” e foi seguida por uma segunda pergunta feita pelo perfil *itsNoon*, indagando, “arte só pra expor, ou pra participar de chamada e ganhar \$\$?”. Na sequência a postagem recebeu diferentes respostas, que tanto afirmavam a necessidade de remuneração financeira, quanto valoravam outros tipos de recompensa que a plataforma possibilitava aos participantes. “Proporciona ao criador visibilidade, a alegria de receber comentários, isso também estimula! E a questão financeira, é muito gratificante!” Outro participante frisava a possibilidade conferida pela plataforma de transformar suas inquietações em ideias que poderiam ser vistas e comentadas pelos outros participantes⁵⁷. O ideal de fazer arte que “se completa quando é compartilhada” e partilhar impressões, concorre com a possibilidade de recompensa financeira, segundo a intervenção de outra participante. “este é o legal da rede, podemos compartilhar o nosso olhar sobre o mundo que nos rodeia com quem esta (sic) realmente interessado, e ainda pode render uma graninha”. Esse tópico acabou por nos fornecer interessantes pontos de vista sobre os diferentes usos e benefícios que participar daquela rede implicava. Ao falar da ajuda recebida através dos comentários para suas criações, uma participante afirmara não se tratar de uma “rede materialista”, em que as pessoas concorriam apenas para receber dinheiro. De acordo com o que expôs em seu comentário, a sinceridade estaria nessa participação desinteressada a partir da qual haveria uma “interação *online* sincera formada por uma rede que reúne pessoas super talentosas”. As manifestações dos usuários apontavam que ganhar o dinheiro seria importante, mas não representava

⁵⁶ Conteúdo integral da postagem disponível em: <https://www.itsnoon.net/criacao/33306>

⁵⁷ Trechos retirados das respostas dadas pelos usuários à referida postagem. “Posso descarregar inquietações em forma de ideias e ter a expectativa que outros vejam e comentem. As chamadas são estimulantes/provocativas e se vier \$ muito melhor.”

todos os interesses presentes ali. Essas e outras intervenções nos ajudam a entender os mecanismos que vão sendo integrados ao funcionamento da plataforma. Em 2013, a gestão da rede lançou uma nova forma de recompensa denominada “apoio criativo”, a partir da qual empresas, a própria *itsNoon*, além de outros usuários da rede podem doar a partir de R\$1,00 para as criações que mais gostarem. O apoio criativo funciona como um botão de *like*, onde cada “curtida” doa R\$1,00 em crédito⁵⁸ para as criações.

Sobre a distribuição dos lucros provenientes da venda das co-criações, a rede *Mineo* define a possibilidade de remuneração de todos aqueles que estiverem envolvidos na construção da ideia de um produto produzido. Assim, tanto o autor da proposta inicial quando os colaboradores são remunerados financeiramente. Dois modos iniciais de remuneração são apresentados. Se estabelece que (a) produtos vendidos no varejo têm 15% do preço final do produto revertido para a comunidade *Mineo* (sendo, 45% para o autor da ideia e 55% divididos entre os colaboradores, em função do número de aplausos que suas colaborações receberam ao longo da criação do produto) e b) produtos vendidos no atacado têm 5% do preço final revertidos para a comunidade *Mineo* (sendo aqui aplicada mesma forma de divisão do varejo: 45% para o autor e 55% para os colaboradores).

3.3.3 DIREITO AUTORAL

Outro elemento central quando se trata da criação coletiva e do trabalho nas redes diz respeito aos direitos autorais e de uso das peças e obras criadas. De acordo com a proposta da plataforma *itsNoon*, existem duas formas de licenciamento possíveis. Uma ligada ao direito de uso de conteúdo e informação, essa licença é para quem deseja obter *insights* e informações com as ideias postadas na #chamada. “Todos os usuários que aceitarem participar sob esse tipo de licenciamento estarão cientes que suas ideias/criações servirão única e exclusivamente para inspirar o autor da chamada.⁵⁹” Compreende-se que sob essa forma de licença os criadores voluntários não terão suas peças reproduzidas, mas apenas tomadas como referencial para outras criações ou campanhas de comunicação. O segundo tipo de licenciamento, que compreende a

⁵⁸ De acordo com as regras de funcionamento da plataforma, o valor acumulado em doações mediante o apoio criativo só pode ser sacado quando atingir R\$200,00.

⁵⁹ Trecho retirado da página da rede *ItsNoon*. Disponível em <http://itsnoon.net/>. Acesso em 18 de setembro de 2013.

compra de conteúdo e informação, destina-se àqueles proponentes que desejam comprar ideias através da chamada criativa. Sob essa licença todos os usuários que aceitarem participar cedem automaticamente os direitos de uso de suas criações para o autor da chamada. Em uma das chamadas abertas, que propunha a criação de cartazes para um evento, as especificações definiam os critérios de uso, considerando que ao inscrever seu cartaz o usuário cederia os direitos de uso da arte para a reprodução de 200 peças pela produção do festival. Além das peças e criações produzidas a partir das convocatórias, é oferecido pela gerência da plataforma também a possibilidade de extrair relatórios contendo os dados de participação referente à sua chamada. Quantidade de pessoas participantes; quantidade de ideias inscritas; formato das ideias inscritas; localização geográfica dos participantes, seu gênero e idade. A equipe se dispõe ainda a fornecer outros tipos de relatórios a partir do interesse e da solicitação daqueles proponentes.

3.3.4 O IMPERATIVO DA CONEXÃO E REPUTAÇÃO

Ao percorrermos os textos inscritos na plataforma, identificamos constantemente no discurso produzido pelos mediadores da rede certa valorização das ações colaborativas. Após a criação de seus perfis os usuários das duas iniciativas são chamados a “ativar e mobilizar” suas próprias redes, uma vez que “quanto mais gente, mais conteúdo, diversidade e colaboração”. A possibilidade de comentar, dar *feedbacks* e interagir com os participantes das chamadas também é promovida em todas as áreas das plataformas. Tais ambientes parecem marcar constantemente a insuficiência do ato individual de criar. O trabalho em rede torna-se imperativo dentro dessas estruturas, uma vez que a partir delas é possível estar em contato e em troca contínua com outros sujeitos igualmente convocados a colaborar a partir de projetos e *briefing* coletivos. A plataforma *itsNoon* se anuncia como o grande espaço onde se congregam diversos criadores com a mesma disposição em *co-criar*. Apesar de ser uma característica proclamada como diferencial desta rede, tais modos de produção passam a ser o modo de funcionamento fundamental de todas as atividades produtivas realizadas através das redes sociais *online*.

3.3.5 CONVOCAÇÃO DE HABILIDADES AFETIVAS

Expressar sentimentos, sensações e desejos. Participar a partir da colaboração, comunicação e co-criação. Tais expressões perpassam constantemente as chamadas e convocatórias da plataforma. São as possibilidades de interação, de estabelecer contatos e expressar criativamente suas percepções que definem os principais atrativos por ela veiculados. Apesar de ambas serem redes abertas a qualquer tipo de usuário, identifica-se nos perfis individuais que a maior parte dos participantes que respondem às chamadas são jovens. A ligação profissional formal com ofícios estéticos, como design e publicidade, a princípio não parece se estabelecer como condição de participação, sendo as redes compostas, grosso modo, por jovens interessados em criar e se expressar a partir de suas criações, ainda que de forma amadora. Não basta conhecimento técnico, quando cada vez mais aspectos subjetivos e o investimento das capacidades afetivas parecem condição fundamental para a participação e legitimação em uma nova lógica produtiva. Percebe-se nessa demanda por espaços de expressão e de conexão produtiva que saberes e habilidades são transformados em capital com o qual esse trabalhador informal (se) negocia na lógica empresarial. Como aponta Gorz (2005), essa mobilização ininterrupta dos predicados vitais pode ser claramente percebida nos serviços relacionais, como assistência, mas também naqueles ofícios de caráter artístico: como a moda, o design e a publicidade. Essa produção criativa, no contexto das redes *online*, se estrutura em outras dimensões diferentes das estabelecidas em contextos produtivos modernos, com o valor de inovação se sobrepondo ao valor de uma autoria individual, como observado nas relações colaborativas de criação nas plataformas.

3.4 CONSIDERAÇÕES A PARTIR DAS PLATAFORMAS

*A ação permite superar as divisões e encontrar soluções.*⁶⁰

Na diversidade das relações propiciadas pelas redes sociais na internet, se encontram produzindo sentidos e discursos sujeitos com diversas relações com o campo da criação – estudantes, artistas, designers, ativistas, pesquisadores, empresários, profissionais, projetistas amadores, entre outros. Todas essas singularidades constituem,

⁶⁰ Paris, maio de 1968, originalmente: *L'action permet de surmonter les divisions et de trouver des solutions.*

em suma, um corpo profuso de trabalhadores imateriais que produzem a partir de repertórios e referências espalhados através dos mecanismos de compartilhamento e disseminação das redes. Para além de uma concepção cristalizada do que estes espaços significam, participar dessas redes em específico e considerar seus usos e desdobramentos nos levou a perceber algumas questões que gostaríamos de colocar em discussão.

A princípio, considerar a rede como forma e lugar de trabalho primordial no capitalismo cognitivo, nos faz compreender qualquer organização em rede como espaço ilimitado de produção valor, uma vez que não há limites para o tempo de trabalho, que pode acontecer em qualquer lugar e em qualquer momento. Entretanto, quando tomamos os diferentes tipos de participação possível nesses espaços (e mesmo a não participação, expressa no uso ou na criação de outras redes) a rede aparece cada vez mais como força de trabalho, passível de se desenvolver de forma difusa, múltipla, imprevisível. Há, além dos usos determinados pelos discursos dos gestores da rede (que, sem dúvida, exercem um forte apelo junto à comunidade de criadores), um uso mais espalhado do ambiente das redes sociais, evidenciado, sobretudo, nas trocas de mensagens entre participantes frequentes (principalmente em *itsNoon*, devido ao maior número de participantes ativos). Essa autonomia para conversas e trocas entre participantes na plataforma *itsNoon* é frequentemente utilizada para promover um senso de comunidade entre os criativos, direcionados a atender demandas de criação previamente negociadas entre site e empresas clientes (ou patrocinadoras). Muitas vezes, também, essa “comunidade conduzida” realiza por meio dos perfis individuais trocas e conversas em torno dos conteúdos postados, frequentemente gerenciando, a partir da rede de amigos dentro do site, tópicos e campanhas de seu interesse, de forma semelhante às redes sociais de relacionamento não ligadas estritamente à criação. Além da criação direcionada, se desenham ali usos próprios das redes de amigos construídas e possibilitadas pela estrutura do site. Essa extensão da rede para além da plataforma, se mostra na relação entre usuários do site para além das previstas inicialmente pelos gestores. Produz-se redes de criação que não se limitam aos trabalhos expostos no site, movimento que em certa medida contribui para o desenvolvimento dos participantes enquanto criadores, ou sujeitos de expressão. Esse potencial de criação aparece na plataforma *Mineo* no caráter aberto dos projetos expostos, considerando o

desenvolvimento contínuo das ideias inicialmente postadas. A partir da contribuição contínua presente nas plataformas é comum e estimulado que as peças e ideias produzidas sejam questionadas e aprimoradas pelo grupo. As interações, semelhantes às de sites de rede social, como *Facebook* e *Twitter*, são utilizadas pela gerência sempre a partir da mobilização do trabalho que esse tipo de redes possibilita. A comunidade é convidada a estimular a participação de amigos, dar apoio criativo e reforçar as interações entre membros. Para as empresas que contratam o serviço de criação através das chamadas criativas, como ocorre na *itsNoon*, a composição diversa dos perfis significa uma contribuição qualificada de saberes distintos, onde a diversidade da produção advém da diversidade dos produtores. Nesse sentido, as preferências, gostos e relações se convertem em moeda. Enquanto em *Mineo* as opiniões são estimuladas para o desenvolvimento das ideias e projetos, em *itsNoon* a contribuição com ideias às chamadas de informação é convertida em relatórios, sínteses das opiniões e interações que cada marca pode mobilizar. Os agentes interessados nos relatórios compram basicamente as informações (histórias, experiências e opiniões) produzidas pela comunidade para seu uso interno (o que é expresso pela gerência da rede). Seja nas chamadas de informação ou nas de conteúdo, a diversidade de alternativas criativas advém justamente do tipo de contribuição diferente e única que cada participante pode dar.

No trabalho acumulado nos *nós* das redes são os modos de vida e as trajetórias que são convocados. Em *itsNoon* convoca-se todo o repertório acumulado (amizades, gostos, sensações, preferências) a ser investido na contribuição. Vemos comumente esse capital humano mobilizado não apenas pelas agências de recrutamento de pessoal, mas por diferentes espaços que mediam relações produtivas, como nos sites de redes sociais destinados à manutenção de perfis profissionais ou mesmo nas redes em que nossas postagens pessoais estão disponíveis à avaliação de nossos pares ou possíveis empregadores. Nesse mesmo sentido é que aparece uma construção de subjetividades presentes e atuantes nas redes, com divulgação dos perfis com mais interações, constitutivas do trabalho imaterial 2.0, mas também uma produção subjetiva que diz respeito à apresentação de si como ser criativo e conectado sempre presente e produtivo dentro e fora das redes. É preciso se manter atraente nessas redes, reflexo do imperativo de se manter empregável que nos impele constantemente enquanto sujeitos produtivos.

A valoração de alguns perfis que frequentemente alcançam as remunerações mais concorridas nos projetos fica mais evidente na relação de seleção, a partir das quais os gestores escolhem, premiam e pontuam algumas criações. Em *itsNoon* a curadoria criativa estimula a competição pelos pagamentos que não estão disponíveis para toda a rede.

Mas em que medida essas relações produtivas de expressão e criatividade, que envolvem ora a criação do melhor projeto, ora a necessidade de contribuir com simples opiniões e experiências, falam sobre o trabalho hoje? De certa forma, a organização experimentada nessas plataformas se liga de forma muito íntima com os mecanismos de produção social mobilizados pelo capitalismo pós-industrial. Ali os horários de trabalho são flexíveis, sequer é necessário estar sempre naquelas redes. Mas, uma vez conectado, o ritmo de produção é determinado pelo próprio usuário que investe horas na manutenção do seu perfil, nas conversas com outros participantes e na promoção de seu trabalho. Há um caráter promocional constantemente mobilizado que toca os participantes até mais intensamente do que suas produções. A produção é franqueada a todos com conexão à internet e as possibilidades de remuneração, ao menos virtualmente, são para todos. Basta ligar o computador e se conectar nas plataformas para que o trabalho se inicie. Não há necessidade de estar em um ambiente fechado e mesmo os momentos em que não estão investidos na participação *online* podem ser convertidos em valor de participação, seja por meio de experiências pessoais convertidas em narrativas ou em inspiração e aperfeiçoamentos que serão utilizados na próxima contribuição enviada. Ao profissional criativo, a opção da criação individual parece cada vez menos atrativa na medida em que a colaboração se apresenta como a tônica fundamental do trabalho, do projeto e da obra. Se participar das redes é indispensável para o profissional criativo, a *sevirologia* proclamada pela *itsNoon*, representa de forma contundente o movimento pelo qual a responsabilidade pelo sucesso profissional é colocada nas mãos do trabalhador. Aqueles que têm a habilidade de *se virar* parecem ser os destinados a conquistar seu lugar ao sol (aludido no próprio nome da rede, onde o meio-dia refere à hora onde não há sombras e todos podem se expor igualmente ao sol).

Nas plataformas ficam mais claros os modos pelos quais, no capitalismo cognitivo, somos levados a produzir a partir de nossos modos de vida. Seja através das histórias compartilhadas que serão transformadas em relatórios de conteúdo para as empresas, ou nas obras de jovens skatistas que concorrem para virar o próximo cartaz da galeria de arte urbana. Os consumidores, envolvidos nos processos de criação, são eles mesmos produtores das imagens que serão consumidas posteriormente. As redes, em sua diversidade e encontros, são locais de constituição de registros afetivos a partir dos quais se envolvem, em relações cada vez mais imbricadas, marcas e consumidores, empresas e trabalhadores. Aqueles implicados em atividades estéticas comunicacionais, (mas não só eles) devem estar participando e produzindo nessas redes. E é isso que os discursos dessas empresas não param de afirmar. Porém, há de fato nessas experiências a vivência de um modo de vida relacional, conectado, sempre orientado à criação e multiplicação das redes. Esse modo de vida aponta também para o desenvolvimento individual, mas mesmo a competição consigo mesmo deve passar por uma experiência coletiva para um suposto aprimoramento e enriquecimento de ideias e aptidões. Se considerarmos que esse tipo de experiência empreendedora, criativa e coletiva tem se tornado a forma imperativa a partir da qual devemos organizar nossa produção subjetiva e nossa existência no mundo, que outras experimentações de trabalho, conversa e compartilhamento elas também nos possibilitam?

3.5 OS POSSÍVEIS DO COMUM NA ESFERA DO TRABALHO CRIATIVO

*Um homem não é estúpido ou inteligente:
ele é livre ou não é.*⁶¹

Após percorrermos as plataformas, nos detendo em alguns dos seus arranjos e elementos de funcionamento, pretendemos nessa seção final, não encerrar, mas disparar questões que nos levam à discussão mais ampla do *comum* a partir do trabalho criativo. Falamos agora, a partir da discussão em torno da economia criativa e do trabalho nas redes, mas principalmente *com* as relações que tecemos com as plataformas. Lançamo-

⁶¹ Médecine, Paris, maio de 1968. No original: *Un homme n'est pas stupide ou intelligent: il est libre ou il n'est pas.*

nos na tentativa de confrontar as teorias sobre a produção do comum e aquilo que foi identificado nas práticas de criação coletiva observadas, para pensar caminhos possíveis.

Quando abordamos os usuários das redes, que mais do que usá-las são precisamente seus produtores, compreendemos a formação de um mecanismo geral onde aqueles participantes são responsáveis pela produção de riqueza que irá circular tanto na rede quanto fora dela. Esses bens produzidos pelos participantes, discutidos nos perfis, aprimorados entre conversas e trocas nas plataformas, não são, contudo, bens livres, no sentido de que, embora tenham sido produzidos tendo por base certa cooperação social, eles não serão novamente retomados por aqueles grupos. O destino das ideias coletivas, em *itsNoon* principalmente, é privado, nos usos específicos que cada empresa proponente estabelece para elas. Nesse sentido, observa-se que as plataformas, apesar de espaços dinâmicos, funcionam primordialmente como mecanismos de controle de uma criatividade que se encontra dispersa. A rede (forma de organização, potência produtiva, relação aberta) é tomada pelo capitalismo pós-industrial em um processo que converte a rede nos moldes da empresa. É nesse movimento que o capitalismo tem revelado seu impasse diante da produção do comum pela cooperação de singularidades. Conforme deve se valer da produção das redes, as mobilizando e organizando, o capitalismo também deve operar um controle capaz de barrar essa produtividade, retirando do trabalho vivo as possibilidades de experimentação comum dos bens produzidos. Esses cercamentos aparecem tanto no discurso em torno da propriedade intelectual, onde as peças gráficas devem ser cedidas para uso exclusivo pelas empresas, quanto nas restrições que a precariedade dessas formas de trabalho implicam.

Considerando o valor não contabilizado que as relações nas empresas 2.0 podem criar, a sistemática organização que o capital opera não apenas não encontra legitimidade como se mostra ineficiente na tentativa de “medir” tudo o que as redes de cooperação produzem. É nessa incapacidade que se revela a crise em forma permanente desse sistema de controle da cooperação e da criatividade. Dentro desses esquemas, por mais domesticadas que pareçam, persistem nas trajetórias de cada um dos participantes, suas necessidades materiais e a produção precária da vida dos trabalhadores envolvidos

nesses espaços. As formas comuns com as quais lida o capital nesses espaços não seriam estéreis, na medida em que capturam, bloqueiam e acumulam, sem fornecer condições concretas de desenvolvimento das vidas mobilizadas para além dos jogos internos à plataforma?

Nesse ponto, gostaríamos de exercitar certa compreensão do comum como recurso do capitalismo cognitivo, mas também como ameaça a sua manutenção. As ferramentas do trabalho contemporâneo têm sempre se revelado oportunamente como armas das lutas contra o controle da vida e dos saberes. Considerando o comum como “nova temporalidade do antagonismo, para além da dialética público-privado” (ROGGERO, 2014) poderíamos pensar esses espaços como laboratórios de formas de vidas antagônicas, necessários à construção de alternativas à relação trabalho-propriedade, criatividade-captura. A organização da autonomia coletiva que pode advir desse tipo de trabalho/relação nas redes poderia considerar como movimento base para sua constituição, não a mudança dos controladores, mas a tentativa de pensarmos uma organização da criatividade coletiva onde os aparelhos de captura não se sustentassem. É claro que esse tipo de perspectiva parece querer apontar para uma organização utópica onde todos podem criar e usufruir de forma horizontal daquilo que se produz coletivamente, longe das investidas capitalistas. De fato, trata-se mais de considerar a organização das práticas, constantemente confrontadas com seus limites e continuamente reiteradas para, como formula Gigi Roggero (2014) a “construção de uma normatividade coletiva” sempre interna à cooperação social.

Certamente, essas instituições não devem ser concebidas como “ilhas felizes” ou comunidades livres isoladas das relações de exploração. Como já mencionado, não há mais fora no capitalismo contemporâneo. Instituições do comum se referem, antes, à organização da autonomia e resistência do saber/trabalho vivo, ao poder de determinar o comando e direção coletivamente na cooperação social e produzir normas comuns para quebrar a operação capitalista de captura. (ROGGERO, 2014, p. 25)

Falar no governo dos bens comuns para além do uso que a gestão da rede faz deles significa disputar a apropriação daquilo que a rede (em compreensão objetiva, como organização de pessoas trabalhado juntas) produz, restituindo sua dimensão comum. Quando participamos de plataformas *online*, estejam elas ligadas a uma perspectiva mais perversa de controle da criatividade geral, não seria possível

experimentarmos essas estruturas como espaços para pensarmos instituições do comum ligadas à criação coletiva?

Outro ponto que sentimos necessidade de colocar em questão é a natureza ideal que pode acompanhar os conceitos em torno da produção de bens *comuns*. A organização em torno de plataformas colaborativas de criação, assim como outros simulacros de liberdade e autonomia da cooperação, não deve corresponder diretamente à produção do comum. Retomando a discussão em torno da produtividade do trabalho vivo, pontuamos que o comum é sempre terreno e produto das lutas. Os bens se tornam comuns no momento em que, dentro de uma relação de forças, a cooperação social é capaz de se apropriar deles, os mantendo vivos, multiplicáveis. As peças, produtos e ideias criadas nas plataformas não são naturalmente bens comuns apenas devido à sua característica de produção coletiva, mas a partir do momento em que podem ser disputados e colocados em circulação para uso coletivo, sem as barreiras da apropriação e dos cercamentos dos usos limitados a determinados grupos.

A importância da rede e dos novos instrumentos de comunicação nessa disputa parece residir, de forma simples, no fato de que é nesses espaços que as pessoas já se encontram produzindo. Não se trata de uma determinação da técnica sobre as práticas, mas do que essas formas de trabalho gestam. Se no paradigma das redes, temos visto a produção de riqueza ser apropriada e investida por empresas das mais variadas formas, como podemos orientar a produção dessa riqueza para nosso próprio uso enquanto coletividade, agrupamento, comunidade?

Se há um valor que advém das relações, conversas, trocas, podemos considerar que a diferença própria do trabalho nessas plataformas, reside nas formas de relação entre subjetividades que ele pode suscitar. A criação em estruturas abertas e em constante transformação coloca a possibilidade de outras formas de antagonismo, baseadas na criação de novas relações sociais. A heterogeneidade da rede pode apontar para a composição no comum, uma vez que o comum é, simultaneamente, terreno e produto de diferenças e de multiplicidade, uma espiral produtiva formada a partir das linguagens e saberes. Isto posto, além das questões que tentamos formular, pensamos que se apresentam também algumas tarefas a enfrentar:

a) Romper o consenso em torno da economia criativa como exercício de liberdade próprio de um capitalismo “melhor e benevolente” e, aproveitando a proximidade entre as formas de produção e as práticas autônomas e comuns, repensar antagonismos capazes de resgatar as práticas de criação e trabalho colaborativo da apropriação capitalista; b) Tomar as plataformas de criação coletiva (mas também outros espaços de tensão entre produção, criatividade e colaboração) como espaços para experimentação que envolvem tanto a constante problematização das relações de poder e controle que ali se desenham quanto a contínua produção de subjetividades que se relacionem de diferentes maneiras com as noções de identidade e propriedade; c) Organizar as instituições não como projeto por concluir, mas como desafio constante, que pode ser enfrentado na busca por novas medidas para a produção criativa nas redes. São rupturas a experimentar, tanto na forma de organização quanto nas práticas produtivas, tendo por canteiro de obras os espaços e redes do trabalho metropolitano onde se encontram atualmente mobilizadas as forças do trabalho vivo.

É pensando a partir do que já está em curso, do que já se vive e produz, que é possível encontrar os recursos necessários à construção de alternativas. Trata-se, não de esforços para esclarecer supostas massas zumbis controladas por redes invisíveis, mas colocar em questão os desejos e necessidades que possuímos enquanto trabalhadores desses espaços. Sair da relação parasitária não deve querer dizer trocar aqueles que nos parasitam, mas buscar eliminar a relação de dominação e construir dia-a-dia novas instituições onde a riqueza social possa ser utilizada como riqueza comum. Talvez criar novos espaços, a partir das vivências que já experimentamos com o trabalho metropolitano, seja a via na qual possamos apostar. Como nos lembra Deleuze, ao nos vermos desapossados do mundo, precisamos, mais do que nunca, acreditar nele.

Acreditar no mundo significa principalmente suscitar acontecimentos, mesmo pequenos, que escapem ao controle, ou engendrar novos espaços-tempos, mesmo de superfície ou volume reduzidos. (...) É ao nível de cada tentativa que se avalia a capacidade de resistência ou, ao contrário, a submissão a um controle. Necessita-se ao mesmo tempo de criação e povo (DELEUZE, 1992).

As formas não estão dadas e a criação de novos espaços, novas experiências coletivas e revolucionárias, no sentido de inventar novos mundos, passa pela

organização da vida em comum, onde seja possível fazer saberes se encontrarem, estabelecer conversas entre lutas, realizar composições comuns.

CONCLUSÃO

*Tomem os seus desejos pela realidade.*⁶²

Tendo como ponto de partida as relações entre trabalho, cooperação e criatividade, o percurso que realizamos aqui se deu buscando passar pela discussão de um campo maior da economia criativa e por algumas experiências produtivas atuais a fim de identificar na composição técnica do trabalho contemporâneo as bases e perspectivas das lutas possíveis aos trabalhadores da criatividade. Ao abordarmos as transformações do trabalho e a constituição de uma produção cada vez mais biopolítica, pudemos assinalar alguns caminhos da luta travada nas interfaces entre criatividade e trabalho. A discussão sobre a economia criativa nos permitiu evidenciar os domínios subjetivos mobilizados pelo capitalismo contemporâneo e as maneiras como se desdobram em um novo trabalho (e um novo trabalhador) os valores que compõe seu novo espírito pós reestruturação. Foi possível tratar das formas pelas quais esses novos valores implicam em novas relações de trabalho que dizem respeito a uma maior mobilidade e flexibilidade que, contudo, também corresponde a maior precariedade e à transformação dos desejos e expectativas dos trabalhadores. A partir da experiência própria das plataformas foi possível confrontar as ideias que havíamos situado anteriormente e, na relação com as dinâmicas encontradas, formular ainda outras questões sobre o que significa e implica trabalhar hoje. Agora, mesmo ao fim dessa expedição breve, queremos manter essas questões abertas. Concluída essa empreitada tão inicial consideramos que a abertura permanente se mostra mesmo necessária dada a dinâmica relação em que se encontram implicados aqueles que ocupam estes espaços de criação e colaboração. Afinal tratou-se não de definir boas ou más plataformas para a criação em ambientes coletivos, mas de pensar sobre o que as práticas a partir das quais elas se estruturam abrem. As contradições presentes, sobretudo, nos fizeram querer ainda pensar sobre os usos possíveis e os fins diversos.

Nosso percurso nos leva a concluir em torno de alguns tópicos, não como forma de encerrar o debate, mas como meio de apontar algumas cristalizações identificadas

⁶² Originalmente: *Prenez vos désirs pour la réalité.*

que achamos importante reconsiderar, conferir ainda maior reflexão. Trata-se primeiramente das normatizações em torno do modelo de profissional criativo. Desenha-se nas publicações da área, nos discursos sobre o profissional de sucesso e nos mais diferentes canais de participação um modelo baseado no imperativo de se manter empregável, passando pela necessidade de articular estratégias de participação e visibilidade da empresa-indivíduo em novos espaços e temporalidades. Esse modelo, como vimos, não se restringe ao profissional do setor criativo, mas como tendência parece se desenhar entre os trabalhadores desse campo com maior intensidade. Outro ponto que se liga às normatizações em torno do trabalho criativo contemporâneo parece ser a crescente aderência ao trabalho na internet, onde a colaboração aparece como valor fundamental sobre o qual se alicerçam as relações de participação nas redes. Nesse sentido é que evidenciamos que são cada vez mais imperiosos os estudos sobre as dinâmicas produtivas colaborativas no campo da criatividade, bem como de suas implicações na produção de subjetividades.

Retomamos a perspectiva de que as condições do trabalho nas plataformas embora nos possibilitem reconhecer alguns mecanismos de controle e expropriação, permitiu principalmente identificar recorrentes contradições dadas em suas estruturas, impossíveis de sintetizar ou pretensamente resolver. Não pretendemos realizar uma análise despotencializadora desses espaços de produção coletiva, mas atentar para as possibilidades colocadas a partir dos espaços de mobilização constituídos por meio dessas redes produtivas. Este trabalho se deu visando contribuir frente à necessidade de abordar de forma crítica a produção colaborativa de conteúdos no âmbito das redes tecnológicas, como objeto de liberdades e possibilidades, mas também de reprodução de mecanismos de controle e normatização. A adequação aos valores do capitalismo e a cooptação para a lógica das empresas nos mostra como o domínio das redes tecnológicas é lugar privilegiado para pensarmos a “disputa pelo intelecto geral” (nos termos de Nick Dyer-Witheford). Esse exercício de reflexão e ação em torno desses espaços parece fundamental para que sigamos na disputa pela partilha dos resultados da cooperação produtiva, de formas mais democráticas, onde as inovações técnicas (técnicas de trabalho, força produtiva da cooperação, catalisação de ideias) possam ser experimentadas fora dos domínios da empresa.

Ao considerar as relações sociais como um dos produtos do trabalho imaterial, compreendemos que os espaços dessa produção de ideias e afetos, cada vez mais social, cultural e política devem ser encarados mesmo em sua dimensão biopolítica. Isso significa seguir reconhecendo os processos pelos quais as lutas do trabalho se forjam exatamente onde o capital tenta controlá-lo. A trajetória viva do trabalho, construída a partir das tensões entre trabalho vivo e capital, nos permite considerar a abertura de questões como passo necessário a um movimento empenhado em não negar o capitalismo e suas estruturas de forma estéril, mas de fazer a crítica positiva, capaz de suscitar a criação de espaços dentro da própria lógica do capitalismo tal como ele organiza o trabalho hoje. A partir das relações que se originam e proliferam nas redes colaborativas de produção, consideramos esses processos como componentes fundamentais da emergência de novas formas possíveis de ser, relacionar-se e mobilizar-se das comunidades contemporâneas.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Chris. **Makers**. A Nova Revolução Industrial. Tradução de Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

ANTOUN, Henrique. De uma teia à outra. A explosão do comum e o surgimento da vigilância participativa. In: ANTOUN, Henrique. (Org.) **Web 2.0: participação e vigilância na era da comunicação distribuída**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

ARMSTRONG, Helen; STOJMIROVIC, Zvezdana. **Participate**. Designing with user-generated content. New York: Princeton Architectural Press, 2011.

ARVIDSSON, Adam. Creative Class or Administrative Class? On Advertising and the 'Underground'. In: **Ephemera**. v. 1. p. 8-23, 2007.

BANKS, John; DEUZE, Mark. Co-creative labour. **International Journal of Cultural Studies**. v. 12. n. 5, 2009.

BARTHES, Roland. A morte do autor. In: **O Rumor da Língua**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BENKLER, Yochai. **The Wealth of Networks**: How Social Production Transforms Markets and Freedom. New Haven: Connecticut: Yale University Press, 2006.

BOLTANSKY, Luc; CHIAPELLO, Evè. **O novo espírito do capitalismo**. Tradução de Ivone Benedeti. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. v. 1. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Mariana. **Empreendedorismo criativo**. Como a nova geração de empreendedores brasileiros está revolucionando a forma de pensar conhecimento, criatividade e inovação. 1 ed. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.

COCCO, Giuseppe. A cidade policêntrica. In: **Revista Lugar Comum – Estudos de Mídia, Cultura e Democracia**, n. 9-10. p. 61-89, 2003.

_____. **Trabalho e cidadania**. Produção e direitos na crise do capitalismo global. São Paulo: Cortez, 2012.

COLLECTIF D'ARTIST. Inventar a Gratuidade. In: BRUNET, K, S. (org). **Apropriações tecnológicas: emergência de textos, ideias e imagens do subdialógica #3**. Salvador: EDUFBA, 2008.

COTÉ, Mark; PYBUS, Jennifer. Learning to Immaterial Labour 2.0: MySpace and Social Networks. In: **Ephemera (Theory of the Multitude)**. v. 7. n.1. p. 88-106, 2004.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Tradução de Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Editora 34, 2008.

_____.; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs – Capitalismo e esquizofrenia**, vol. 5. Tradução de Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: Editora 34, 1997.

_____. **Mil Platôs – Capitalismo e esquizofrenia**, vol 3. Tradução de Aurélio Guerra Neto et alii. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.

DEUZE, Mark. Convergence culture in the creative industries. In: **International Journal of Cultural Studies**. v. 10, 2007

_____. Collaboration, participation and the media. In: **SAGE Publications London**, v. 8. Thousand Oaks, CA and New Delhi, 2006

ESPITIA, Jorge Munguía. Luther Blissett y Wu Ming: Subversión de la cultura. In: **Revista de la Universidad de México**. n. 89, 2011.

ELZENBAUMER, Bianca; GIULIANI, Caterina. Designers' inquiry: Mapping the socio-economic conditions of designers in Italy. In: **Ephemera**. v. 14. p. 451-459, 2014.

FLEW, Terry; CUNNINGHAM, Stuart. Creative industries after the first decade of debate. In: **The Information Society**, v. 26, pp. 113-123, 2010.

FLORIDA, Richard. **The rise of the creative class**. New York: Basic Books, 2002

FORTY, Adrian. **Objetos de desejo: Design e Sociedade desde 1750**. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. Curso dado no *Collège de France* (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **História da Sexualidade I**. A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. **Segurança, território, população**: curso dado no *Collège de France* (1977-1978). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GORZ, André. **O imaterial**. Conhecimento, valor e capital. Tradução de Celso Azzan Júnior. São Paulo: Annablume, 2005.

HARDT, Michael; NEGRI, Antônio. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2005a.

_____. **Multidão**. Guerra e democracia na era do império. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2005b.

_____. **Commonwealth**. Massachusetts: The Belknap Press of Harvard University, 2009.

HARVEY, David. **A Condição Pós Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

HARTLEY, John. **Creative Industries**. Malden, MA.: Blackwell, 2005.

_____. Creating economic value by design. In: **International journal of design**. v. 3, p. 71-84, 2009.

HESMONDHALGH, David. User-generated content, free labour and the cultural industries. In: **Ephemera (Theory & Politics in Organization)**. v. 10, n. 3/4. Warwick Business School, p. 267-284, 2010.

HOWKINS, John. **The creative economy**. How people make Money from ideas. The London: Penguin Press, 2007.

KLEINER, Dmytri. **An Interview with Dmytri Kleiner**, author of *The Telekommunist Manifesto*. Entrevista a Marc Garrett, 2011. Disponível em: <http://bit.ly/1mFa5R8> Acesso em 15 de fevereiro de 2015.

LAZZARATO, Maurizio. **As revoluções do capitalismo**. Tradução de Leonora Corsini. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. From capital-labour to capital-life. In: **Ephemera (Theory of the Multitude)**. v. 4. n. 3, 2004.

_____; NEGRI, Antonio. **Trabalho Imaterial**: formas de vida e produção de subjetividade. Tradução de Mônica de Jesus Cesar. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013.

LESSIG, Lawrence. **Cultura Livre**. Como a grande mídia usa a tecnologia e a lei para bloquear a cultura e controlar a criatividade. Tradução de Fábio Emilio Costa. São Paulo: Trama, 2005.

MARAZZI, Christian. **O lugar das meias**. A virada linguística da economia e seus efeitos sobre a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

_____. **A sociedade, uma grande fábrica de produção de valor**. Revista IHU On-line, São Paulo, 3 mai. n. 327, 2010. Disponível em: <http://bit.ly/1FuQHhG> Acesso em 22 de fevereiro de 2015.

_____. **Política do comum**: uma fonte direta de valor econômico. Revista IHU On-line, São Paulo, 29 mar. n. 287, 2009. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/20708-politica-do-comum-uma-fonte-direta-de-valor-economico-entrevista-especial-com-christian-marazzi-> Acesso em 22 de fevereiro de 2015.

MARTINS, Beatriz Cintra. **Autoria em rede**. Os novos processos autorais através das redes eletrônicas. 1 ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2014.

MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da economia política. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. Livro 1, v. 1, t. 2 (Os economistas). São Paulo: Abril Cultural, 1985.

MESQUITA, André. **Insurgências poéticas**. Arte ativista e ação coletiva (1990-2000). Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

MORRIS-SUZUKI, Tessa. Capitalism in the Computer Age. In: Davis, J, Hirschl, T. and Stack, M. (Org.) Cutting Edge. **Technology, Society and Social Revolution**. London: Verso, 1997.

NEGRI, Antônio. **Cinco lições sobre Império**. Rio de Janeiro, DP&A, 2003.

_____. Dispositivo metrópole. A multidão e a metrópole. In: **Revista Lugar Comum – Estudos de Mídia, Cultura e Democracia**, n. 25-26, maio-dezembro 2008, p. 201-208.

_____. Metamorfose – arte e trabalho imaterial. In: BELISÁRIO, Adriano; TARIN, Bruno (Org.) **Copyfight: Pirataria & Cultura Livre**. Rio de Janeiro: Beco do Azogue, 2012.

NIMUS, Anna. COPYRIGHT, COPYLEFT AND THE CREATIVE ANTI-COMMONS. Berlin: Anticopyright. All rights dispersed, 2006. Disponível em: <http://bit.ly/1BT4jg3> Acesso em 10 de fevereiro de 2015.

PARENTE, André. Enredando o pensamento. Redes de transformação e subjetividade. In: PARENTE, André (Org.) **Tramas da rede**. Novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação. Porto Alegre: Sulina, 2013.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; DA ESCÓSSIA, Liliana. (Org.) **Pistas do método da cartografia**: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009.

PELBART, Peter Pal. **Vida capital**. Ensaio de Biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2011.

PIRES, Vladimir Sibylla. Idéias-força no pós-fordismo e a emergência da economia criativa. In: **Liinc em revista**, v. 5, n. 2, p. 215-230, 2009.

ROGGERO, Gigi. A autonomia do saber vivo: Relação e ruptura entre instituições do comum e comunismo do capital. In: COCCO, Giuseppe; ALBAGLI, Sarita (Org.) **Revolução 2.0: e a crise do capitalismo global**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

_____. Cinco teses sobre o comum. In: **Revista Lugar Comum – Estudos de Mídia, Cultura e Democracia**, n. 42. Laboratório Território e Comunicação – LABTeC/ESS/UFRJ. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014.

SCHOLZ, Trebor. **Digital Labor**. The Internet as Playground and Factory. New York: Routledge, 2013.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**. Tradução de Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: BestBolso, 2012.

SHIRKY, Clay. **A cultura da participação**: criatividade e generosidade no mundo conectado. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

_____. **Cognitive surplus**: creativity and generosity in a connected age. New York: Allen Lane, 2010.

SISTEMA FIRJAN. **Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil**. 2014.

SLOGANS ET GRAFFITI. **Des slogans de Mai 68**. Disponível em: <http://users.skynet.be/ddz/mai68/slogans-68.html>. Acesso em 20 de fevereiro de 2015.

SZANIECKI, Barbara. **Estética da Multidão**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

TERRANOVA, Tiziana. **Free Labor**: Producing Culture for the Digital Economy. Social Text 63, v 18, n. 2, Duke University Press, p. 33-57, 2000.

UNESCO. **Understanding Creative Industries**. Cultural statistics for public-policy making, 2007. Disponível em: <http://bit.ly/10MxTZJ> Acesso em 8 de janeiro de 2015.

VIRNO, Paolo. **Virtuosismo e revolução**. A ideia de mundo entre a experiência sensível e a esfera pública. Tradução de Paulo Andrade Lemos. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008.

_____. **Gramática da multidão**. Para uma análise das formas de vida contemporâneas. São Paulo: Annablume, 2013.

WU MING 1. **O copyleft explicado às crianças**: para tirar de campo alguns equívocos. Wu Ming – The Official Site. Bolonha, Itália: Traduzido por eBooksCult.com.br. Wu Ming Foundation, 2003. Disponível em: <http://bit.ly/1HmeLBm>. Acesso em 12 de janeiro de 2015.